



POR  
**RAUL CHRISTIANO**

# DE VOLTA AO COMEÇO!

Raízes de um PSDB militante,  
que nasceu na oposição.





## DE VOLTA AO COMEÇO!

Copyright © 2003 by Raul Christiano Sanchez.

1ª edição – Junho de 2003  
Tiragem – 2000 exemplares

Capa:  
*Alan Maia*

Fotos da Capa  
*Fundadores do PSDB, em Brasília, na Esplanada dos Ministérios – João Ramid – Veja.*  
*O Autor – Arquivo PSDB.*

Diagramação e editoração eletrônica  
*Verônica Maia*

Revisão  
*Ricardo Tiezzi*

### Dados Internacionais de Catalogação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

CHRISTIANO, Raul  
De volta ao começo! / Raul Christiano –  
Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003

Bibliografia.

Brasil – História ...

---

#### índices para catálogo sistemático:

Todos os direitos desta edição reservados ao Autor.

Site: [www.raulchristiano.com.br](http://www.raulchristiano.com.br)  
E-mail: [raulchristiano@uol.com.br](mailto:raulchristiano@uol.com.br)

Vedada, nos termos da lei, a reprodução total ou parcial deste livro sem autorização do  
**Instituto Teotônio Vilela** – Sede Nacional: Senado Federal – Anexo 1 – 17.º andar – CEP  
70.165-900 – Brasília, DF. Fones: (61) 311 3566 – 311 3986  
Site: [www.psdbr.org.br](http://www.psdbr.org.br) – E-mail: [itv@opendf.com.br](mailto:itv@opendf.com.br)



Dedico esta causa

*Aos saudosos companheiros militantes,  
Carlos Alberto Sarti “Betéia”,  
Franco Montoro,  
Magalhães Teixeira “Grama”,  
Mário Covas e  
Sérgio Motta.*

e

*Aos companheiros  
de histórias passadas,  
presentes e futuras,  
a certeza de que nossa luta não terminou!*



## SUMÁRIO

### Apresentação

Logo Seremos a Maioria .....	II
------------------------------	----

### Introdução

O PSDB Nasceu na Avenida São João .....	15
---	----

### Primeira Parte

Antecedentes Históricos .....	23
-------------------------------	----

### Segunda Parte

Militância, Mobilização, Reação e Dissidência .....	55
Militância de Esquerda X Militância Revolucionária ....	61
MDB Socialista .....	65
Progressistas Cobram Coerência .....	69
De Volta à Oposição com o MUP .....	75
Outra Realidade em SP .....	77
PMDB Decide Não Decidir .....	81
De Facção a Partido? .....	85
Portas Fechadas para os Progressistas .....	89





Alternativa Partidária para Cumprir a Lei .....	93
Tudo Pronto para Ter Partido Novo .....	95

### Terceira Parte

Perto do Pulsar da Ruas, Nasce o PSDB! .....	99
FHC e Covas Sinalizam para o Mies de Junho .....	107
21 Estados Preparados para o Novo Partido? .....	109
Pimenta da Veiga em Santos .....	113
Novo Programa para Barrar Dissidência .....	119
Covas Diz que PMDB Perdeu a Chance .....	121
Montoro é Saudado “Companheiro Militante” .....	125
SP Pronto para o Novo Partido .....	129
Covas e FHC Deixam Liderança do PMDB .....	133
Nasce o PSDB .....	137
Dá-lhe, Tucano! Nosso Grito de Guerra .....	141
PSDB em Construção .....	145

### Quarta Parte

PSDB no Poder do Brasil .....	154
Começa Era FHC .....	161
Reeleição e Nova Vitória de FHC .....	167

### Quinta Parte

Futuro é Agora, na Oposição .....	169
Militância para Transformar .....	175
SOBRE O AUTOR .....	177
FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADAS .....	179





APRESENTAÇÃO

# Logo Seremos a Maioria





À PRIMEIRA VISTA, encomendar um exame de DNA de um partido que nasceu forte, por conta da influência dos principais líderes parlamentares do Brasil na Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, e que sempre defenderam o resgate de bandeiras autênticas de lutas, me parecia freqüentar o lugar-comum de tantas teses acadêmicas e interessantes para o Instituto Teotônio Vilela.

No entanto, nós que estamos recriando a imagem da oposição, nessa nova fase vivida pelo país com a eleição do Presidente Lula, apoiado pela ampla maioria da população brasileira e fortemente marcado pelo marketing da mudança, devemos esse exame para provocar em cada um de nós o militante, aparentemente adormecido.

O jornalista Raul Christiano foi um militante de esquerda dos movimentos cultural e estudantil de Santos, terra-mãe de Mário Covas, que viveu interessado e engajado na divergência contra os rumos tomados pelo PMDB à época do governo José Sarney. Que monitorava a atuação da “maioria” peemedebista na Constituinte, juntamente com militantes da sua região e de outras regiões do Estado de São Paulo, até a constituição de um núcleo do Movimento de Unidade Progressista – MUP, que se restringia apenas aos militantes com mandato parlamentar no Congresso Nacional.

Desse momento histórico intenso, que apresentava ramificações desde a eclosão do regime militar em 1964, iluminando a resistência ao arbítrio, à opressão, às injustiças, para construir um autêntico espírito democrático em busca de conquistas crescentes na justiça, liberdade e redução das desigualdades sociais; da trajetória política iniciada no Movimento Democrático Brasileiro até a fundação e consolidação do PSDB: este é o percurso que gerou este livro, “De Volta ao Começo!”.



Consideramos que as histórias e testemunhos contidos neste volume chegam num momento bastante oportuno para a construção de uma oposição que faça o país continuar avançando.

Junho de 2003.

YEDA CRUSIUS  
*Deputada Federal – PSDB/RS e  
Presidente do Instituto Teotônio Vilela (ITV).*







INTRODUÇÃO

# O PSDB Nasceu na Avenida São João



*Alguma coisa acontece no meu coração  
/ que só quando cruzo a Ipiranga  
e a Avenida São João...*

CAETANO VELOSO

AVENIDA REFERENCIAL de São Paulo, a São João sempre foi uma artéria vocacionada para o moderno, sedenta do novo, parideira de mudanças.

Na São João nasceram símbolos significativos da cidade, como o Prédio Martinelli, revelador da metrópole em busca do céu, levando a velha imaginação provinciana a olhar para cima. Depois, a cópia tropical do Empire State Building, que sempre abrigou a matriz do Banespa, contemplando a cinelândia barulhenta. A velha São João inspirou a sintonia da noite, na *Ronda* de Paulo Vanzolini. Coroando o cruzamento mais famoso com a alma de São Paulo, Caetano imortalizou em *Sampa* o desenho sociológico da cidade.

A outrora elegante São João chega aos anos 80 profundamente identificada com a geografia popular, próxima de terminais rodoviários e do Metrô. Faz muito tempo que a elite paulistana deslocou-se da região em direção às imediações da Avenida Paulista, liberando a São João para o povo.

E, pasmem os senhores: o PSDB tem sido acusado – por equívoco ou má fé – de ter nascido nos Jardins, refletindo o sentimento das elites. Hoje podemos afirmar, com segurança, que o PSDB nasceu exatamente na Avenida São João, 126, esquina com o Vale do Anhangabaú.

Em 1985, um grupo de aproximadamente 40 prefeitos do PMDB inaugura um comitê político, denominado “O Interior também vota!”, em apoio à candidatura de Fernando Henrique à Prefeitura de São Paulo. Exatamente ali, no primeiro andar, nasceu o PSDB, embora sua constituição formal ocorresse somente em 1988.

Os fatores determinantes na criação do Partido foram criados a partir de 1982, quando a candidatura de Mário Covas a vice-governador foi



substituída, numa convenção tumultuada, pelo grupo do então senador Orestes Quércia. Vencido o pleito, Montoro governador se envolve na luta contra o regime autoritário, no plano nacional, e na busca da governabilidade num Estado trucidado pelo governo Maluf, que gerou grave crise social.

Desocupado, o vice-governador deflagra precocemente a sucessão em São Paulo, mobilizando as bases do PMDB no Interior, notadamente os setores descontentes com a política de austeridade do governo Montoro, sem espaço ao fisiologismo.

Como reação ao desvio de rumos do PMDB e ao movimento liderado pelo vice-governador para se viabilizar como sucessor natural de Montoro, o grupo de 40 prefeitos, da ala progressista do partido, inicia um movimento junto às bases, visando fortalecer e prestigiar o governo Montoro, então coerente com o programa do Partido, mas duramente atacado pelos setores fisiológicos.

O passo mais articulado do grupo foi a criação do comitê – O Interior também vota! –, objetivando unificar os setores avançados do PMDB na luta pela candidatura de Fernando Henrique à prefeitura de São Paulo.

Bombardeada à esquerda pelo PT (que não aceitou a unidade das forças progressistas para derrotar os conservadores) e à direita pelo PMDB pelo grupo do vice-governador, a campanha de Fernando Henrique é derrotada nas urnas, mas vitoriosa no divisor ético das forças hegemônicas do PMDB. A vitória de Jânio Quadros foi um retrocesso na luta popular do PMDB nacional, favorecendo o braço atrasado da aliança democrática.

Após a derrota do PMDB progressista em São Paulo, o grupo de prefeitos resolve prosseguir a luta para que o partido, em todos os níveis, executasse seu programa. Para tanto, era necessário renovar por mais um ano o escritório da Avenida São João, base física que reunia, sistematicamente, os membros da resistência interna do PMDB. O movimento dos prefeitos ampliou-se para a militância, generalizando a luta no setor progressista do Partido. Buscava-se identificar a verdadeira face do PMDB. O primeiro semestre de 1986 presenciou ampla movimentação, por meio de palestras, reuniões, debates. Cada vez mais se notava o distanciamento do PMDB aos ideais de quem transita pela Avenida São João.



Ulysses Guimarães tinha em mãos um PMDB produzido na explosão eleitoral do Plano Cruzado, abastecendo o *Centrão* com dezenas de parlamentares. Em São Paulo, o governo que sucedeu Montoro é destaque rotineiro nas páginas policiais.

O grupo de prefeitos progressistas não se dispersa, agora ampliado com várias dissidências da militância peemedebista e de várias instâncias do Partido, articulando-se, também, com as principais lideranças.

A batalha da Constituinte cria o enfrentamento das forças populares com o *Centrão*. A defecção do PMDB é acelerada em 1988, com grupos de parlamentares aguardando a redefinição do quadro partidário.

Embora a gestação do PSDB seja um processo paulista, germinado nas bases do Interior e coletado no tubo de ensaio do laboratório da Avenida São João, é preciso reconhecer que a gota d'água explodiu no Congresso. No momento em que a representação parlamentar entendeu esgotada a hipótese de fazer o Partido cumprir seu programa, uma dissidência de parlamentares à esquerda do PMDB funda o PSDB, em meados de 1988.

Além de reforçar a tese de que o PSDB tem origem popular e democrática, é preciso que algumas correções sejam feitas, por justiça à verdade:

– O PSDB é um Partido elitista, acadêmico, envernizado...

Como ser elitista um Partido que nasceu à esquerda, com militância na área popular, trocando, conforme a frase consagrada de Montoro, as benesses oficiais pelo clamor das ruas?

– O PSDB é o moralismo udenista...

Na verdade, o PSDB é acometido de obsessão ética, convicção nos princípios, zelo especial da coisa pública. Aí está a mão de ferro responsável pelo crescimento do partido, a cada eleição.

– O PSDB é indeciso, em cima do muro...

Essa é uma das grandes distorções passadas para a sociedade, pelos adversários do Partido, com o beneplácito da mídia bem humorada. No





segundo turno, em 1989, o PSDB parou para discutir seu posicionamento, em várias reuniões. A pressa do PT em receber rendição, e não adesão, como acabou ocorrendo, fez com que o rótulo de indeciso fosse pregado por quem recebeu apoio.

– O PSDB não penetra na sociedade, não tem bases sindicais...

Tanto transita na sociedade mais organizada, que teve status de grife em vários grupos de vanguarda. Bases sindicais como o PT possui, instrumentalizadas pela CUT, realmente não tem. Não existe no PSDB um projeto de criar mais uma central sindical, porque o Partido entende a social democracia como movimento de forças sociais mais amplas.

– O PSDB não tem projeto nacional, não conhece o Brasil...

A participação do PSDB no governo Itamar, principalmente a gestão Fernando Henrique no Ministério da Fazenda, demonstrou o conhecimento da realidade brasileira. A elaboração do Plano Real estancou a sangria no poder aquisitivo da população mais pobre, promovendo a estabilidade da economia.

– O PSDB é um Partido que faz aliança à direita...

Estando no espectro de centro-esquerda, e considerando que a esquerda está totalmente ocupada pelo PT e partidos-satélites, o PSDB só poderia fazer o que fez, visando montar um projeto de governabilidade congressional, sem abdicar de seus princípios.

– O PSDB não tem a cara do Brasil. É racional, frio, primeiro-mundo...

A questão da racionalidade, brilhantemente colocada por Arnaldo Jabor, tempos atrás, na *Folha de São Paulo*, é o caminho escolhido pelo PSDB para se contrapor ao atrasado populismo brasileiro. A emoção fica para o cinema, a música, o teatro e o reencontro com pessoas queridas. Política com dignidade para avançar. Partido para chegar ao





poder. Governar para o conjunto da população. Viva o racionalismo na vida pública!

– Como pode o PSDB defender o trabalhador se faz alianças com o empresariado...

Em seu estatuto, nada é mais claro que esta contradição: o PSDB defende relações e negociações francas e honestas entre empresários e trabalhadores. Havendo choques intransponíveis, dificuldades no entendimento, o Partido fica com os trabalhadores!

E não poderia ser diferente. Afinal, o PSDB nasceu na Avenida São João.

Outubro de 1995.

ROBERTO GONÇALVES  
*Sociólogo, Professor,  
foi Secretário Executivo  
do Movimento de  
Prefeitos Progressistas.*



PRIMEIRA PARTE

# Antecedentes Históricos





OPTEI POR CONTAR sobre a trajetória dos militantes do PSDB a partir do primeiro período da ditadura militar, quando o presidente Castelo Branco impôs o bipartidarismo, em 1965. As raízes dessa militância têm a ver com um passado marcado pelo espírito de luta permanente em busca da democracia, para superar o arbítrio, a opressão, a miséria, as injustiças, e para dar lugar a conquistas cada vez mais amplas da justiça, da liberdade e da redução das desigualdades sociais.

Tomando esses cuidados, de construir a genealogia da família tucana, percebe-se que há uma continuidade histórica, justificando a representatividade de lideranças que ainda permanecem entre nós. Essas referências sempre enunciaram os motivos que justificaram o fortalecimento dos princípios democráticos e progressistas, que atravessou anos, décadas, para chegar a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. A identificação dos movimentos democráticos que antecederam o PSDB foi batizada pelo regime, no bipartidarismo, de MDB, onde tudo começou.

Mas para chegar nesse cenário, incomparável aos nossos dias no que diz respeito ao pluripartidarismo atual, convém lembrar que o sistema pluripartidário de 1945 não foi extinto em abril de 1964. O governo “revolucionário” dos militares manteve a legislação eleitoral e partidária, bem como a Constituição de 1946, que foi alterada com Atos Institucionais, para garantir a condução do país sem o que chamavam de “tensões que se foram manifestando entre as velhas lideranças civis e a cúpula militar-tecnocrática do novo regime; e também das pressões que constantemente se renovavam entre os oficiais de menor patente no sentido de impedir um retorno prematuro à normalidade, por eles percebida





como uma virtual devolução do poder às esquerdas, ao populismo e a políticos corruptos”.<sup>1</sup>

Mantinhm suas atividades treze partidos, sendo que a UDN e o PSD já haviam escolhido seus candidatos à eleição presidencial de 1965 (Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, respectivamente). Além disso, para justificar a ruptura da ordem política existente, a eleição direta de doze governadores, resultando na derrota para os candidatos apoiados pelo regime militar em dois estados importantes, Rio de Janeiro (Guanabara, naquela época) e Minas Gerais. Nos dois casos, venceram políticos tradicionais do antigo PSD (numa coalizão de centro-esquerda e ligados ao ex-presidente Juscelino), resultados que acenderam a luz vermelha do Comando Supremo da Revolução, por entender que estava em curso uma perigosa arregimentação de forças anti-revolucionárias, desencadeando uma nova radicalização da linha-dura nos quartéis.

O quadro partidário vigente durante a maior parte da Quarta República originou-se do Ato Complementar n.º 4, decretado menos de um mês após o AI-2 (20 de novembro de 1965). Nesse ato ficou estabelecido que caberia aos membros do Congresso Nacional (deputados federais e senadores) a iniciativa de criar novas organizações com atribuições de partidos para a disputa das eleições congressuais de 1966.

O prazo para que os congressistas tentassem organizar novas agremiações partidárias era de 45 dias, prorrogados, inclusive, mas as exigências no sentido de que as organizações provisórias registrassem no mínimo a filiação de 120 deputados federais e vinte senadores eram impossíveis de serem cumpridas. Dessa forma, o sistema bipartidário foi compulsoriamente instituído.

Contudo, os vencedores – Negrão de Lima, eleito governador da Guanabara, e Israel Pinheiro, de Minas – que eram originários do que havia de mais conservador no território nacional, não podiam ser chamados de opositoristas, porque jamais tinham feito oposição. Suas vitórias significaram uma precaução aos militares, que decidiram não eleger o futuro presidente pela via direta, cujas eleições aconteceriam no ano seguinte. Castelo Branco obtivera do Congresso a prorrogação de seu mandato por um ano, estendendo-o até março de 1967.

<sup>1</sup> Abordagem do capítulo sobre “O experimento bipartidário, 1965-1979”, do livro “Partidos Políticos e Consolidação Democrática”, de Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello.



A edição do Ato Institucional n.º 2, que em troca da posse dos eleitos estancava as pretensões do general Castelo Branco de permanecer na Presidência da República, impondo o nome do general Costa e Silva como candidato à sua sucessão, detonava um ciclo de cassações e suspensões de direitos políticos, tornava indiretas as futuras eleições para os governos estaduais e para a Presidência da República, e extinguiu o sistema pluripartidário, para determinar o nascimento de duas organizações que nem sequer poderiam chamar-se partidos, a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB.

À época, conforme relato de parlamentares e lideranças políticas de todo o país, foi muito difícil conseguir quem estivesse disposto a assinar os documentos instituidores do MDB, num Congresso castrado por cassações de mandatos populares e no contexto da falta de garantias legais e de número suficiente de parlamentares para cumprir as exigências regulamentares para formação do partido de oposição. Para manter sob controle a organização partidária brasileira, não havia uma fresta sequer para a criação de outros partidos, pois o regime rechaçava a fragmentação partidária do pluripartidarismo e não queria nem ouvir falar de mobilização popular. Para a ARENA, suas movimentações eram “mais eficientes”, pois recrutava seus filiados entre funcionários do Estado e nos grupos de sustentação imediata do poder nos níveis locais, regional e federal.

Ficou muito interessante o formato editorial dos livros “A Ditadura Escancarada” e “A Ditadura Envergonhada”, ambos de Elio Gaspari, que relaciona os principais eventos históricos do país, do período entre 1950 e 1973, numa cronologia enxuta e que proporciona os referenciais necessários para a compreensão, especialmente dos mais jovens que se interessam agora pela militância partidária, considerando que são evidentes as manobras da ditadura para tentar cercar e destruir o MDB, que representou a experiência de um movimento nacional de oposição ao regime instalado.

#### CRONOLOGIA 1965/1987

1. 1965 – Castelo Branco edita o AI-2, em 27 de outubro, extinguindo os partidos políticos, tornando indiretas as eleições para Presidente da República, para governadores e para algumas pre-



feituas municipais (capitais, cidades consideradas áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais), estabelecendo uma nova ordem para os partidos políticos – o bipartidarismo. Dessa ação surgem a ARENA – Aliança Renovadora Nacional, governista, e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro, de oposição. Lançada a candidatura do general Costa e Silva à Presidência. Nesse ano totalizaram 84 denúncias de torturas e de três mortes.

Com o Ato Institucional n.º 2, reinstalou-se o estado de exceção, a ditadura escancarada. Castelo Branco cometeu as arbitrariedades que lhe pareceram necessárias: ocorreram milhares de cassações (no fim de seu governo, mais de 3.500 pessoas haviam sido punidas pelos atos de exceção), deposição de governantes legalmente eleitos, recesso do Congresso Nacional, extinção dos partidos políticos tradicionais, imposição de eleições indiretas para governadores e presidente da República, entre muitas outras decisões de caráter ditatorial.

Atropelando a tudo e a todos, até mesmo os seus princípios, acumulando desgastes em todas as áreas, Castelo Branco acabou perdendo o controle da sua própria sucessão, sendo obrigado a aceitar a candidatura do ministro do Exército, Costa e Silva.

O general-presidente ainda tentou legar uma armadura jurídico-constitucional ao país com uma nova Constituição, uma nova Lei de Imprensa e uma nova Lei de Segurança Nacional, mas a aprovação a toque de caixa por um Congresso encolhido não conseguiu legitimar seus propósitos. É certo que aconteceram as eleições legislativas de 1966, quando estrearam os novos partidos, criados à sombra do arbítrio, a ARENA e o MDB. Mas nem com muita boa vontade se poderia dizer que foram eleições livres e democráticas, cercadas que foram por ameaças e intimidações de toda a espécie. Não gratuitamente os votos nulos e brancos alcançariam proporções inéditas.

2. 1966 – O MDB obtém o seu registro provisório em março e começa a se distinguir em duas tendências internas: dos moderados, que combatiam a ditadura sem radicalismo e ainda concebiam



alguma negociação com os militares<sup>2</sup>; e dos autênticos, que não abriam mão da defesa da democracia e rechaçavam qualquer negociação com o regime<sup>3</sup>. As primeiras eleições em que participou, vencidas pela ARENA, deram ao MDB, para a Câmara Federal, cerca de 1.200.000 votos e ao partido do governo 200.000 votos de vantagem. Há 66 denúncias de torturas e dois mortos.

A idéia de que com o bipartidarismo havia a governista ARENA e a oposição consentida MDB é contestada por alguns historiadores, especialmente no tocante à “oposição consentida”. O MDB dava trabalho para o governo militar e seus aliados de “direita”. Ulysses Guimarães e outras figuras expressivas se tornaram foco de oposição legal e, com o tempo, a estrutura do bipartidarismo se voltou como um bumerangue, contra o regime militar. O partido passou a concentrar todo tipo de insatisfação, desde a extrema esquerda até os liberais de centro. Em cada eleição, apesar de ainda fragilizados eleitoralmente, havia uma espécie de plebiscito pró ou contra o governo.

3. 1967 – Promulgada uma nova Constituição, em 24 de janeiro, estabelecendo eleições indiretas para presidente da República. O MDB obtém seu registro definitivo em abril. Castelo Branco morre. No ano, as denúncias de torturas somam 50. Um desaparecido e dois mortos em quartéis. Costa e Silva é o novo presidente do Brasil.

Como Castelo Branco, Costa e Silva prometeu democracia, diálogo, ordem jurídica estável e reformas, proclamando: “A meta do meu governo é o homem!” Subjacente, uma crítica ao governo anterior, apenas preocupado com números e cifras, tratava-se de apostar novamente no desenvolvimento, dando um basta à recessão que aprofundava a impossibilidade do regime. A orientação, definida pelo novo ministro da Fazenda, Delfim

<sup>2</sup> Dentre os moderados: Nelson Carneiro, Amaral Peixoto, Tancredo Neves e Thales Ramalho.

<sup>3</sup> Dentre os autênticos: Franco Montoro, Ulysses Guimarães, Mário Covas, Oscar Pedroso Horta, Marcos Freire, Alencar Furtado, Chico Pinto e Jarbas Vasconcelos.





Neto, passou a enfatizar a queda dos juros e das tarifas, a ampliação dos créditos, os incentivos aos investimentos e às exportações.

Motivado por essa nova orientação, já em 1967 o país registrava um razoável crescimento de 4,8%. No ano seguinte, quase o dobro: 9,3%, tendo o conjunto da atividade industrial alcançado o patamar de 15,5%, puxado pela construção civil, com 17% de crescimento. A decolagem era produto da combinação das medidas do governo com uma série de condições favoráveis internas (ociosidade do parque industrial, demanda reprimida, saneamento financeiro executado pelo governo anterior) e externas (início de um *boom* espetacular no mercado internacional: entre 1967 e 1973, o comércio mundial cresceu a uma taxa de 18% ao ano).

Entretanto, a insatisfação acumulada – e represada – durante o governo anterior tenderia agora a desaguar em protestos e movimentos públicos. Na própria frente que protagonizou o golpe, os antagonismos se radicalizaram. E a maior expressão do fenômeno foi a aliança entre Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek, a Frente Ampla, formada ao longo de 1967. Havia outras, como a oposição liberal de parte importante da grande imprensa (Jornal do Brasil e O Estado de São Paulo) ou a passagem de setores minoritários, mas expressivos, da Igreja Católica para posições hostis ao poder, seja denunciando a política econômica, seja protegendo e obrigando correntes radicais de oposição, como as organizações estudantis universitárias postas na ilegalidade, como a UNE e UEEs.

Na área intelectual, eram visíveis as manifestações críticas ao governo, embora também se fizessem presentes expressões, senão favoráveis, ao menos complacentes, com o sistema político em vigor ou com a ordem vigente.

Assim, ao lado da música de protesto (Geraldo Vandré, Chico Buarque, entre outros), sempre lembrada, é preciso recordar outras propostas incompreensíveis a um gênero de oposição mais ortodoxa (Caetano Veloso e o Tropicalismo). Além disso, havia todo um conjunto, de grande sucesso de mídia e de público, como a Jovem Guarda, de Roberto e Erasmo Carlos, entre outros, para quem as lutas políticas passavam literalmente *à cote*. Não eram nem contra nem a favor deles, muito pelo contrário... e nem por isso recebiam menos atenção ou aplausos.

Do mesmo modo, em relação ao cinema, há uma constante ênfase em certos filmes e autores, como “Os Fuzis”, de Rui Guerra, ou “Deus e o



Diabo na Terra do Sol”, de Glauber Rocha, uma cinematografia de resistência, engajada, como se dizia na época. Embora de alta qualidade, atraía reduzido público.

Em 1967, primeiro ano do governo Costa e Silva, o diálogo prometido não funcionou face às pressões do único movimento social ativo – o estudantil. Sucederam-se as manifestações reivindicatórias, de modo geral acompanhadas por uma repressão desproporcional. Parecia, às vezes, haver uma espécie de emulação entre, de um lado, a grande imprensa, que passara a fazer oposição ao governo, e a polícia, de outro, no sentido de exagerar a força do movimento estudantil, uns querendo enfraquecer o governo, outros provar que eram indispensáveis.

Nessa época, o líder do MDB na Câmara dos Deputados, bancada que abrigava Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Amaral Peixoto, Franco Montoro, Ivete Vargas, Márcio Moreira Alves e muitos outros, era Mário Covas.

4. 1968 – Depredado o teatro paulista onde se encenava Roda-Viva. Os atores são espancados. Diante do noticiário das torturas e dos desentendimentos nas Forças Armadas, o deputado federal Márcio Moreira Alves discursa na Câmara. A Câmara nega a licença para que o governo processe o deputado. Baixado o AI-5, em 13 de dezembro. A imprensa é censurada. Centenas de pessoas são presas, inclusive Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Governo expulsa das universidades 66 professores, entre eles Caio Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes. Presos 920 estudantes em Ibiúna, onde se realizava o Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, em 12 de outubro. O ano termina com 85 denúncias de torturas. Morreram 12 manifestantes nas ruas.

O ano de 1968 foi um ano muito especial no mundo inteiro – relembra o historiador Boris Fausto: “Houve um grande movimento popular na França, pela mudança não só das instituições, como também dos costumes políticos. Um dos lemas falava da imaginação no poder. No mesmo ano, e em outro contexto, aconteceram nos Estados Unidos os grandes festivais





hippies de música, como Woodstock. Se não mudou o mundo, 1968 pelo menos o sacudiou, em todos os planos, da política e também da cultura, vista como uma expressão mais ampla. Isso se refletiu no Brasil, em vários níveis, em uma explosão na cultura que pode ser resumida na frase de uma música de Caetano Veloso: “É proibido proibir”.

No plano político, continua Boris Fausto<sup>4</sup>, o ano de 68 foi caracterizado por uma mobilização que se explica em grande medida por aquilo que já vinha ocorrendo: passado o primeiro momento do movimento militar de 1964, as oposições foram se reerguendo. Isso redundou numa série de movimentos de classe média, como a famosa passeata dos 100 mil do Rio de Janeiro, em defesa da democratização, após a morte do estudante Edson Luiz. Houve também a retomada do movimento operário, com diferentes direções, em geral exemplificadas em dois movimentos: um em Contagem, Minas Gerais, era reivindicatório e não propriamente agressivo; outro em Osasco, São Paulo, influenciado por formas de luta que lembravam a luta armada.

Tomando como pretexto a recusa do Congresso em autorizar licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado, devido a um discurso sobre as divergências das Forças Armadas no 7 de Setembro, o general-presidente baixou o Ato Institucional n.º 5, no dia 13 de dezembro de 1968, suspendendo vários direitos, individuais e coletivos, inclusive o habeas corpus, cassando mais de trinta parlamentares do MDB e prendendo outros mais, além do líder Mário Covas.

O AI-5 foi considerado um golpe dentro do golpe militar, e responsável pela instalação do terror da ditadura. Restabeleceu uma série de medidas excepcionais suspensas pela Constituição de 1967. Houve fechamento político e há quem diga que foi uma espécie de resposta também ao início da luta armada, justamente no período histórico em que as ações eram consideradas menores.

A opção pela luta armada era decorrente da idéia de que seria impossível derrotar a ditadura por métodos pacíficos. O seu auge foi nos anos 69 e 70, sob a influência do êxito da Revolução Cubana. Nessa época, as principais organizações brasileiras da luta armada eram: ALN – Aliança

<sup>4</sup> Boris Fausto respondeu várias questões sobre a História do Brasil, contidas no site do Ministério da Educação / TV Escola – [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) – para o programa sobre o “Regime Militar” da TV Escola.



de Libertação Nacional, de Carlos Marighella, que resultou de uma cisão do PC – Partido Comunista; MR-8 e VPR – Vanguarda Popular Revolucionária, do Capitão Lamarca.

A partir de 1968, a tortura se tornou sistemática em todo o país, como instrumento político. Para tanto, foram criadas organizações como a Operação Bandeirantes – Oban – em São Paulo, que usava todo tipo de violência para quebrar a oposição, principalmente a ligada à luta armada. Começaram a surgir em maior número pessoas violentadas, sacrificadas, mortas.

Zuenir Ventura<sup>5</sup> escreve que, no Brasil, 1968 terminou como começou – nas ruas: “Mas 68 parece ter durado mais, talvez devido à memória de seus heróicos feitos. Foi-se embora, ainda bem, quando se arriscava a contrair uma síndrome que o tornaria chato como um ex-combatente, aquele que se apega às glórias passadas e não vê o incômodo presente chegar.”

“A nova geração cresceu no final da década perdida” – prossegue Zuenir –, “quando a inapetência política da juventude era atribuída à morte das utopias e ao fim das ideologias, aqui e em todo o mundo. A ciclotimia cívica dos anos 80 no Brasil, alternando surtos de euforia e crises de depressão, desestabilizou as esperanças. Não era um país, era a imagem de um maníaco-depressivo. Cada episódio vinha carregado de promessas e, em seguida, de frustrações: diretas já, eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, Plano Cruzado.”

“Ainda de cara limpa, a garotada conviveu com essas várias crises do fim do governo Sarney. A degradação moral competia com a corrupção política e esta com a corrosão econômica. Diante de uma taxa de impunidade mais elevada que os 80% mensais dos índices de inflação, recorreu-se à psicanálise e à ficção para explicar o país da razão cínica e do valeduto. O compositor Cazuzza, portador do vírus da Aids e de uma revolta terminal, cantava que o Brasil *era droga que já vinha malhada*.”<sup>6</sup>

5. 1969 – Cassados 39 parlamentares, três ministros do STF e um do STM. Costa e Silva sofre uma isquemia cerebral. Uma junta

<sup>5</sup> Autor do livro “1968, o Ano que Não Terminou”.

<sup>6</sup> Do texto “A Sucessão”, de Zuenir Ventura, na publicação comemorativa dos 25 anos da revista “Veja” – Reflexões para o futuro.







militar assume. Promulgada nova Constituição. Reaberto em 22 de outubro, o Congresso Nacional aprova Garrastazu Médici para a Presidência. No ano, mais de 100 assaltos e explosões. Neles morrem 15 guardas e policiais e quatro cidadãos. Morrem também 19 militantes da esquerda.

No dia 16 de janeiro de 1969, quando ouvia o programa de rádio “Voz do Brasil”, em companhia de seu amigo e jornalista Osvaldo Martins, em Santos, Mário Covas soube que seu nome estava incluído na lista de cassações de parlamentares, ainda por conta dos desdobramentos da cassação do deputado Márcio Moreira Alves. Mário Covas havia articulado na Câmara dos Deputados, para resguardar a independência do Poder Legislativo perante o Executivo e impedir a licença que o governo militar pretendia para processar Márcio. Quatro deputados da ARENA, que votaram contra a licença, foram cassados também.

Com a doença de Costa e Silva, que por consequência foi afastado do poder, Marinha, Aeronáutica e Exército elegeram, a portas fechadas, o general Emílio Garrastazu Médici. O novo general-presidente teve o “privilégio” de registrar o seu nome na história do Brasil, como o dirigente do período associado à face mais sinistra da repressão. Médici se beneficiou de um momento econômico extremamente favorável, quando o país cresceu a taxas extraordinárias e houve uma espécie de melhoria nas condições de vida da população. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que estabelecia repressões muito violentas, atacando os setores politizados e articulados da sociedade, para o resto da população o regime de Médici era associado à prosperidade, aos tempos do “milagre econômico”.

6. 1970 – Há no país 500 presos: 56% são estudantes, cuja idade média é 23 anos. Acontecem eleições legislativas e a ARENA obtém mais de dois terços na Câmara. O partido do governo recebeu 2.600.000 votos e a oposição 900.000. Mas os votos nulos e brancos passaram de 1.500.000 para 1.800.000 votos. Franco Montoro se elege para o Senado, por São Paulo.





Favorecido por circunstâncias internacionais, o Brasil cresce quase 10% ao ano, desde 1969. Com isso, o governo do general-presidente Médici anuncia obras faraônicas como a Rodovia Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e a Ferrovia do Aço. Ao mesmo tempo em que passa a idéia de um governo empreendedor, Médici difunde slogans como “Em lugar de atirar pedras, vamos juntos construir o país”, “Vamos esquecer as diferenças do passado e construir a nossa democracia”, chegando ao abusivo “Brasil, ame-o ou deixe-o!”.

Nesse clima de empolgação aconteceram as eleições legislativas de 1970. E o MDB perdeu em toda parte, reduzindo suas bancadas no Senado, na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas. Para o Senado, o MDB elegeu seus candidatos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Neste último, Franco Montoro foi eleito com mais de dois milhões de votos, transformando-se no grande campeão de votos do Brasil, o que lhe rendeu notoriedade nacional, sendo bastante útil para o refortalecimento do então frágil MDB.

Com esse dote eleitoral, Montoro se dedica à defesa do partido, contatando a diversidade de correntes de opinião do MDB, que era uma “Frente Democrática”. O senador paulista identifica como mote principal de aglutinação a palavra de ordem de luta contra a ditadura.

7. 1971 – Ulysses Guimarães assume a presidência do MDB. Os “autênticos” driblam os moderados do partido e numa convenção em Recife conseguem aprovar duas bandeiras consideradas radicais: anistia e eleições diretas. Tancredo Neves, Amaral Peixoto, Nelson Carneiro e Thales Ramalho são contra e ficam furiosos com Marcos Freire, Jarbas Vasconcelos, Fernando Lyra e Alberto Goldman, os principais defensores das teses democráticas. Ficam furiosos, mas aceitam a decisão votada em plenário. As denúncias de torturas são 788. Trinta mortos nas organizações armadas, dos quais 15 desapareceram. Na Bahia, Carlos Lamarca é morto.

Montoro faz discurso de estréia no Senado, em abril, anunciando para a sociedade brasileira qual a sua linha de conduta mobilizadora: “Sem sub-





versão, mas sem subserviência, é preciso lutar por um desenvolvimento com democracia, com independência e com justiça social.”

8. 1972 – A Censura proíbe qualquer notícia sobre a sucessão presidencial. A Anistia Internacional divulga um relatório listando os nomes de 472 torturadores e 1.081 torturados. Começa a circular o semanário *Opinião*. O ano termina com um crescimento de 9,8% do PIB e uma expansão de 15% na indústria e nas exportações. Recorde de produção de automóveis e cimento. A inflação fecha em 25,5% e é o início do Milagre Econômico. Os mortos foram 58, com 18 desaparecidos e cinco suicidas, três enforcados na cela.

Franco Montoro transforma a tribuna do Senado em sua trincheira para alavancar o MDB e, com a programação de eleições municipais em 1972, se dedica a percorrer quase todo o Estado de São Paulo e cidades em vários Estados do país, captando o sinal ainda tímido de que o povo começara a desconfiar dos procedimentos ditatoriais. Em pronunciamentos, artigos e entrevistas, Montoro e outras figuras-chave do MDB diziam que: Nossa hora está chegando, finalmente. A verdade começou a aparecer. A oposição vai desvestir o “Milagre Brasileiro”.

9. 1973 – Médici chama Ernesto Geisel e diz que ele será seu sucessor. O jornal O Estado de São Paulo publica poemas e receitas de bolos nos espaços abertos pela Censura. Os comunistas que integravam a frente política no MDB articulam o lançamento de uma candidatura a presidente para concorrer com a ARENA. Era anticandidatura. A idéia era fazer da campanha um momento de pregação da redemocratização do país. Ulysses Guimarães lança-se como “anticandidato” a Presidência da República. A crise do petróleo, em setembro, afeta politicamente o governo militar.

Franco Montoro dominava a cena política no Congresso Nacional. Mantinha debates acalorados, sempre em defesa da democracia, com uma insistência que irritava os senadores governistas, que eram obrigados a fazer plantão no Senado para responder às suas críticas. Montoro não se



cansava de repetir que “Democracia sem eleição é tapeação”, e isso virava palavra de ordem por todos os rincões do Brasil.

Em 26 de novembro de 1973, Franco Montoro tira o dia para fazer um exame da “liberdade de imprensa” no Brasil – quer dizer, da censura, conforme relata o jornalista José Hamilton Ribeiro<sup>7</sup>: “É o tempo das receitas de bolo, das poesias de Camões, dos espaços em branco nos jornais censurados. Montoro cita que um único jornal – O Estado de São Paulo – teve 240 matérias vetadas pela censura, de maio a setembro desse ano. Situações ridículas: o ministro da Agricultura tinha deixado o Governo e feito uma carta de despedida. A censura determinou que a carta de despedida podia ser publicada, mas a notícia de que o ministro saía, não. De outro lado, podia dar o nome do novo ministro. Um verdadeiro samba do crioulo doido.”

10. 1974 – Ernesto Geisel assume a presidência da República em março. No dia 15 de novembro acontecem eleições legislativas em todo o país, e o MDB é o grande vencedor nas grandes cidades.

A partir desse ano, com a insatisfação social crescente, pela inflação, redução salarial e queda do poder aquisitivo do povo, estava evidente o malogro do “Milagre Brasileiro”; ao mesmo tempo, a classe média começava a ressentir a influência da censura, da tortura e da repressão.

Nesse contexto é que o MDB capitalizará os votos de um eleitorado que, muito mais que um partido, via naquele aglomerado de forças políticas o símbolo da oposição ao governo. “O MDB” – conforme análise de Fernando Henrique Cardoso – “teve um papel que foi menos de representar os interesses de grupo ou de classe definidos, e mais o de simbolizar um protesto.”

Mas a sacudida na estrutura partidária, no caso paulista, sofreu o impacto de uma disputa interna que foi ganha pelo ex-prefeito de Campinas e ex-deputado estadual Orestes Quércia. Com a disposição de ser candidato ao Senado por São Paulo e sem o apoio da cúpula partidária, criou e reestruturou centenas de diretórios em cidades do interior e, em menor escala, em diretórios zonais da Capital.

<sup>7</sup> No seu livro “Os Três Segredos que fizeram o político mais votado do Brasil”.



Nessa época, a par das lutas internas do MDB e de suas correntes, tiveram que buscar fora da cúpula partidária os recursos de poder. Seria enganoso imaginar que tivessem sido setores das camadas populares que interferiram no jogo interno do partido; havia sim pessoas trabalhando em tempo integral para fazer funcionar a favor de Quéricia a “máquina partidária”, gente profissionalizada e comprometida com um projeto de poder pessoal, obstinada em alcançar o controle do processo político em curso.

A resistência de líderes paulistas mas de influência nacional, Pedroso Horta e Ulysses Guimarães, e a presença de uma nova geração de políticos começaram a argamassar, de novo, um canal partidário. Nas eleições de 1974, o eleitorado de São Paulo, que elegeu Orestes Quéricia para o Senado, contra o candidato governista Carvalho Pinto, encontrou um símbolo para expressar seu repúdio ao governo: a votação do MDB no Estado subiu vertiginosamente para 3.400.000 sufrágios, enquanto a ARENA decrescia dos 2.600.000 para 2.000.000 de votos. Os votos nulos e brancos também decresceram. Nessa onda da oposição vitoriosa, dos 24 deputados federais eleitos, 14 não tinham experiência partidária anterior; dos 32 deputados estaduais, 21 nunca foram de outro partido que não o MDB.

A propaganda eleitoral no rádio e na TV ajudou bastante o MDB na campanha de 1974. Obteve vitória em 16 das 22 vagas para o Senado. Esses resultados levaram o governo a regulamentar a propaganda nos meios de comunicação, com a denominada Lei Falcão, ficando restrita à apresentação do nome do candidato e de seu partido, número de inscrição e currículo; no caso da TV podia-se acrescentar uma foto do candidato.

11. 1975 – Surge grupo identificado como Neo-Autêntico do MDB, do qual fazia parte Euclides Scalco. O jornalista Wladimir Herzog é morto em prisão na sede do II Exército em São Paulo. Nesse ano houve 130 conflitos graves no campo com 29 mortes e 15 feridos.
12. 1976 – Eleições municipais consolidam avanço das oposições, repetindo para as prefeituras e câmaras municipais o sucesso de 1974.

Todas as energias da oposição liberal ao regime concentram-se na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência –





SBPC, que acontece em Brasília, em clima de grande tensão. No mesmo período, a comunidade acadêmica e o movimento estudantil promovem manifestações de repúdio aos valores do Estado autoritário e pedem o retorno, aos quadros universitários, dos professores expurgados pelo regime.

No mês de agosto há atentados a bombas contra as sedes da Associação Brasileira de Imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro. Em setembro, o Cebrap, centro de estudos dirigido por intelectuais de esquerda (entre os quais Fernando Henrique Cardoso), em São Paulo, também é alvo de atentado.

O mesmo procedimento é repetido contra diversas bancas de jornal que vendem publicações alternativas.

Em dezembro, o II Exército cerca uma casa onde se reunia o Comitê Central do clandestino Partido Comunista Brasileiro e fuzila seus participantes, matando Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Um terceiro membro, João Baptista Drummond foi preso, torturado e morto na prisão.

13. 1977 – Geisel decreta o recesso do Congresso Nacional, no dia 1.º de abril, e edita uma série de medidas, inclusive a Reforma do Judiciário. Setecentos delegados do Movimento Custo de Vida reúnem-se em São Paulo. O Congresso Nacional é temporariamente fechado, e o Brasil conhece o “Pacote de Abril”. É definido o mandato presidencial de seis anos. São instituídas as sublegendas para as eleições de senadores e prefeitos, podendo os partidos lançar até três candidatos para cada um desses cargos.

O movimento estudantil voltou a ter presença na vida política brasileira; os setores ditos “autênticos” do sindicalismo oficial e as chamadas “oposições sindicais” passaram a atuar com maior desembaraço. Também marcaram presença os movimentos reivindicatórios amplos de sensibilização da sociedade, como o do “custo de vida”, da anistia aos presos e perseguidos políticos.

Do ponto de vista partidário, as lideranças do MDB aproximaram-se timidamente de alguns desses movimentos, em geral por intermédio de candidatos a postos eletivos que estavam a eles associados.





Para compensar as perdas de vagas no Senado, em 1974, o “Pacote de Abril”, entre tantas outras medidas, deu ao general-presidente o direito de nomear um terço dos membros do Senado, que seria renovado nas eleições de 1986. Esses senadores nomeados pelo presidente foram chamados de “biônicos”.

Em junho, Geisel intempestivamente cassa os direitos políticos do líder do MDB na Câmara dos Deputados, deputado Alencar Furtado (PR). O número total de cassados chegava a 4.682, entre os quais trezentos professores, quinhentos políticos, cinquenta ex-governadores e prefeitos, dezenas de diplomatas, dirigentes sindicais e servidores públicos. Estimava-se em 10 mil o total de exilados e suas famílias.

No mês de agosto os estudantes saem às ruas, juntamente com professores da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, exigindo “a volta ao Estado de Direito”. Escrevem manifestação, intitulada Carta aos Brasileiros, subscrita por duzentos advogados e sob a liderança de Goffredo da Silva Teles, um dos mais conhecidos juristas de São Paulo.

A tensão vinha num processo crescente, mobilizando os estudantes. Em São Paulo acontece uma enorme passeata dos 10 mil estudantes, sendo reprimida com violência extrema pela polícia. Paralelamente, eclodem manifestações em outras capitais e grandes cidades do Interior.

14. 1978 – Lançada a Frente Nacional pela Redemocratização e a candidatura do general Euler Bentes pelo MDB. Criado o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia no Rio de Janeiro. Intelectuais do MDB e sindicalistas que acabaram de ganhar fama nacional depois da famosa greve do ABC, em maio, se reúnem em São Bernardo do Campo para tentar formar um novo partido de centro-esquerda para combater a ditadura. Fernando Henrique e Lula estavam lá. Da reunião nasceu o PT, que tirou quadros importantes do MDB. MDB avança mais alguns pontos nas eleições para o Congresso. A inflação atingia a marca dos 40%. O AI-5 expirou no último dia do ano.

O papel do MDB como antítese governamental se acentuará nas eleições de 1978, na medida em que avançava a crise socioeconômica





provocada pelas condições tanto internas quanto externas. Externamente, rememore-se a crise do petróleo em 1973: as bases econômicas do modelo do “Milagre Econômico” foram solapadas e tornando-o inviável quando foi considerada a segunda alta dos preços do petróleo, ocorrida em 1979.

Nos primeiros dias de junho, é suspensa a censura prévia que funcionários da Polícia Federal faziam nos semanários Movimento e O São Paulo, e no diário Tribuna da Imprensa.

Em junho, Montoro apresenta sua emenda de eleições diretas para governador, num momento em que o governo, pela quarta vez consecutiva, prorrogava mais uma vez a “transitoriedade” de eleições indiretas nos Executivos estaduais.

Mas a Emenda Montoro – “Democracia Já” – obtinha constante apoio popular, provocava acaloradas discussões no Congresso e na imprensa, ganhando uma força própria que ninguém conseguia segurar.

Em 30 de junho, o MDB aprova em convenção partidária um documento chamado “Decálogo da Democracia Brasileira”, estabelecendo as condições de participação formal do partido na Frente Nacional pela Redemocratização:

- 1 – Revogação dos atos de exceção e de todas as leis e regulamentos que restringem as liberdades públicas, individuais e sindicais;
- 2 – Eleições livres e diretas em todos os níveis;
- 3 – Pelo restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos, da liberdade de imprensa e de todas as garantias individuais;
- 4 – Anistia política plena; revogação da prisão perpétua e da pena de morte;
- 5 – Separação entre os poderes, garantias à magistratura e à imunidade parlamentar;
- 6 – Liberdade de organização partidária para todos os grupos com suficiente representatividade e comprometidos com a democracia;
- 7 – Fortalecimento dos princípios federativos e republicanos;
- 8 – Liberdade sindical e direito de greve;
- 9 – Liberdade de Cátedra e de atuação política não partidária de entidades estudantis; e





10 – Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, depois de atendidos os pressupostos de normalização da vida política.

A cinco meses das eleições, o MDB se empolga e atrai adesões com a aprovação do Decálogo reunindo as palavras-de-ordem de tantos opositoristas e com o apoio das dissidências liberais e militares que atingem nesse momento o grau máximo de aproximação com o partido.

Lula ataca a Frente Nacional de Redemocratização, com os seguintes argumentos: “Sou contra a Frente Nacional pela Redemocratização, porque acho que ela é ampla demais para o gosto da classe trabalhadora. Seria até uma utopia acreditar que uma frente dessa natureza, vinda da elite, viesse a respeitar os direitos de participação dos trabalhadores. Ou os trabalhadores assumem uma oposição coerente com os princípios da classe trabalhadora, indo até mesmo à criação de um partido da classe trabalhadora, ou ficaremos a reboque dos acontecimentos a vida inteira.”

Em novembro, candidato novamente, apesar da Lei Falcão e do vazio do horário político naquele ano, Franco Montoro se reelege para o Senado por São Paulo, com 4,5 milhões de votos, repetindo a performance de mais votado do PMDB, do Estado e do país; Fernando Henrique chega em segundo lugar, com 1,3 milhão, e Cláudio Lembo em terceiro, com 1,2 milhão. Fernando Henrique perde mas é beneficiado pelo mecanismo da sublegenda – pelo qual o candidato que chegasse em segundo lugar seria automaticamente designado suplente do primeiro colocado.

15. 1979 – Dia 1.º de janeiro deixa de vigorar o AI-5. Os autênticos do MDB queriam anistia ampla geral e irrestrita. Governo apresenta seu projeto de anistia. Toma posse na presidência da República o general João Baptista de Figueiredo. Nova lei passou a proibir a existência de sigla partidária sem o “P”. O objetivo de tal medida era, evidentemente, cassar a legenda “MDB”, que havia se tornado extremamente popular, chegando a obter nas eleições de 1978 uma expressiva votação, inclusive apenas na legenda partidária. A nova lei partidária também revogou a proibição de utilização de siglas partidárias extintas (PTB, PSD, PL, UDN etc), já que no auge da ditadura





– em pleno “milagre brasileiro” – vivia-se a euforia oficial de não permitir a “volta ao passado”, ao “caos” e à “baderna”, que os partidos extintos simbolizavam. Com esta reforma partidária – feita em época de democratização – o governo chegou até a estimular a volta de partidos pré-1966. Surge no MDB a “Tendência Popular”. Governo decreta a anistia e retornam os exilados políticos.

Fernando Henrique Cardoso participa com Montoro de todas as grandes campanhas. Nessa época, lideram manifestações do MDB pela anistia para presos políticos e exilados e apóiam a campanha em favor de eleições diretas para prefeitos e governadores.

João Figueiredo completará a abertura política iniciada no governo Geisel, com exceção de eleições diretas para Presidente. No mais, houve o fim da censura prévia aos órgãos de imprensa; a concessão de anistia aos exilados políticos, incluindo também os responsáveis pela tortura, absolvidos pelo regime; a edição de uma nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, extinguindo o bipartidarismo; e eleições diretas para governadores.

Desde o final de 1978, e início de 1979, os poderosos sindicatos de metalúrgicos do ABC paulista iniciam uma greve geral para protestar contra os baixos salários e a deterioração das condições de trabalho. Milhares de trabalhadores entram em greve. O movimento tem repercussão em todo o país.

Nessa época, Fernando Henrique se encontrava muito com o sindicalista Luiz Ignácio Lula da Silva, acompanhando todos os passos do movimento, assistindo às assembléias e participando inclusive de panfletagens nas saídas de fábricas. Também nessa época, com Lula e outros sindicalistas, Fernando Henrique e intelectuais de esquerda oriundos do Cebrap se reuniam regularmente para discutir a formação de um novo partido, que se respaldaria numa poderosa base sindical e operária.

Contudo, Fernando Henrique não acreditava num partido classista, pois tinha outro projeto: sonhava com um grande partido aberto às massas assalariadas, à classe média e a uma grande faixa da população. Quando constata o caminho de Lula, por um partido operário, Fernando Henrique defende a permanência das forças progressistas no MDB.



Ele era mais favorável a um partido democrata, um partido “ônibus”, como ele chamará mais tarde o PMDB, capaz de reunir amplos setores da sociedade; havia um grupo que preconizava a formação de um partido popular e um terceiro, mais próximo do sindicalismo, que defendia a idéia de um partido de trabalhadores.

No final de 1979, Fernando Henrique defende campanha em favor da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, seguindo orientação de convenção do MDB.

16. 1980 – Janeiro e fevereiro são marcados pelo Verão da Anistia Política. O Tribunal Superior Eleitoral – TSE – cancela os registros da ARENA e do MDB. Surgem então, no cenário partidário, o PDS, no lugar da ARENA, mantendo-se fiel ao governo militar. Alguns poucos arenistas se uniram a Tancredo Neves, do MDB, e fundaram o PP. O MDB transformou-se no PMDB que, em 1982, recebeu a incorporação do PP. Também aconteceu nesse período a mais polêmica disputa por um registro provisório, pela legenda do PTB. O grupo da deputada Ivete Vargas e Jânio Quadros disputou a posse da legenda e venceu os companheiros de Leonel Brizola que, derrotado, fundou o PDT. Lula funda o PT. A inflação chegava a 110%.

Lula é preso, e Fernando Henrique organiza abaixo-assinado pedindo a sua libertação.

17. 1981 – Atentando ao Riocentro, nas comemorações de 1.º de maio. O PMDB obtém o seu registro em julho.

Durante show comemorativo do Dia do Trabalho, no Riocentro, foram planejados eventos com o objetivo de celebrar a liberdade e o reencontro com a democracia. Havia a presença de cantores perseguidos pela ditadura, entre os quais Chico Buarque. Mas um grupo de militares ligados aos aparelhos da repressão planejava explodir bombas nos portões do Riocentro, para culpar as esquerdas do atentado e com isso tentar reverter todo o processo de abertura. Contudo, uma





bomba explodiu prematuramente no próprio colo de um dos agentes da repressão.

18. 1982 – Pela primeira vez, desde 1965, os brasileiros vão eleger seus governadores pelo voto direto. Franco Montoro vence Orestes Quéricia em convenção do PMDB para a escolha do candidato a governador de São Paulo. O vice seria Mário Covas, também aprovado pelo voto dos delegados de todo o Estado. Quéricia se retira do Parque do Anhembi, onde se realizava o encontro, mas é trazido por militantes do MR-8 e do PCB para pressionar e obter a vice-governança para ele em lugar de Covas. Mário Covas concorre a deputado federal e se elege. Montoro é eleito governador. Brasil é obrigado a decretar a moratória da dívida externa, iniciando-se o longo período da “crise da dívida externa”.

Depois de 20 anos de experiência contra o autoritarismo e governadores nomeados, também chamados de “biônicos”, as eleições diretas para governador podem ser consideradas uma primeira vitória da democratização do país.

Nas eleições de novembro, as primeiras disputadas com liberdade partidária, as oposições representadas por novos partidos políticos saíram vencedoras em 75 das cem maiores cidades brasileiras. Para governador, vencem em dez dos 22 Estados, inclusive nos mais importantes (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). Para a Câmara dos Deputados, o PMDB conquista 43,8% dos votos, obtendo 209 cadeiras; o PDT, 24; o PT, 8; e o PDS, 247.

19. 1983 – Franco Montoro assume o governo do Estado de São Paulo e Fernando Henrique o sucede no Senado. Começa o movimento pelas eleições diretas para Presidente. Mário Covas, deputado federal pelo PMDB, assume a prefeitura de São Paulo, nomeado pelo governador. Nasce a CUT – Central Única dos Trabalhadores.

O Brasil potencializou o debate a partir dos anos oitenta. Nessa época, com o aprofundamento da crise do regime militar e da contagiante



campanha pró-eleições diretas para a presidência da República, a militância brasileira concentrou suas atenções no intrincado jogo político em curso e nos caminhos abertos à democracia.

O futuro passara a ser disputado palmo a palmo, num corpo a corpo arrastado. Por outro lado, em meio ao amadurecimento político dos cidadãos e das forças políticas, as dificuldades anunciadas para a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, símbolo da luta contra o autoritarismo, serviu para nos mobilizar ainda mais.

Nessa mesma época, em agosto de 1983, tivemos o anúncio da reconquista da autonomia política e administrativa de Santos, que tinha sido penalizada pelo governo militar, justamente quando elegeu o negro Esmeraldo Tarquínio, em 1968, no auge dos acontecimentos políticos mundiais, transformando-a em Área de Segurança Nacional. Em 18 de dezembro de 1983, iríamos às urnas para eleger novamente o prefeito de Santos, após um jejum de quinze anos. Mas, por conta da conjunção de forças reunidas pela candidatura progressista do deputado estadual Rubens Lara, do PMDB, que contava com o apoio de militantes identificados com organizações clandestinas do PCB, PC do B, MR-8 e de outras tendências progressistas e de esquerda, o quadro eleitoral foi mexido.

As eleições foram adiadas para junho de 1984, quando a candidatura de Rubens Lara despontava como virtual vencedora. O adiamento, somado ao artifício das sublegendas, dividiu a base de apoio de Lara, porque nasceu uma terceira opção do núcleo de simpatizantes de Mário Covas que já se dedicava pessoalmente ao favorito eleitoral, garantindo com isso a vitória do PMDB, mas liderado por Oswaldo Justo e com Esmeraldo Tarquínio Neto (filho do Esmeraldo de 68) na vice-prefeitura.

Esse breve relato político regional da Baixada Santista é trazido para ajudar na compreensão dos níveis de interferência do poder central nos resultados eleitorais da época. Uma contradição real, no seio da frente peemedebista, de exercício democrático.

No mês de novembro, o PT organiza em São Paulo um primeiro ato por eleições diretas para Presidente, contando com a participação do PMDB, do PDT e de centrais sindicais. O governador Montoro não participa: embora fosse favorável ao movimento, não queria se misturar com o PT.



Em dezembro, o governador Montoro realiza em São Paulo a primeira reunião dos governadores eleitos pelo voto direto. Seu manifesto “A nação tem o direito de ser ouvida” era um brado de alerta a despertar consciências e uma advertência aos detentores do poder autoritário.

Saiu desse encontro, também, a convocação do histórico comício da Praça da Sé pela eleições diretas para Presidente, programado para o dia 25 de janeiro de 1984, aniversário da capital de São Paulo.

Bolívar Lamounier<sup>8</sup> avalia que para retornar à plenitude democrática é preciso considerar dois pontos: 1 – Chegar a um governo legítimo, como culminação do processo sucessório, através de eleições diretas ou de uma negociação aceitável para as oposições e para a sociedade civil, e 2 – Chegar a um reordenamento institucional, através de uma Assembléia Nacional Constituinte ou de uma reformulação constitucional negociada e igualmente aceitável.

20. 1984 – Por uma pequena margem de votos é derrotada no Congresso Nacional a Emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas-já para presidente da República, contrariando a opinião pública que vinha se manifestando a favor em gigantescos comícios e passeatas por todo o Brasil.

Em 25 de janeiro, mobilizado por Franco Montoro, acontece na Praça da Sé, em São Paulo, comício por diretas-já, reunindo mais de 300 mil populares. No dia 16 de abril, passeata até o Vale do Anhangabaú reúne mais de um milhão de pessoas. Com ele teve início a maior campanha cívica da história do Brasil.

A população deixou de ser mera expectadora dos acontecimentos e passou a ser participante ativa de nossa história.

O jornal da dissidência do PCB, “A Esquerda”, em editorial no dia 26 de abril alertava: “Para que a expectativa dos brasileiros não seja outra vez fraudada e frustrada, é preciso manter a unidade da amplíssima frente formada pelas diretas já, deter os tremores dos vacilantes, puxar para o

<sup>8</sup> Em artigo intitulado “Completar a Transição”, na Revista Presença.





lado de cá os que permaneceram encarapitados em cima dos muros da vida. Essas tarefas exigirão não apenas habilidade, como muita tenacidade, muita firmeza e o aumento da pressão das massas do povo em prol da solução democrática para a crise.”

Sobre o bloqueio da Emenda Dante de Oliveira por uma diferença mínima no Congresso Nacional, o Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas de São Paulo se manifestou da seguinte forma: “A grande campanha pelas eleições diretas para presidente da República modificou a correlação de forças políticas no País, em benefício da ampla frente que luta pela democracia.”

Prosseguindo: “A emenda Dante de Oliveira foi bloqueada por conta da utilização de instrumentos de pressão herdados dos piores períodos da ditadura (quorum qualificado para emendas constitucionais, medidas de emergência, chantagem pessoal do presidente da República sobre parlamentares pedessistas com a utilização de informações do serviço de espionagem militar etc) e desgastou enormemente o governo, acentuando seu isolamento político e social. Só há solução democrática com as diretas-já!”

21. 1985 – Sem diretas para presidente, o caminho é o Colégio Eleitoral. Tancredo Neves, do PMDB, candidato da Aliança Democrática, é eleito presidente da República, no dia 15 de janeiro, por esse caminho. Ele obteve 480 votos, contra 174 de Paulo Maluf, candidato do PDS. Restabelecido o direito de eleger o presidente da República, os prefeitos das capitais e de municípios considerados de Área de Segurança Nacional, através de eleições livres e diretas. Concedido o direito de voto aos 20 milhões de analfabetos que até então não podiam votar e legalizada a existência de partidos de esquerda, entre eles o PCB, o PC do B e o PSB. Revogada a Lei Falcão sobre os limites da propaganda no rádio e na tevê.

Conflito de bastidores, no território do governo do general-presidente João Figueiredo, entre o preferido Mário Andreazza, ministro do Interior (que controlava um orçamento invejado para aplicação nos Estados) e o ex-governador biônico de São Paulo, Paulo Maluf, a quem a imprensa





diariamente atribuía métodos pouco escrupulosos para aliciar votos e conseguir apoio.

Como resultado dos rumos incertos dessa disputa, o vice-presidente de João Figueiredo, Aureliano Chaves, passou a comandar uma dissidência no partido do governo (PDS) que ficou conhecida como Frente Liberal (que, em seguida, seria oficializada como partido político), buscando fortalecer uma “terceira via”.

Um grande número de deputados, que havia votado contra as eleições diretas para presidente, aderiu à Frente Liberal e, com isso, pôs fim ao poder de decisão do partido governista no parlamento: o governo não tinha mais condições de eleger como presidente o seu candidato (Maluf vencera Andreazza na convenção partidária do PDS).

Foi com esse trunfo na mão que Chaves pôde negociar com a oposição (o PMDB) um pacto político para eleger no Colégio Eleitoral o novo presidente da República e pôr fim ao regime militar. Essa dissidência foi reforçada pela renúncia e pedido de desligamento de José Sarney, que era o presidente do diretório nacional do PDS, para ingressar no PMDB.

Não tendo conseguido chegar à presidência por via eleitoral direta, com um candidato mais à esquerda (talvez Ulysses Guimarães, que fora anticandidato de protesto em eleição anterior), o PMDB chegaria ao poder por via indireta, com um candidato de conciliação, agregando os dissidentes do PDS, entre o centro e uma direita moderada.

Fechado o acordo e realizada a disputa no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves vence Maluf, pelo placar de 480 a 174 votos.

Quando houve a reforma partidária, decorrente da “abertura política” de 1979, a intenção dos militares era dividir as oposições e criar um grande partido de centro que fosse o mediador entre as posições do PMDB, à esquerda, e do PDS, à direita. Esse partido seria o PP de Tancredo Neves, que foi o seu presidente, e que foi um dos mentores, juntamente com Ulysses Guimarães, da sua incorporação ao PMDB em 1982.

De certo modo, a eleição de Tancredo à presidência, através da Aliança Democrática (o pacto político que reuniu o PMDB e a Frente Liberal, de Aureliano Chaves), constitui a vitória daquele ponto de vista. O PMDB chega ao poder com uma composição mais à direita do que a de 1978 e através de uma aliança com a Frente Liberal, que reúne desde setores da





burguesia industrial e financeira até os representantes mais modernos das oligarquias do nordeste.

Mas uma inesperada doença leva Tancredo Neves a se submeter a uma cirurgia de emergência, na véspera de sua posse, que ocorreria dia 15 de março. Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, deu posse ao vice-presidente, José Sarney. Tancredo permaneceu enfermo até 21 de abril, quando veio a falecer. O período inicial do governo da Aliança Democrática foi chamado de Nova República.

Na visão de Gilda Portugal Gouvêa<sup>9</sup>, “a vitória da Aliança Democrática em 1985 trouxe consigo as condições de legitimidade política que estavam faltando ao regime militar nos seus últimos anos. Tudo indicava que estava aberto um período de profundas mudanças no país, inclusive no desenho institucional das finanças públicas. Mas os primeiros meses da Nova República parecem que não confirmaram este prognóstico”.

“A morte do presidente Tancredo Neves” – prossegue Gilda – “abalou imediatamente a legitimidade do novo regime. José Sarney representava ainda a fase do regime militar, por mais que seus aliados pretendessem negar. Além disto, a Aliança Democrática não se fez em torno de um programa claro, onde estivesse definido, por exemplo, o papel que o Estado deveria ter nesta nova fase da história brasileira. E, para complicar ainda mais o quadro, com a entrada de Sarney nenhum grupo podia declarar sua hegemonia na aliança política que passaria a governar o país.”

Nessa época, houve paralisia política devido à situação econômica do país. Quase o processo de consolidação da democracia foi interrompido, devido ao estado inflacionário da economia brasileira, com déficit público, dívida externa, dentre outros ingredientes graves e que criaram situação de desestabilização crescente no governo José Sarney.

Fernando Henrique disputa eleição para prefeito de São Paulo e perde para Jânio Quadros, do PTB.

22. 1986 – José Sarney lança o Plano Econômico Cruzado e seu governo conquista popularidade. PMDB é beneficiado com os resul-

<sup>9</sup> No seu livro “Burocracia e Elites Burocráticas no Brasil”, capítulo da “Reforma das Finanças Públicas”.





tados da economia brasileira, elegendo 23 governadores, 38 senadores e 261 deputados federais. Em São Paulo, Orestes Quércia foi eleito governador.

Sarney convoca uma Assembléia Nacional Constituinte, que será um dos símbolos da Nova República. Contudo, em sua proposta destaca que serão membros da Assembléia os parlamentares que se elegerem em 15 de novembro, que além das atribuições normais teriam a responsabilidade de escrever a nova Constituição do Brasil.

Fernando Henrique se opõe a Sarney no tocante à representação parlamentar. Para ele, os constituintes deveriam ser parlamentares especificamente eleitos com a missão de participar da Assembléia Nacional.

O Plano Cruzado (nome da nova moeda, que substituiu o cruzeiro) reduziu a zero a inflação, que apenas em janeiro e fevereiro daquele ano chegara a 517%. Um sucesso nos primeiros meses, o Plano Cruzado fracassou após as eleições de novembro, sobretudo por ter optado pelo congelamento de preços em lugar do combate ao financiamento do déficit público pela emissão de papel moeda, causa principal da inflação da época.

O economista Paulo Renato Souza<sup>10</sup>, analisando as causas do fracasso do Plano Cruzado, avaliou os seus efeitos como um parêntese nessa evolução geral de 1985 a 1988, com características totalmente distintas das que identificamos para o período como um todo. “Praticou-se naquele período um tipo de política antiinflacionária de corte heterodoxo, com um choque e congelamento de preços e a adoção de uma política de rendas, em especial em relação aos salários. Tratou-se num primeiro momento de um conjunto de medidas destinadas a dar conta da inflação e que deveriam ter sido seguidas de políticas para redefinir o desequilíbrio do setor público e do setor externo. A ausência ou tardança na adoção dessas medidas complementares acabou deixando isolada a política apenas antiinflacionária, levando ao seu fracasso e ao aprofundamento ainda maior dos outros dois desequilíbrios.”

<sup>10</sup> No capítulo “A Crise dos Anos 80: Quem paga essa conta”, do livro de sua autoria “Quem Paga a Conta”, de 1989.





Fernando Henrique Cardoso considerou que “o fracasso do Plano Cruzado não foi o da heterodoxia econômica. Foi o da ortodoxia política. Faltou tutano na negociação das dívidas – externa e interna – no corte dos déficits e, sobretudo, nas decisões sobre o papel da economia brasileira no sistema internacionalizado da produção. O ministro da Fazenda da época do Cruzado tentou. Faltou-lhe um governo mais empenhado em decidir, bem como críticos que, estando do seu lado no essencial, alertassem-no e ao país quanto aos desmandos e às não-decisões que se estavam acumulando”.

Entretanto, as respostas eleitorais demonstraram como a sociedade brasileira reagiu positivamente ao Plano Cruzado. Com exceção de Sergipe, que elegeu governador do PFL, o PMDB teve eleito os seus candidatos a governador dos demais estados brasileiros. No Senado obteve dois terços, a maioria absoluta. Na Câmara dos Deputados, registrou também a maioria, ficando o governo da Aliança Democrática independente de acordos partidários para aprovar todas as iniciativas governamentais.

Nesse quadro de disputa, em São Paulo, Quércia se torna figura ainda mais influente no PMDB, que reelege Fernando Henrique para o Senado, com 6,2 milhões de votos, e elege Mário Covas, com 7,8 milhões de votos.

23. 1987 – Começa o fracasso do Plano Cruzado. Em fevereiro são iniciados os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, e o deputado Ulysses Guimarães é escolhido para presidi-la. Fernando Henrique é designado relator do Regimento Interno e Relator Adjunto da Comissão de Sistematização. Montoro transmite o cargo de governador de São Paulo para Orestes Quércia.

Estávamos num verdadeiro divisor de águas. No governo federal, com José Sarney na presidência da República, com a responsabilidade de conduzir uma esmagadora maioria política no Congresso, em meio à crise econômica e às divergências na sua própria base de sustentação.

O PMDB inchado por uma maioria absoluta, que não pensava igual, tanto é que muitos peemedebistas se dividiam entre progressistas e os comprometidos com o Centro Democrático – Centrão – e a União Democrática Ruralista – UDR.





Em São Paulo, Montoro concluía seu mandato, em março, passando o bastão do governo do Estado para Orestes Quércia, e resumia suas expectativas: “No dia da eleição de Tancredo Neves e José Sarney, caiu a ditadura no Brasil e se iniciou um processo de normalização democrática que tem na Assembléia Nacional Constituinte, já eleita e instalada, seu ponto culminante. Esperamos todos que ela dê ao Brasil, com maior brevidade, uma Constituição que assegure a todos os setores da população brasileira os caminhos democráticos e competentes para a solução de nossos problemas.”

O futuro do PMDB já estava traçado e condicionado. São Paulo sempre teve tradição de luta partidária e uma grande força mobilizadora. Do livro “O Partido Republicano Paulista (1889-1926)”<sup>11</sup>: “Não foi mero acaso encontrar-se em São Paulo o mais forte e unido partido de oposição à Monarquia – o Republicano.”

<sup>11</sup> De autoria de José Ênio Casalecchi, sobre o movimento republicano na Província de São Paulo.





SEGUNDA PARTE

# Militância, Mobilização, Reação e Dissidência





REVIVI POR ALGUNS MOMENTOS, em 1987, a história do portador de *Uma Mensagem a Garcia*<sup>1</sup> que contava sobre a ação de um homem chamado Rowan, incumbido pelo presidente americano William McKinley de levar uma carta a um general Garcia, durante a guerra de abril de 1898, entre a Espanha e os Estados Unidos.

O governo americano precisava se comunicar com o general, chefe dos insurretos, que se sabia encontrar-se em alguma fortaleza no interior do sertão de Cuba, mas sem que se pudesse dizer exatamente onde. Era impossível um entendimento com ele pelo correio ou pelo telégrafo.

Conforme conta o autor da carta, Elbert Hubbard, Rowan pôs-se a caminho só, sem questionar sobre a sua importância e qual a sua direção, e deu conta do recado. Rowan foi considerado um herói por esse feito, por conta da sua obstinação e sentimento patriótico de estar fazendo alguma coisa pelo seu país.

Sem entrar no mérito ideológico da guerra dos Estados Unidos para garantir sua soberania no Caribe, que nem tem a ver com as raízes da social-democracia brasileira, a referência foi trazida para simplificar um lado da militância, que se confunde nos tempos atuais entre idealistas, engajadas e pagas.

Incluía-me entre os militantes, sem mandato parlamentar, descontentes com os rumos do PMDB durante a Assembléia Nacional Constituinte, que socializava posicionamentos e informações acerca das reações em Brasília e em outros Estados. Havia uma sinalização através de documentos

<sup>1</sup> Artigo escrito em 22 de fevereiro de 1899, por Elbert Hubbard, para uma revista americana da época, "Philistine".



sobre o pensamento progressista que precisava chegar nas bases partidárias e cumpríamos um pouco esse papel de mensageiro da revolução silenciosa e mobilizadora. Para mim e para Roberto Tavares “Betão”, para os professores Cecílio Rocha Melo, Carlos Paiva e Jorge Rosa, o vereador Edmur Mesquita, o psicólogo Gilberto Luiz Jucá, os economistas José Pascoal Vaz, Flávio Rezende e Tiago Benedito dos Santos, as advogadas Marília Saraiva Campos e Sonia Morozetti, o sindicalista José Tarciso Florentino, os estudantes João Ricardo Guimarães Caetano e Sérgio Ferreira, todos da Baixada Santista, mais os engenheiros Evandro Losacco e Kowa Iha, os sociólogos Roberto Gonçalves e Ailton Nery, José Antonio Campoy, Fausto Ivan, a advogada Cristina Mazagão, os professores Odair Bermelho, Iveti Luzia Cavinatti, Maria Aparecida Botezelli e José Roberto Walker, Álvaro Weissheimer Carneiro, o empresário Lawrence Pih, da capital paulista; o jornalista Roberto Tamura, de Capão Bonito, o vereador Lauriano dos Santos, de Registro, incluindo o prefeito Humberto Parro, de Osasco, o deputado estadual Walter Lazzarini e o deputado federal Koyu Iha, havia uma fermentação desse estado de insatisfação com os rumos tomados pelo governo de José Sarney e pelos deputados peemedebistas que formavam o *Centrão*<sup>2</sup> do Congresso Constituinte.

Nessa época, com os fundamentos de uma militância jovem que teve presença no MDB, nos movimentos cultural, estudantil e sindical, nas organizações clandestinas do PCB e MR-8, nas reuniões precursoras da formação do PT, no PMDB, captando as mesmas reações de outras regiões do Estado de São Paulo, começamos a rastrear em outros Estados e em Brasília a organização de um movimento da militância, que pudesse traduzir e organizar posicionamentos que favorecessem as bandeiras programáticas e históricas desde os tempos da resistência democrática do MDB na ditadura militar.

Em Brasília, comandava o governo federal José Sarney, e em São Paulo, Orestes Quércia, ambos do PMDB. Como se não bastassem as nossas

<sup>2</sup> Centrão foi um agrupamento de parlamentares no Congresso Constituinte de 1987/88, que tinham posicionamento político suprapartidário, sem bases ideológicas e programáticas, mas que atendiam a interesses grupais e políticos do governo José Sarney.



contradições com os dois níveis de governo do partido, em São Paulo a luta era ainda mais acirrada nas instâncias partidárias, por conta da dominação dos diretórios estadual e municipais pelo grupo do governador, carecendo de mecanismos que garantissem a democracia interna e a chance do aparecimento de novas lideranças para a disputa de cargos executivos e parlamentares.

A contrariedade com esse estado de coisas nos obrigou a uma revisão de nossos papéis, cada um no seu campo de atividade, tentando romper a roda-viva da unidade política e partidária sem discutir um projeto para o país, que sempre foi um sonho acalentado desde as lutas que atravessaram os vinte anos de ditadura militar, pelas liberdades democráticas, contra o arbítrio, a opressão, a miséria, as injustiças e as desigualdades sociais. Sempre tivemos bandeiras de lutas, identificando-as com a sociedade brasileira porque se tornavam concretas, a exemplo do clamor por eleições livres e diretas em todos os níveis, pela anistia ampla, geral e irrestrita, pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e pelo combate à carestia e à inflação.

Para manter a linguagem do nosso momento político, ou seja, no bojo da nossa luta política diária e de alguma forma “revolucionária”, desejávamos uma identificação. Quem sabe para sinalizar e organizar uma nova tendência no PMDB, que chamamos inicialmente de Movimento Progressista, sem perder a característica de militantes de “esquerda” do partido, inclusive com motivação para deixar a legenda.





## Militância de Esquerda x Militância Revolucionária

O CAMINHO ADOTADO pela militância paulista em questão era trazer o PMDB para os seus eixos originais, com a defesa da adequação das suas diretrizes básicas e programa em linguagem constitucional, transformando no conteúdo renovador da Constituição Brasileira que estava sendo escrita no Congresso Nacional, especialmente nos capítulos dos princípios fundamentais, dos direitos e garantias fundamentais, da defesa do Estado e das instituições democráticas, da ordem econômica e financeira e da ordem social. O programa do PMDB tinha sido resultado de discussões profundas e representava os anseios do povo, reservados desde o Movimento Democrático Brasileiro e sua resistência aos governos militares.

Afinal, interpretando esse contexto, valendo-me do texto de Norberto Bobbio<sup>3</sup> sobre as razões e significados de uma distinção política entre “Direita e Esquerda”, nosso grupo poderia ser identificado imediatamente como de “esquerda”, porque era mais favorável à renovação. Bobbio assinala que na crise de dissolução do Partido Comunista Italiano, os termos “direita” e “esquerda” foram pouco usados ou usados com muita cautela, porque no interior de um partido que se atribuiu historicamente a direção da esquerda no mundo, apenas a palavra “esquerda” tinha um significado positivo, e nenhuma das partes que disputavam entre si a direção do futuro partido aceitaria de boa vontade ser chamada de direita. Além do mais – continua Bobbio – seria constrangedor estabelecer qual das duas alas em campo, a dos “não” e a dos “sim”, deveria ser considerada a direita ou a esquerda.

<sup>3</sup> Livro: “Direita e Esquerda”.



A velha guarda que rejeitava a mudança radical poderia ser considerada “direita”, com base no critério segundo o qual a conservação é de direita, e a mudança, de esquerda; mas ao mesmo tempo poderia ser de “esquerda” no que diz respeito a um empenho mais determinado na luta anticapitalista que caracterizou o movimento operário, por um século o grande protagonista da esquerda histórica.

Esquerda ou não, o que importava era a criação de uma alternativa orgânica para concentrar os debates sobre o novo momento político. Nosso grupo de militantes, sem mandato parlamentar, carecia de uma tribuna para discutir idéias e estratégias. Pela história política de cada um, sempre havia espaço na mídia para compor o cenário, mas sem máquina partidária, o mínimo que fosse, dava a impressão de uma voz sem eco à primeira vista.

Resolvemos então constituir um instituto, no município de Santos, denominado Centro de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais – CEPES, em 1987, e focalizar na realização de seminários e cursos sobre conjuntura política, econômica e social da época, abrindo suas portas para eventos para militantes de todos os partidos e organizações da sociedade civil da região, estendendo para o Vale do Ribeira e para a capital de São Paulo. Ao mesmo tempo, como eu trabalhava como assessor técnico legislativo na Assembléia Legislativa de São Paulo, iniciei tarefa de organização de reuniões com assessores de parlamentares identificados com as bandeiras históricas do MDB, tentando construir um novo discurso e motivar ações diferenciadas dos deputados estaduais – Rubens Lara, Waldyr Trigo, Mauro Bragato, Walter Lazzarini, Nelson Nicolau, Waldemar Chubaci, Tonca Falseti, Guiomar Namó de Mello, Luiz Máximo, Edinho Araújo, Getúlio Hanashiro, Vanderley Macris, João Bastos, Ruth Escobar, Fernando Leça e Adilson Monteiro Alves – através de seus auxiliares, em sua maioria militantes em suas regiões de origem.

Em todas as reuniões e seminários, seus participantes eram abastecidos de documentos atualizados sobre a visão dos congressistas da Constituinte Federal. O deputado federal Koyu Iha era o mensageiro das “cartas a Garcia”, de Brasília para São Paulo, que eu me encarregava de reproduzir e fazer chegar em nossos núcleos de discussão, na Baixada Santista, no Vale do Ribeira, na capital, na região de Ribeirão Preto e de



Campinas. Koyu sempre foi um deputado atuante na região da Baixada Santista, e em Brasília se destacava especialmente na defesa de questões relacionadas ao Porto de Santos, às telecomunicações, ciência e tecnologia e educação. Contudo não tinha se revelado um parlamentar de grandes lutas políticas nacionais, como se tornou no Congresso Constituinte.

Essa é condição de militante, que leva o trabalho de transformação da sociedade às últimas conseqüências, que consegue vislumbrar sua inserção e participação através dos partidos políticos, com democracia interna para valer, e o reconhecimento da necessidade de espaços de informação, formação política e de tribunas de opinião. A questão da democracia interna entrou na ordem do dia, justamente no momento em que os temas nacionais prevaleciam para avançar na Constituinte com propostas radicais, das nossas raízes progressistas.

Nesse contexto, aproveitamos conceitos emitidos por Wolfgang Leo Maar<sup>4</sup>: sendo ética, a atividade política tem uma função pedagógica, de transformação dos homens em cidadãos, a Paidéia. Por sua vez a atividade do soberano, do chefe, passa a ser atividade de uma função definida pelos cidadãos, os políticos: a soberania, cuja definição seria estabelecida pelas leis. O espaço de participação, antes restrito à prática do soberano, amplia-se para a prática da soberania exercida pelos cidadãos, sejam ou não governo. Neste espaço se desenvolvem as discussões públicas, a prática pública do discurso voltado ao convencimento, o conflito entre as diversidades. Não somente o Estado, o governante executivo, mas também a cidade, reunião de cidadãos, adquire significado, participa politicamente. No palco das relações entre ambos definir-se-ia a política grega como um todo.

Koyu Iha fez um pronunciamento na Câmara dos Deputados, em 11 de junho de 1987, depois do lançamento do primeiro manifesto do grupo de Constituintes progressistas, em 3 de junho, em Cuiabá (MT). O deputado paulista analisou o momento político, tomando por base o adiamento da definição de uma data para realizar uma Convenção Nacional de Programa Partidário, o gesto de Dante de Oliveira, que se notabilizava

<sup>4</sup> No seu livro “O que é política”.



pela emenda das diretas já e que deixava o cargo de ministro do governo Sarney e a situação do PMDB. Fez exigências para que o partido se redefinisse, retomando sua identidade de compromissos com o povo e não com o poder constituído. “A luta de um partido político não se esgota na sua chegada ao poder, muito pelo contrário: ela se mantém nessa circunstância, tanto pela necessidade de aplicação das idéias que defendeu junto à população para obter-lhe o voto, quanto pelo compromisso implícito de responder positivamente à expectativa popular, sobretudo nos momentos de crise.”

“O meu partido,” – ressalta Koyu – “o PMDB, ascendeu ao poder na esteira de uma verdadeira revolução eleitoral, iniciada a partir da campanha pelas diretas já, acelerada com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e consolidada no pleito de novembro de 1986, quando conquistou 22 dos 23 governos estaduais, além de sólida maioria no Congresso Nacional e em quase todas as Assembléias Legislativas. Foi uma vitória magnífica, espelhando com absoluta clareza a esperança do povo brasileiro nas atitudes, posições e palavras das lideranças peemedebistas. Mudanças já!”





## MDB Socialista

O MÊS DE JUNHO DE 1987 representou um divisor de águas entre a expectativa popular, decorrente das eleições que consagraram o PMDB em novembro de 1986, e a perspectiva do partido concretizar na Assembléia Nacional Constituinte os velhos ideais do movimento democrático brasileiro. No momento histórico da Constituinte, o Brasil começou a assistir à superposição de problemas, conflitos e necessidades de naturezas e origens diversas, que compunham uma teia de impasses e revelavam as contradições do PMDB.

Portanto, o discurso de Koyu Iha estava inserido num contexto em que o país era passado a limpo, e que nós militantes cumpríamos um papel importante de mobilização da sociedade para as mudanças que tornariam o Brasil outro país, depois da aprovação da sua nova constituição, cujos trabalhos ainda engatinhavam. As mesmas emoções de estar cobrando por diretas já nas praças Charles Muller (defronte o Pacaembu) em agosto de 1983, e da Sé, em janeiro de 1984, para desembocar no Vale do Anhangabaú, no comício com mais de um milhão de participantes, valia para o andamento da Constituinte.

Quando surgiu o manifesto “MDB Socialista”, em junho de 1987, a história da resistência do movimento democrático era lembrada com um alerta para que o PMDB não perdesse sua perspectiva de responder aos graves apelos da rua: “Necessitamos formular um projeto de futuro, definir mais claramente uma identidade ideológica e, além disso, investir na aliança com o centro para viabilizar respostas mais imediatas à crise. Temos que buscar a articulação das forças mais progressistas e, ainda, organizar e concentrar esforços no âmbito do PMDB. Dependemos concomitantemente da unidade do PMDB frente ao imediato e da sua



definição como um verdadeiro partido voltado para os problemas sociais e fazendo opções para o futuro.”

“... Nesse sentido, mesmo antes que se configurem as correlações de forças necessárias à superação do regime, cabe ao partido explicitar políticas objetivas e específicas que apontem nesse regime o rumo do socialismo...”.

“... O PMDB/Socialismo é o salto qualitativo resultante de uma acumulação histórica que vem do PMDB/Resistência, para o PMDB/Mobilização, da Transição, das Diretas e de Tancredo e que prosseguiu para o PMDB/Democracia decisivo para a implantação do estado de Direito que estamos desenhando...”.

Esse manifesto constituiu o documento básico para as discussões que desaguaram na definição de um encontro nacional dos progressistas, programado para acontecer em Brasília, antes da Convenção Nacional do PMDB, justificando que a proposta de uma mudança do rumo histórico do PMDB, por um grupamento parlamentar e político, objetivava praticar o projeto futuro com uma militância forte no interior do partido: “Propomos a transformação e nos propomos a praticá-la.”

Os progressistas se constituíam numa corrente na Assembléia Nacional Constituinte, que buscava articulação com as bases do PMDB, na área sindical, no movimento cultural, no movimento comunitário e na comunidade técnica e científica para ir construindo o novo PMDB socialista que queriam os seus membros.

“Não somos uma força de divisão do partido. Ao contrário, queremos fazer o partido do futuro. Disputar sua hegemonia interna com as melhores propostas e trocar a saudável luta das idéias para fortalecer e unir o PMDB em torno da sua mais brilhante vocação histórica que é o socialismo com liberdade e participação democrática.”

Por solicitação de mais de um terço dos delegados na Convenção Nacional, a Executiva do PMDB fixou para os dias 18 e 19 de julho de 1987 a data para uma convenção extraordinária em Brasília. Como já mencionamos, sobre a defesa de se transformar os princípios programáticos e doutrinários do partido na base da futura Constituição Brasileira, a realização dessa convenção proporcionaria ao PMDB a oportunidade de reafirmar, atualizando, seus pontos programáticos fundamentais.



O senador Fernando Henrique Cardoso, em artigo publicado no jornal “Folha de São Paulo”, de 25 de junho de 1987, destacava que chegara a hora da verdade: “Ou o PMDB reafirma sua disposição favorável às mudanças, tornando-se, na prática, um partido da democracia e da reforma, ou será tragado pelo fisiologismo e pelo clientelismo.”

Para Fernando Henrique, não bastava o PMDB ser favorável às reformas. Era preciso que as suas propostas tivessem um cunho de modernidade e, portanto, “o progressismo, como agora são chamados os programáticos, não se confunda com um utopismo muitas vezes regressivo dos que imaginam que, sem prestar atenção à produção e às condições sociais concretas, basta a lei para criar o melhor dos mundos”.





## Progressistas Cobram Coerência

NUM ESTUDO BASEADO em pesquisa realizada na França sobre a despolitização, Marcel Merle faz distinção entre duas espécies de antipoliticismo ou atitude contrária à participação política: a tática e a doutrinária. O desinteresse pregado por motivos táticos é baseado na intenção de afastar o povo das decisões políticas. Os grupos de tendência totalitária, que desejam decidir sozinhos, sem interferência do povo, procuram desestimular a participação política. Através de um trabalho de propaganda tentam difundir a idéia de que o povo não pode e não quer perder tempo com problemas políticos.

Sem dúvida, havia aqueles que apostavam no afastamento do interesse popular do centro decisório em Brasília. Mas com o debate rico sobre o despertar da consciência para a Constituinte, que definiria os rumos do futuro do país, completando mais uma etapa para a transição política, que na minha opinião somente se consolidaria com as eleições diretas para a presidência da República, o PMDB foi jogado na berlinda.

Nesse momento cabe refletir sobre a democracia e a sua tarefa revolucionária. Foi assim que nos preparamos, da Baixada Santista e entre os assessores parlamentares de São Paulo, para o “Encontro PMDB: Programa e Compromisso”, realizado em Brasília, no auditório Nereu Ramos, nos dias 4 e 5 de julho de 1987. Elaboramos documento que levamos à Brasília, questionando, entre outros pontos, a timidez das reformas sociais pelo governo Sarney, a sabotagem do Plano Cruzado I, a queda de ministros progressistas e identificados com o ideário do PMDB/Resistência; e defendendo o conteúdo do manifesto “MDB – Socialista”, porque o partido precisava rearticular as forças populares para se constituir num grande partido de massas no Brasil, considerando ainda a necessidade de





se garantir a democracia interna e a representação de todos os segmentos e tendências nas suas instâncias de direção.

Havia, portanto, uma palavra de ordem, para conclamar a militância ao momento de transformação política do PMDB e do país. A propósito desse papel propositivo e revolucionário da militância partidária, Victor Márcio Konder<sup>5</sup> faz um depoimento, simples e didático, sobre a sua condição de militante comunista no final da década de 1930: “Por que me tornei comunista? Por que as pessoas se tornam comunistas? Escolher uma vida de sacrifícios, de severa disciplina auto-imposta, consciente? Qual a motivação dessas pessoas todas? Interessante. Se tem uma idéia, uma interpretação mecanicista ingênua do marxismo, de que as pessoas são compelidas, em geral, pela sua experiência material de vida. Isto é, estão passando mal, ganham mal, são exploradas, são mal remuneradas, então se tornam revolucionárias, se tornam esquerdistas, radicais, comunistas...”.

Na sua análise sobre o papel de um determinado tipo de militante, Konder reflete que, em geral, as pessoas exploradas e passando necessidades se tornam pessoas revoltadas. Quando resolvem se rebelar contra um governo, sob um estado conjuntural, diante de uma situação política etc, são revoltadas, e não revolucionárias. Revolucionárias muitas vezes nada têm a ver com sua condição de vida material. Revolucionário foi o nobre russo Vladimir Ilitch Ulianov, que não passava necessidades, não era explorado e nem assalariado. Revolucionário foi Karl Marx, “Herr Professor”, respeitabilíssimo. Pessoa da elite e que se casou com uma moça da mais alta elite, uma aristocrata. Revolucionário foi Frederick Engels, empresário bem sucedido na Inglaterra.

Revolucionária, portanto, a abertura do documento que serviu de base para a militância ciosa de mudanças, intitulado “Unidade Progressista para Avançar na Constituinte e Continuar a Luta do PMDB”: “Começemos pelo futuro. Em nome de nossa responsabilidade histórica declaramos conscientes da impossibilidade do sistema econômico em vigor responder às mais profundas necessidades humanas. Esta consciência nos

<sup>5</sup> No livro “Militância”, de sua autoria.



compromete com a tentativa de construir as propostas e os instrumentos para a superação dessa fase histórica e o ingresso também do Brasil numa nova era de liberdade, trabalho e felicidade.”

Também importante considerar que em meio às manifestações favoráveis à permanência da bandeira do PMDB cumprindo seus compromissos históricos no legislativo e no executivo e à eleição direta para presidente da República, em 15 de novembro de 1988, valeu a mobilização do movimento progressista em São Paulo, que elaborou moção e obteve a assinatura dos seguintes deputados estaduais, em 3 de julho de 1987: Adilson Monteiro Alves, Walter Lazzarini, Edinho Araújo, Mauro Bragato, Tonca Falseti, Nelson Nicolau, Rubens Lara, Waldir Trigo, Fernando Leça, Vanderlei Macris, Guiomar Namó de Mello, Waldemar Chubaci, Luiz Máximo, Luiz Francisco, Sebastião Bogнар, Vitor Sapienza, Lobbe Neto, Osmar Thibes, Ary Kara José, Roberto Purini, Erci Ayala, Maria do Carmo Piunti, Carlos Apolinário, Jurandir Paixão Filho, Randal Juliano, Arnaldo Jardim, Eni Galante, Luiz Lauro e Walter Mendes.

O encontro dos progressistas serviu para iniciar uma confrontação das propostas contidas no anteprojeto de Constituição, que estava sendo elaborado pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, com o programa do PMDB. Até a convenção nacional, todos os pontos polêmicos seriam analisados e divulgados num documento, que seria avaliado pelos membros e delegados do partido em meados de julho. Da mesma forma, os progressistas relacionaram todos os peemedebistas participantes das 24 subcomissões e das oito comissões temáticas, para reforçar os argumentos de cobranças àqueles que pudessem trair o programa e os compromissos do partido.

Dentre os parlamentares escalados para preparar o quadro comparativo estavam Nelton Friedrich e Hélio Duque (PR), Cristina Tavares (PE), Domingos Leonelli (BA), Paulo Ramos (RJ), Antonio Perosa e Koyu Iha (SP). Enquanto isso, durante o encontro, a tônica dos discursos e documentos apresentados por parlamentares federais, delegações de deputados estaduais, prefeitos, vereadores, dirigentes do partido de vários Estados, lideranças políticas e militantes, era favorável à ruptura com o governo Sarney. Prevaleceu, contudo, a ameaça de afastamento do governo federal.



O discurso do líder do PMDB no Congresso Constituinte, senador Mário Covas<sup>6</sup>, foi o ponto alto do evento e não deixou por menos o seu alerta aos companheiros de partido. Disse que “se na convenção estiver em jogo o governo ou o povo, o PMDB terá que estar com o povo e não com o governo. E que onde houver uma luta entre o capital e o trabalho, o PMDB deve estar com o trabalho”.

O senador Fernando Henrique, líder do partido no Senado, durante sua fala<sup>7</sup> destacou que “o povo já não crê que o PMDB seja capaz de fazer as mudanças. Vamos acender essa chama e, se os outros a apagarem, vamos acendê-la em outro lugar”.

<sup>6</sup> Discurso de Mário Covas: “Quero declarar, desde logo, que isso fique bem claro: Esta é uma reunião que visa a inspirar, a fortalecer e a reforçar o caminho do PMDB, na sua próxima convenção. Isto não é uma reunião de dissidência, isto é uma reunião de gente que tem compromisso com a história desse partido, com aquilo que está escrito nos seus estatutos, na sua história, na palavra dos seus grandes líderes e, portanto, os que aqui estão, vindos de cada recanto, quarenta e cinco a cinqüenta constituintes, duzentas pessoas originárias dos mais diversos Estados aqui estão com objetivo de procurar dar um rumo na direção, a melhor possível, a uma convenção que, neste instante definirá, para este partido, a reafirmação dos seus compromissos, compromissos de sempre, compromissos de ontem, compromissos de hoje, e, certamente, compromissos de amanhã. Que compromissos são estes?”

“Apóio-me no estatuto desse partido, como não podia deixar de ser, tendo em vista que a própria história desse partido é a sua vida, é o seu patrimônio, é o seu perfil que, afinal, lhe dá sustentação.”

“A primeira advertência do passado que encontramos no programa do PMDB é a absoluta e total superioridade das massas sobre as elites que pretenderam tutelar a crença do PMDB e, isso, está escrito como seu primeiro programa, como seu primeiro item de fundamentação da história do seu passado, a crença da primazia do povo. Se na Convenção estiver em jogo o povo e o governo que está aqui, o PMDB não terá nenhuma dúvida que estará com o povo.”

“A segunda lição que o passado nos forneceu é a de sustentar o nosso presente e projetar nosso futuro. É a afirmação de que este partido acredita na organização dos partidos, na organização da sociedade. Sem organização da sociedade não seremos capazes de avançar.”

“O terceiro princípio básico que nos serve como lição é a perfeita correlação que existe entre as aspirações trabalhistas e o regime democrático. Se hoje somos condôminos de um regime de poder que construiu a Nova República foi por determinação da vontade popular extremamente clara ao PMDB. O povo brasileiro determinou ao PMDB que fizesse uma aliança para efeito de se fazer a transição democrática, lembrando que o povo condenava o Colégio Eleitoral e que, portanto, desde logo, definia que a forma de mudança de um regime se daria inspirado naquele mesmo povo que nos deu esta autorização. O povo nos determinou também que tivéssemos consciência de que nos dava autorização para o exercício da tarefa de transformar o regime e, por isso, o terceiro princípio informa com absoluta e total clareza que as aspirações trabalhistas, que as conquistas de natureza concreta, através das quais o povo alcança os seus objetivos tenham uma profunda relação com o processo de liberdade e com a democracia. Nós, enquanto partido, temos, para efeito de que estas propostas concretas do povo, sobretudo dos seus setores mais carentes, possam ter viabilização, o compromisso com a construção democrática. A quarta fundamentação do programa do PMDB é que este partido é um partido que sabe que vivemos hoje numa sociedade cada dia mais complexa, onde os movimentos sociais se multiplicam e que, portanto, é preciso, não apenas ajudar, comprometer-se com a organização desses movimentos, mas estruturar um mecanismo mediante o qual o partido estabelecerá enlances com os movimentos sociais e, sem a pretensão de tutelá-los, possa representar um canal através dos quais eles manifestem sua opinião em cima desses quatro princípios.”

“É na primazia do povo que o programa do PMDB se inspira e se inscreve e, a partir daí, fixa os seus princípios.”

“O primeiro compromisso do PMDB é um compromisso com a democracia. Não uma democracia adjetiva, não uma democracia que precise de qualquer complemento, mas uma democracia que se desdobre não apenas



no político, mas no social, no econômico, em todos os setores da sociedade. O PMDB é um partido que se define com clareza. Ele quer estabelecer, com justiça, sua base social, e essa base se desdobra através das grandes massas, através dos profissionais e de todos os tipos de assalariados, através dos pequenos proprietários, dos pequenos agricultores.”

“O PMDB é um partido que tem compromisso com o trabalho e, sempre onde houver uma luta entre o capital e o trabalho, o PMDB está ao lado do trabalho. Esta é uma afirmação nítida, clara, que está no nosso estatuto, e mais do que isso, este é um princípio inscrito, o de número seis no nosso programa, aquele que nos diz com muita clareza o seguinte: O PMDB é um partido que, por ser democrático, admite divergências internas, admite até mesmo diferentes correntes de opiniões, mas essas divergências serão conciliadas pela forma democrática da audiência majoritária, através dos seus órgãos de ação, inclusive as suas convenções. Por ser um partido e não uma frente o PMDB não admitirá militantes quando sobre o comando de outra organização que não o PMDB.”

“Tenho com a história desse partido um vínculo que, eu diria, quase afetivo e que ultrapassa até mesmo o limite de outros compromissos. Eu quero dizer-lhes e vou repetir, porque acho que os que aqui estão pensam assim. Eu não saio desse partido e espero que cada um que aqui está continuará a sua luta, não para sair do partido, mas sim para fazer dele aquilo que nós sempre pregamos, e aquilo que ele tem como seu compromisso. Eu aqui estou para lutar, como vou lutar na Convenção, como continuarei lutando, para que este partido seja fiel à palavra dos seus maiores compromissos, aos seus documentos, à história, ao sangue, ao suor, à lágrima, à miséria que, durante vinte anos, se atravessou neste País.”

<sup>7</sup> Discurso de Fernando Henrique Cardoso: “Com a morte de Tancredo, houve um momento profícuo no Congresso Nacional. Foi quando, graças especialmente aos esforços do companheiro João Gilberto na Comissão Interpartidária que então se formava, nós desencadeamos uma série de medidas de alteração institucional. Depois das alterações que se processaram, eu creio que no mês de abril de 85, a nova mudança institucional ocorrida foi com a emenda apresentada à Constituição para que se convocasse uma Assembléia Nacional Constituinte.”

“Todas as emendas de fundo havidas ocorreram, portanto, em abril e maio de 85. Com as alterações introduzidas em 85, nós mudamos os personagens que desenrolam a cena política. Mas nós não mudamos mais nada quanto às estruturas do poder. A transição brasileira passou a estar congelada, e não há caso semelhante na história.”

“Companheiros e companheiras, eu participei da Comissão de Sistematização e verifiquei o que está acontecendo na Constituição. Não se iludam, a campanha que se faz hoje contra a Constituinte, contra o texto constitucional, não é pelo que ele tem de mal, e sim pelo que ele tem de bom. Hoje esta campanha imensa que se move para mudar tudo e explodir tudo, não é porque a Constituição seja má, ao contrário, é porque há avanços nela, e se quer explodir esses avanços. Nós mesmos às vezes falamos como a direita, em nome da esquerda. Nós não podemos confundir alhos com bugalhos, e a demagogia não ajuda nesse momento.”

“O que sair da Comissão de Sistematização para cair no plenário vai precisar de 281 votos para ser modificação. Então querem explodir já, na Comissão, para apresentar um outro anteprojeto que faz com que nós é que tenhamos que juntar os 281 votos para garantir um mínimo de avanço que está assegurado no texto atual.”

“Não nos iludamos, portanto, e analisemos com mais objetividade e mais profundidade o que está ocorrendo neste momento. Cabe a nós não fazermos o jogo de nos estreitarmos em posições que não serão acompanhadas pelo Centro Democrático; não do Centro Democrático, mas o centro da democracia, que é outra coisa: aqueles que sendo democratas e que sendo às vezes até pessoas moderadas não deixam de ter uma certa visão de avanço. É com eles que nós vamos ter que negociar. A nossa responsabilidade é portanto grande neste momento. Devemos tomar posições firmes, mas que correspondam à possibilidade de uma sustentação prática na Constituinte. Se nós não tivermos esta possibilidade, se nós fizermos o jogo somente da platéia, nós podemos gritar entre nós, sermos ovacionados, mas perderemos no voto.”

“E perdendo no voto, vamos perder vinte anos de luta.”

“É uma visão equivocada da Constituição imaginar que através dela se vai instaurar com estaca firme um avanço. Não: vai-se instaurar um caminho, mas o avanço só se assegura na luta social. É na luta cotidiana que o PMDB tem que se desenvolver. Não vamos colocar como expectativa na Constituição aquilo que ela não pode cumprir. Mas e nós não vamos deixar também que ela escape de conter as normas necessárias para que a transformação possa continuar. E isso nós podemos fazer.”

“Companheiros, companheiras, nunca escondi de ninguém e muito menos do presidente da República que eu sou favorável à eleição no ano que vem, em novembro de 88. Disse com toda clareza, em primeiro lugar, e fiz discursos dizendo isso. Embora eu tivesse, por concepção teórica, imaginado que fosse melhor o prazo de cinco anos para qualquer presidência da República, disse no Senado que, nas circunstâncias brasileiras, cabe antecipar essas eleições e fazê-las em novembro de 88. Disse e tomei opiniões dos senadores que, por uma diferença não muito grande, mas expressiva, mantiveram a mesma opinião que a minha, antes e depois do pronunciamento do presidente da República.”

“Disse ao presidente da República, de viva voz, o que lhes estou dizendo agora: que me parecia que Sua Excelência deveria assumir a posição de quem se antecipa a este processo e propõe eleições em novembro de



88 para poder ter condição política de conduzir a transição. Não pode haver título de glória maior para um homem do que ter realizado a transição para a Democracia. Disse isso com sinceridade ao Presidente.”

“Já disse tantas vezes e aqui repito: a diferença entre o político e o pregador é de que o pregador proclama o objetivo final, e o político constrói o caminho para se chegar lá. Quem tem a chama não apenas aponta o objetivo, às vezes cala sobre o objetivo, constrói o caminho. E cabe a nós, hoje, construirmos o caminho. O caminho para que a transição continue. O caminho que há de ser mais fácil, se essa transição vier banhada pelo voto popular, que sempre foi o nosso compromisso. O caminho que há de ser um caminho que aponte com clareza o que o Brasil hoje quer e pode ser.”

“Devemos marchar para uma posição que seja progressista, moderna. Que tome em consideração a responsabilidade política que nós temos. Que não jogue fora a criança com a água do banho, que aproveite o que de bom está posto na Constituição e que ao fazermos tudo isso, continuemos levantando neste País uma esperança que é a única que ainda existe, o PMDB, porque tem força, ser capaz de fazer as mudanças reais.”

“O povo já não crê. Cabe a nós nesse momento acendermos esta crença, mas nós não vamos fazer isto, pelo menos eu não farei como mera manobra ilusória, para depois não haver mudança alguma. Se chegarmos a este ponto, é que o PMDB terá acabado, e se ele tiver acabado, proclamaremos que ele acabou. Eu acredito que há possibilidade de ele viver. Vamos acender essa chama, e se outros a soprarem e apagarem-na, acenderemos noutra lugar, mas não deixaremos que o povo perca as esperanças.”



## De Volta à Oposição com o MUP

Do ENCONTRO “PMDB: Programa e Compromisso” nasceu o Movimento de Unidade Progressista – MUP, com o objetivo de organizar e escrever um documento sobre a conjuntura do País, os trabalhos constituintes e a situação do partido. O texto, intitulado “Unidade Progressista para avançar na Constituinte e continuar a luta do PMDB”, foi dividido em três pontos fundamentais: “O PMDB e um Projeto Nacional”, contendo posicionamento que estimula as forças populares formular as premissas básicas para a construção de um verdadeiro Projeto Nacional e que as classes dominantes foram incapazes de realizar, “Uma proposta de estratégia”, encaminhando debate para reafirmar e cumprir rigorosamente o compromisso do PMDB com a transição democrática, afastando-se do governo José Sarney, e “Pontos finais”, alertando a sociedade e o Congresso para a necessidade de preservar o processo constituinte da investida de forças retrógradas que querem controlá-lo ou desestabilizá-lo, e advertir a opinião pública de que os avanços constantes nos trabalhos das subcomissões, comissões e na sistematização causam reações graves e golpistas em setores autoritários e elitização do país.

Constituintes que compunham o MUP, sob a coordenação dos deputados Domingos Leonelli (BA), Nelton Friedrich (PR), Vilson de Souza (SC), Paulo Ramos (RJ), Percival Muniz (MT), Waldir Pugliesi (PR), José Carlos Sabóia (MA) e Cristina Tavares (PE): Francisco Küster (SC), Tadeu França (PR), Uldorico Pinto (BA), Ana Maria Rattes (RJ), Affonso Camargo (PR), Ademir Andrade (PA), Sigmaringa Seixas (DF), Raquel Capiberibe (AP), Haroldo Sabóia (MA), Cássio Cunha Lima (PB), Antero de Barros (MT), José Paulo Bisol (RS), Nelson Wedekin (SC), Vasco Alves (ES), Antonio Perosa (SP), Ivo Lech (RS), Hermes Zanetti (RS), Darcy



Deitos (PR), Vicente Bogo (RS), Koyu Iha (SP), João Natal (GO), Abigail Feitosa (BA), Jorge Hage (RJ), Carlos Mosconi (MG), Valter Pereira (MS), Geraldo Campos (DF), Hélio Duque (PR), Mansueto de Lavor (PE), Márcio Lacerda (MT), Otávio Elísio (MG), Mauro Campos (MG), Nelson Aguiar (ES), Virgílio de Senna (BA), João Hermann Neto (SP) e Rose de Freitas (ES).

O gaúcho João Gilberto Lucas Coelho, que foi deputado federal atuante nos anos 70 e o primeiro presidente da Fundação Pedroso Horta, como parlamentar sempre foi um militante combativo, e como militante durante a Constituinte teve papel importante na formulação de idéias e organização das doutrinas e propostas históricas do movimento democrático. Na fase de organização do MUP, João Gilberto se caracterizou como um formulador atento aos movimentos do Centrão, no Congresso, sempre preocupado com a opção de rumos do PMDB: “O PMDB tem uma oportunidade histórica de resgatar-se a si próprio. E ele é um grande patrimônio do povo. Irresponsavelmente nós estamos botando a perder talvez o maior patrimônio do povo brasileiro, das lutas democráticas, nacionalistas e populares de décadas neste país.” E preconizou: “É preferível que o PMDB saia dividido da convenção, do que da convenção não saia nada. Nós temos que tirar da convenção um PMDB afirmativo, um PMDB coerente. Um PMDB que entre políticas eventuais e o seu programa, que entre conjunturas eventuais e o seu programa, saiba optar pelo programa; ou confesse de público que o programa é irrealizável, que o programa era demagógico quando ele estava na oposição.”

No jornal em formato tablóide editado pelo MUP, contendo suas resoluções e encaminhamentos para a Convenção Nacional, de 18 e 19 de julho, sobressaía, dentre as suas palavras de ordem e slogans, o seguinte sobre a gestão de Sarney: “Este governo já saiu do PMDB, está na hora do PMDB sair dele.”



## Outra Realidade em SP

NO RETORNO DOS PARTICIPANTES do encontro dos progressistas em Brasília, a delegação de São Paulo optou pela organização de um evento estadual, planejando importar os principais líderes do MUP para debater com a militância paulista. Contudo, os deputados estaduais que tinham sido signatários da moção, inclusive apoiando diretas para presidente em novembro de 1988, tinham receio sobre a indefinição do governador Orestes Quércia em relação ao conteúdo das propostas do MUP.

Além de conduzir administrativamente o Estado, Quércia mantinha a controle da máquina partidária em São Paulo, dividindo poderes em algumas regiões com o senador Mário Covas e em menor escala com o grupo do senador Fernando Henrique. Tive dificuldades de realizar na Assembléia Legislativa uma reunião com o grupo de assessores parlamentares, para avaliar a reunião que originou o MUP, por duas razões: o recesso parlamentar de julho e o esvaziamento das autorizações de presenças dos assessores pelos deputados. Mesmo assim, chamamos um encontro ampliado, no gabinete do deputado Rubens Lara, sem o deputado, e que contou com as presenças de Evandro Losacco, Kowa Iha, Humberto Parro, Roberto Tamura, Ailton Nery, Roberto Gonçalves e Lawrence Pih. Organizamos uma estratégia para estar no comício pelas diretas-já, que seria promovido pelo PT na Praça da Sé, dia 12 de julho, e para a Convenção Nacional, dos dias 18 e 19 de julho.

No Vale do Ribeira, lideranças regionais receberam de maneira positiva a notícia da criação do MUP e das suas principais bandeiras de lutas. O jornal “A Tribuna do Ribeira”, de 8 de julho de 1987, repercutia o posicionamento de prefeitos, vereadores e militantes políticos da região, que foram unânimes na defesa de eleições diretas em





1988 e da obrigatoriedade de todos os parlamentares do PMDB cumprirem o programa e os estatutos partidários na elaboração da Constituição Brasileira.

As teses dos progressistas do PMDB tiveram a simpatia inclusive do prefeito de Jacupiranga, José Bértola, tido como conservador, mas que se classificava como um político de centro-esquerda. Bértola, além das diretas em 88, defendia também a adoção do Parlamentarismo como sistema de governo e, ao contrário da direção nacional do partido, achava que esses princípios deveriam ser discutidos e votados na convenção.

Também no Vale do Ribeira, para um dos maiores representantes da militância progressista do Estado, o ex-vereador de Registro Lauriano dos Santos, o PMDB deveria fechar questão sobre os temas polêmicos, como o sistema de governo e o mandato presidencial. Para Lauriano, o caminho de construir um PMDB Socialista viria separar definitivamente o joio do trigo: “Não consigo imaginar mais a convivência pacífica entre um líder progressista como Mário Covas e um porta-voz da União Democrática Ruralista – UDR<sup>8</sup> – e do *Centrão*, como o deputado Roberto Cardoso Alves. O Cardoso deveria procurar seus pares”, sentenciou o militante de Registro.

No dia 12 de julho, um grupo de militantes do PMDB e de estudantes da Baixada Santista lotou um ônibus e subiu a serra para participar do comício das diretas-já na Praça da Sé. Apesar do PMDB não participar oficialmente da campanha, porque seus dirigentes nacionais ainda não haviam decidido, o vereador de Santos Edmur Mesquita, Roberto Tavares, o “Betão”, Cecílio da Rocha Melo e eu levamos uma bandeira do partido, que era a única no meio de tantas vermelhas do PT, do PC do B e da União da Juventude Socialista – UJS. Edmur comprou um *botton* com o slogan do PT, “Sarney não dá, diretas já”, e ainda encontrou um meio de subir ao palanque, agitar a nossa única bandeira peemedebista e gritar ao microfone “Fora Sarney, fora Justo...”. Ele se referia a Oswaldo Justo, prefeito de Santos na época, de grupo contrário ao de Edmur e dos

<sup>8</sup> A União Democrática Ruralista – UDR – se constituía numa organização de proprietários de terras, que segundo os documentos do MUP era identificada na época como de extrema direita e sobre ela pesavam acusações de setores da esquerda de comandar a violência no campo.



progressistas locais, que fizeram o *debut* da militância do MUP em território paulista.

Enquanto a militância paulista e de outros Estados articulava uma presença maciça na Convenção Nacional de 18 e 19 de julho, eram sentidos os movimentos para tentar o esvaziamento do encontro, sob o argumento que a finalidade dessa manobra era de impedir que se ampliasse a divisão partidária, capaz de levar a uma ruptura de conseqüências imprevisíveis, possível até de comprometer a sobrevivência da legenda. Em relação ao mandato de quatro anos e ao apoio às eleições gerais em 1988, com diretas para presidente da República, essas propostas se respaldavam no amplo acordo político que ensejou o advento da Nova República, não significando um golpe contra direitos que o presidente Sarney imaginava adquiridos.

No dia 15 de julho, membros do MUP deram entrada em oito moções dirigidas à Convenção Nacional. As moções, em sua grande maioria, davam cumprimento às deliberações dos Encontros “Programa e Compromisso” promovidos nas duas últimas semanas pelos militantes da esquerda peemedebista em Brasília e em diversas capitais. Uma das moções apresentadas sugeria que o PMDB reafirmasse na Convenção os seus compromissos históricos e decidisse pelo afastamento do governo Sarney, assegurando, todavia, a sustentação política ao processo de transição democrática que se completaria com a nova Constituição e eleição do novo Presidente em novembro de 1988.

Na justificativa da moção, os progressistas registraram a crescente contradição entre as medidas concretas do governo Sarney e a linha política do PMDB: a desnacionalização da nossa economia, o arrocho salarial, a timidez da reforma agrária, o império do fisiologismo na prática política da Nova República, a submissão em que são mantidos os Estados e municípios sem recursos e sem reforma tributária de emergência, a aplicação da Lei de Segurança Nacional, as intromissões indevidas dos prepostos do Poder Executivo na Assembléia Constituinte e a tentativa de imposição extemporânea de uma nova Lei de Greve.”



## PMDB Decide não Decidir

VALEU A MOBILIZAÇÃO DA “direita” do PMDB, de comum acordo com o governo Sarney e governadores “aliados”, para frustrar a militância que foi a Brasília, na expectativa de garantir que o partido seguisse suas diretrizes programáticas na Constituinte. Mas a convenção nacional decidiu nada decidir, ficando patente o rompimento do partido com as suas bases, a pretexto de garantir uma unidade partidária e a prorrogação da sua permanência no poder, sem diretas, em 88.

Dois dias depois, em 22 de julho, o MUP divulgou um documento contendo uma análise do resultado da convenção, criticando, de maneira irônica, a maioria dos convenionais que frustraram as próprias expectativas de José Sarney. Primeiro porque não votaram o mandato de cinco anos, e segundo porque as bases do partido não se decidiram pelo mandato de quatro anos, deixando os parlamentares constituintes do PMDB livres para decidir e votar sem limitação partidária nas questões relativas aos sistema de governo e ao mandato presidencial.

Chamou a atenção da opinião pública artigo publicado no jornal “Folha de São Paulo”, em 29 de julho, intitulado “PMDB – partido morto por desprezar as bases”, de autoria de Lawrence Pih<sup>9</sup>, que comentava sobre a exclusão e a derrota dos principais líderes do PMDB com o resultado frustrante da Convenção Nacional. Em sua análise, Pih destacava que “na medida em que a mídia orquestra a conclusão de que o grande derrotado na Convenção do PMDB foi o senador Mário Covas, necessariamente também deve concluir que 70% da população foram derrotados

<sup>9</sup> Lawrence Pih, empresário, diretor-superintendente do Grupo Moinho Pacífico e mestre em Filosofia pela Universidade de Massachusetts (EUA), era militante ativo do MUP em São Paulo.



junto com o senador e, pior, 65% dos eleitores do PMDB foram traídos pelos delegados do partido, pois de longe a grande maioria da população e dos eleitores do PMDB desejam eleições diretas para a presidência da República, logo após a promulgação da nova Constituição ou em novembro de 1988”.

O militante do MUP mostrou também a sua frustração, até porque nas reuniões em São Paulo e em Santos ele sempre se mostrava otimista por conta da mobilização da militância histórica do PMDB e de partidos criados após o fim do bipartidarismo em 1979. Pih lamentava o fato de o PMDB não ter assumido a responsabilidade com a sociedade, e com as bases do próprio partido, conforme compromissos programáticos desde o MDB.

No dia 1.º de agosto de 1987, em São Paulo, houve uma reunião com a presença de cerca de 60 militantes do MUP e a participação do deputado Domingos Leonelli (BA), na Assembléia Legislativa. Esse encontro, cuja tônica dos discursos era a reflexão sobre o PMDB diante de dilemas históricos e a expectativa de cumprir à risca seus compromissos com a transição assumida com a escolha de Tancredo Neves no colégio eleitoral, foi coordenado pelo deputado estadual Walter Lazzarini, pelo prefeito de Osasco, Humberto Parro, e pelo militante Roberto Gonçalves.

Leonelli aproveitou a oportunidade para anunciar o apoio nacional do MUP à greve geral planejada para o dia 20 de agosto, pela CUT e pela CGT, merecendo do articulista Cláudio Abramo, do jornal “Folha de São Paulo”<sup>10</sup>, o seguinte comentário: “A iniciativa do MUP assinala uma atitude oposta à que é usual no PMDB, cujo presidente, o Dr. Ulysses, se jacta de nunca ter seu partido, em toda sua história, jamais dado apoio a qualquer greve, embora muitos de seus membros, inclusive ele próprio, tenham dado decisivo suporte a vários movimentos grevistas. O apoio do MUP (que não tem líderes nem chefes e cujos efetivos, de acordo com as diversas versões, oscilam entre 24 e 45 deputados e senadores do PMDB) marca também um passo em direção à eventual separação desse grupo do PMDB, mas essa é uma hipótese que os animadores do grupo não apreciam por ora deixando qualquer decisão para um futuro distante.”

<sup>10</sup> “Uma proposta socialista”, artigo de Cláudio Abramo na edição do jornal “Folha de São Paulo”, de 5 de agosto de 1987.



O ex-deputado federal Márcio Santilli fez um pronunciamento contundente sobre a necessidade do rompimento da grande frente política gerada durante a ditadura, porque acabaram os objetivos comuns do partido e que resistiam apenas as contradições internas.

Questionamentos acerca da democracia interna do PMDB, a influência e a participação de amplos setores na máquina partidária, também ocuparam as discussões. Roberto Tavares “Betão”, do diretório municipal de Santos, reclamou das dificuldades encontradas e enfrentadas pelos progressistas do PMDB de se realizarem politicamente no partido, ressaltando que “apesar de termos a alma do partido, não temos o poder”. Esse discurso, completado por outros na mesma direção, apontava para a dificuldade da manutenção da militância de esquerda dentro do partido. Walter Lazzarini e Parro descartaram a hipótese de discutir a saída do PMDB.

Mas, nessa mesma reunião, causou risos nervosos, conforme registro de participantes da reunião e da própria imprensa na época, a constatação feita por “Betão”, de que no Pará, região de conflitos de terras, há militantes do PT e do PMDB, inclusive deputados e advogados, sendo mortos, “provavelmente a mando de latifundiários e integrantes da UDR, que possui filiação no PMDB”.

Dessa reunião partiu a convocação de um novo encontro em São Paulo, marcado para o dia 22 de agosto, na própria Assembléia Legislativa. Durante os dias que antecederam o encontro, os militantes paulistas do MUP iniciaram a distribuição de uma convocatória, com os seguintes termos: “Convidamos a militância do PMDB identificada com o programa do partido... A reunião tratará dos assuntos que hoje preocupam as bases do PMDB, com destaque para o desgaste do partido na sociedade, refletindo em toda militância e nas lideranças com responsabilidade política perante a população. Se você acredita que o PMDB autêntico precisa renascer e se considera um participante histórico do legítimo partido de resistência que foi nosso MDB, esta reunião foi feita para você. Venha e traga propostas! Rearticulemos o setor progressista.”

No intervalo entre os dois encontros no território paulista, havia reuniões noturnas, às quintas-feiras, no gabinete do deputado Rubens Lara, sem a presença do deputado. Como coordenador dessa atividade



periódica, muitas vezes sem uma pauta prévia, fazíamos uma avaliação dos passos do MUP no Estado e no país. Fomos informados que, em Santos, o MUP já atuava como tendência no diretório municipal do partido e multiplicava sua representação nos municípios da Baixada Santista, litoral e Vale do Ribeira.





## De Facção a Partido?

PARODIANDO O TÍTULO do livro<sup>11</sup> de Jales Ramos Marques e David Verge Fleischer, a decisão de alguns parlamentares e militantes do MUP em acelerar a formação de um novo partido chegou a surpreender parcela significativa de outros parlamentares, governadores, prefeitos e militantes, que gostaria de cumprir e esgotar outras etapas no PMDB, dentro de uma expectativa de resgatá-lo, enquanto bandeiras históricas de lutas e influência nas suas instâncias de decisão, contra a então orientação nacional.

A tentativa dos dissidentes do PMDB de organizar um partido “popular” com o “socialismo no horizonte” repete proposta que fracassou no final dos anos 70. Entre 1977 e 1979, um grupo de intelectuais tentou organizar um “Partido Socialista” de tipo europeu no país. Participavam de sua articulação o então candidato ao Senado pelo MDB, Fernando Henrique Cardoso, os sociólogos Francisco Weffort, José Álvaro Moisés e Francisco de Oliveira, os economistas José Serra e Paul Singer e o ex-ministro do Trabalho, Almino Affonso.

Mário Covas e Luiz Carlos Bresser Pereira também compareceram a algumas reuniões. A idéia do grupo era unir o “novo sindicalismo” nascente no ABC, o grupo autêntico do MDB (Airton Soares / SP, Chico Pinto / BA, Alencar Furtado / PR e outros) e os intelectuais da chamada “esquerda independente”. A proposta fracassou com o surgimento do PT. Uma parte aderiu ao partido e outra manteve a opção pelo PMDB, revelando duas estratégias políticas diferentes. Uma privilegiando a atuação parlamentar e outra os movimentos sociais.

<sup>11</sup> “PSDB – De Facção a Partido”, editado em 1999 pelo Instituto Teotônio Vilela.



O PT se distinguiria por ter sido criado “de baixo para cima”, por ter saído das classes trabalhadoras e não dos meios parlamentares, das classes proprietárias ou do Estado, assinala Leôncio Martins Rodrigues<sup>12</sup>, complementando que, nesse sentido, “o PT seria a expressão mais pura da sociedade civil na sua luta contra o autoritarismo de um Estado dominado pelos militares e de uma sociedade capitalista”.

Ainda sobre o PT, Francisco Weffort, um de seus fundadores e ministro da Cultura no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), diz que o partido “exclui a hipótese do socialismo burocrático do tipo do Leste europeu, exclui a possibilidade da social-democracia a la Felipe Gonzalez ou do SPD (Alemanha): Não há, que eu conheça, nenhum caso que pudesse designar como modelo”.

José Dirceu, também fundador do PT e ministro chefe da Casa Civil no governo Luis Ignácio Lula da Silva (2003-), comenta para o livro de Leôncio Martins Rodrigues que “o PT aparece no bojo do movimento sindical do ABC e no interior das lutas populares. Nasce sustentado por lideranças da Igreja progressista, por intelectuais e setores da classe média que se opunham à ditadura e lutavam pelo socialismo. Na sua raiz, encontram-se, inclusive, organizações marxistas-leninistas”.

O articulista do jornal “Folha de São Paulo”, Newton Rodrigues<sup>13</sup>, escreveu sobre sentimentos internos dos peemedebistas do MUP, fazendo uma comparação histórica em busca da definição se “facção, partido ou frente”. Para ele os argumentos de que as eleições municipais de novembro de 1988 impõem opções imediatas são fracos. Justificava seu posicionamento a vigência da legislação orgânica dos partidos políticos, da necessidade do registro de um novo partido ter pelo menos um ano de existência legal.

Newton Rodrigues alertava que “conhecidos problemas dificultam novamente a criação de novos partidos, de feições mais nítidas. Os que a isso se abalançaram, como é o caso do PT, dos PCs e do PS somente sobrevivem legalmente porque foi adiada a aplicação dos dispositivos que os fariam perder o registro eleitoral”.

<sup>12</sup> No livro de sua autoria “Partidos e Sindicatos”, 1990, Editora Ática.

<sup>13</sup> Artigo intitulado “MUP, partido ou frente”, na edição de 14 de agosto de 1987 da Folha de São Paulo.







Havia sempre uma dicotomia entre as doutrinas partidárias, que a direção nacional do PMDB protegia guardadas no armário, e os interesses políticos regionais, vislumbrando disputas para controle das máquinas partidárias municipais e para viabilização de outros nomes do partido para as eleições de 1988. Ou seja, muitos parlamentares, lideranças e militantes migravam para o MUP por estarem inseridos na cultura partidária da reserva de espaço e de legenda para manutenção dos seus projetos eleitorais. Assim acontecia em dezenas de municípios do Estado de São Paulo. Por exemplo, onde evidenciava o controle da máquina partidária pelo grupo do governador Orestes Quércia. Mas havia também o viés ideológico, os compromissos históricos, autênticos.





## Portas Fechadas para os Progressistas

DOIS DIAS ANTES DA REALIZAÇÃO do encontro do MUP, programado para acontecer na Assembléia Legislativa de São Paulo no dia 22 de agosto, os coordenadores do movimento foram informados pelo deputado Walter Lazzarini que a presidência do Legislativo havia indeferido a cessão do local, apesar de anteriormente e informalmente terem liberado e reconhecido a convocação de parlamentares e militantes. À última hora a mesa diretora baixou um ato normativo proibindo a cessão das dependências da Casa, nos finais de semana, para encontros de qualquer espécie. “A decisão foi baseada na alegação de que estavam sendo constatados danos ao patrimônio do Legislativo. Assim foi interrompida a tradição democrática da Assembléia de abrigar reuniões de movimentos sociais e políticos, independentemente de suas inspirações ideológicas”, escreveu o jornalista Pedro Del Picchia, repórter do jornal “Folha da Tarde”, em 24 de agosto de 1987.

Houve nesse episódio uma curiosidade em relação ao novo local. Todas as portas que nós batíamos estavam fechadas para o encontro do MUP em São Paulo, havendo quem considerasse a culpa a uma intervenção do grupo do governador Quéricia. Mas, para não frustrar um trabalho convocatório de vinte dias, contatando deputados, prefeitos, vereadores, dirigentes partidários, militantes e simpatizantes do MUP, Fausto Ivan, Evandro Losacco, Roberto Gonçalves e eu conseguimos “alugar” um local: os salões da Pizzaria Torre do Bixiga, na rua 13 de Maio, 848, próximo à Brigadeiro Luis Antonio. Vale recordar que o acordo feito com os proprietários do restaurante, na época, impunha como contrapartida o consumo de uma rodada de pizzas para todos os participantes. E não era preciso dizer que esse acontecimento, provocado



pela surpreendente proibição da Assembléia Legislativa, obrigava os organizadores do MUP a garantir que o movimento não iria, na expressão popular, “acabar em pizza”.

No dia 23 de agosto haveria outro encontro regional em Santos, nas dependências da Escola Técnica Treinasse, na avenida Conselheiro Nébias, 337, ocasião em que o deputado constituinte Koyu Iha faria um balanço do movimento no Brasil para a militância engajada da região, que na época já mobilizava, além dos peemedebistas, insatisfeitos de outras legendas partidárias, vereadores, lideranças comunitárias e sindicais. O acirramento dos debates em Santos motivava, segundo notícias veiculadas pelo jornal “Cidade de Santos”, que “um grupo ortodoxo do PMDB estaria estudando o estatuto do partido e, com base nele, pretendia pedir a expulsão de todos os integrantes locais do MUP”.

Na instalação do MUP em São Paulo, peemedebistas discutiram a criação de um novo partido, mas prevaleceu a idéia de o grupo, por enquanto, continuar atuando apenas como uma ala progressista. Formar ou não formar um novo partido? Eis a questão, que manteve debates numa tarde de sábado no bairro do Bixiga, por mais de três horas, sob a presidência de Humberto Parro e a participação de uns cem militantes.

O principal expositor do encontro foi o deputado federal Domingos Leonelli, que discorreu sobre as dificuldades que a corrente progressista enfrenta. Disse que “o PMDB foi tomado de assalto pela direita”, mas descartou por ora a criação de um novo partido, considerando muito adversas as condições para a empreitada no momento.

Dois deputados estaduais paulistas do PMDB estiveram presentes à reunião: Tonca Falseti, da região de Osasco, e Fernando Leça, do Grande ABC. Alguns outros, embora não tenham comparecido, declararam-se solidários com a iniciativa. Entre eles: Walter Lazzarini e Nelson Nicolau. O deputado federal Koyu Iha (ausente) e o ex-deputado federal Márcio Santilli (presente) também participaram da organização do MUP em São Paulo.

Um dos pronunciamentos mais veementes da tarde foi o do deputado estadual Tonca Falseti, que considerou paradoxal a situação vivida pelo PMDB, lembrando que o partido comandou a campanha pelas eleições presidenciais diretas em 84 e que agora, com maioria na Constituinte, os



defensores das diretas-88 têm que passar abaixo-assinado na população para ver se conseguem aprovar a proposta.

“O PMDB está afundando; não cumpre os seus compromissos e por isso a população já não acredita mais nele”, resumiu Tonca Falseti. O parlamentar, ao sair da reunião, foi participar de um comício pelas diretas-88 no bairro Santo Antonio, em Osasco, junto com o prefeito Humberto Parro.

Vereadores e militantes de quinze municípios de São Paulo e de diretórios da capital concluíram a reunião sem uma deliberação final sobre a criação de um novo partido ou mesmo sobre a adesão organizada em uma das legendas já existentes, como o Partido Socialista – PSB, por exemplo. Prevalencia, no entanto, a idéia de continuar articulando uma corrente progressista dentro do PMDB.

Em Santos, onde aconteceu o 1.º Encontro Regional do MUP, participaram os deputados Koyu Iha (federal constituinte) e Rubens Lara (estadual), não faltando defesa em torno de uma estratégia para a depuração do PMDB, fazendo com que ele voltasse às origens e retomasse as bandeiras de luta que o conduziram a sucessivas vitórias.

O jornalista Fernando Allende<sup>14</sup> opinou sobre os resultados do Encontro Regional em Santos, focalizando o que chamou de “disparidade entre o discurso eleitoral peemedebista e a prática administrativa, apontada agora nacionalmente, e que já era conhecida na região, tornando-se motivo de escaramuças dentro do PMDB”.

“Dizem os peemedebistas satisfeitos” – continua Allende – “que é bom que os insatisfeitos abandonem o quanto antes o partido para se verem livres da oposição interna. Acontece que nem todos os descontentes estão dispostos a fazer as malas e abandonar o partido do prefeito. Não poucos permanecerão como vigilantes e combatentes até mesmo isolados, certos de que seu dever é lutar dentro do partido para quebrar as resistências internas e levar o PMDB a retomar o discurso do programa, esquecido na prática das administrações.”

<sup>14</sup> Fernando Allende foi editor de política do jornal “A Tribuna de Santos” e responsável pela coluna política “Dia a Dia”.





## Alternativa Partidária para Cumprir a Lei

COM A APROXIMAÇÃO DO prazo limite de um ano antes das eleições municipais de 1988, para que os potenciais candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores pudessem formalizar suas mudanças de domicílios eleitorais, e tendo em vista que poderiam formalizar suas filiações partidárias até seis meses antes do pleito, o deputado constituinte Domingos Leonelli distribuiu comunicação às coordenações regionais do MUP, com o objetivo de evitar o que chamou de “qualquer perturbação à unidade do movimento, separando a discussão do tema **alternativa partidária** das outras discussões”.

Segundo Domingos Leonelli, verificava-se que a preferência da maioria dos parlamentares e militantes do MUP seria pelo ingresso ao PSB, antes de se concluir o processo pela opção de fundar um novo partido. Dentro desse quadro, no dia 24 de agosto a coordenação nacional do MUP propôs o seguinte:

Fortalecimento maior da unidade política do MUP, assegurando nossa permanência no PMDB até a promulgação da nova Constituição;

Discutir coletiva e criativamente as bases ideológicas, filosóficas e políticas de uma nova militância voltada para um novo socialismo, moderno e democrático, patrocinando inclusive o Encontro Nacional da Militância Socialista em 19 e 20 de setembro;

Sugerir aos companheiros das bases municipais onde o PMDB tiver sido tomado pela direita e a convivência se tornando impossível, a formação com o PSB, dada a maior identidade com esta tradicional e respeitável sigla partidária;

Retomar a ofensiva da atividade do MUP na Constituinte e na campanha das Diretas.



Após essa iniciativa, uma nova comunicação foi distribuída à militância do MUP, para confirmar a realização do Encontro Nacional da Militância Socialista, cuja data foi prorrogada para os dias 3 e 4 de outubro no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília.

A idéia do encontro considerava que, após a análise da natureza de um novo projeto socialista para o Brasil, as possibilidades e os limites do PMDB como partido, o caráter de uma nova militância socialista e democrática e outros temas, o Encontro se encerraria com a aprovação de um Pré-Manifesto e de um regimento para a realização do Congresso Socialista que viesse a consagrar, se assim fosse a vontade da maioria, o programa, as bandeiras e a estrutura da organização socialista e democrática em nosso país.

Realizado o encontro, representativo, em meio aos trabalhos constituintes, não foi conclusivo ainda para uma assembléia de fundação, como tantos militantes e potenciais candidatos pretendiam. Prevalencia nas discussões temáticas a consideração original e de unidade do MUP, que um novo partido poderia nascer apenas na reta final dos trabalhos da Constituinte.

Mesmo assim, o período foi bastante rico para conhecer a gama de sistemas eleitorais experimentada no Brasil, na vigência do regime democrático-representativo. O registro desses argumentos está inserido no livro de Maria D'Alva Gil Kinzo<sup>15</sup>, que aborda com muita propriedade teórica nossa vivência diante das expectativas do “fica, não fica” no PMDB, para, como disse Fernando Henrique Cardoso, ter sempre a possibilidade de acender nossa chama de lutas em outro lugar, em outro espaço. Observe a análise histórica de D'Alva Kinzo: “Essa insatisfação se devia em grande parte ao fato de que os sistemas implantados transformavam-se facilmente, por lei ou pela prática, em instrumento do governo para formar maioria na Câmara. As mudanças no sistema eleitoral eram muitas vezes motivadas pela necessidade de permitir a representação das minorias. Eram, portanto, produto da luta política travada no interior da elite dominante: de um lado, as forças governistas tentando de todas as formas assegurar a unanimidade da representação e, de outro, as forças oposicionistas que pressionavam no sentido de lograr obter representação efetiva no parlamento.”

<sup>15</sup> Livro intitulado “Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil”, 1980, Edições Símbolo.





## Tudo Pronto para ter Partido Novo

O GRANDE DESAFIO CONTINUAVA sendo mesclar necessidade e dificuldades em ideologizar as grandes massas, conforme autocrítica do PCB no seu 8.º Congresso Extraordinário, em 1987. O partido reconheceu a dificuldade dos partidos ideológicos para elevar o nível político e ideológico de seus quadros intermediários e de filiados, o que exigiria um intenso, amplo e diversificado trabalho de educação política.

No seu livro “História dos Partidos Brasileiros”, o professor Vamireh Chacon<sup>16</sup> faz uma análise global, com alguns referenciais importantes, a partir da autocrítica do PCB: “Os partidos ideológicos atraem intelectuais, como é o caso do PC de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Villa-Lobos, Lorenzo Fernandez, Portinari e outros, ou o PSB de João Mangabeira, Orlando Dantas, Domingos Velasco e Hermes Lima, ou a Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale, San Thiago Dantas, Roland Corbisier, Guerreiro Ramos, Gerardo Mello Mourão, Dom Hélder Câmara, então Padre Helder Câmara, e Paulo Cavalcanti, muitos dos quais transitam da direita social-conservadora às esquerdas mais revolucionárias que reformistas. Os partidos ideológicos têm sido capazes, na América Latina, de conquistar inúmeros e brilhantes intelectuais, mas sem maior penetração nas massas, em geral maiorias silenciosas no mundo inteiro, não só no Terceiro Mundo como em outros mais empobrecidos.”

“Os partidos ideológicos tendem, por isso, a organizar-se em partidos de quadros, capazes de sobreviver até a perseguição quando em longas

<sup>16</sup> “História dos Partidos Brasileiros”, no capítulo sobre “Os Partidos na Quinta República”, que segundo Vamireh Chacon compreende o seu período de estudo entre 1964 e 1985.



fases na ilegalidade. Já os partidos de interesses costumam irromper em frentes amplas, à maneira do Movimento Democrático Brasileiro, das quais vão se separando grupos ideológicos diferentes, ao modo do PDT de Leonel Brizola e do PT, ele próprio uma ampla frente de esquerdas independentes, convergindo nos momentos decisivos.”

Consagrados dissidentes do PMDB, organizados no MUP, em pleno desenvolvimento da Assembléia Nacional Constituinte, o passo seguinte ao Encontro da Militância Socialista foi a divulgação de quais seriam as exigências mínimas para a construção de um novo partido, após cumprir todas as etapas de debates e aprofundamento das nossas idéias:

- “1 – Definição de um projeto de sociedade, de uma concepção de desenvolvimento político e do caráter do Estado; objetivando efetivas transformações sociais;”
- “2 – Definição de um projeto nacional e suas etapas;”
- “3 – Definição de políticas setoriais capazes de orientar a militância cotidiana;”
- “4 – Definição clara do perfil ideológico;”
- “5 – Forma de organização que assegure a democracia interna, a eficácia da ação política e, principalmente, viabilize a participação da sociedade no processo político:
  - 5.1 – filiação individual nas estruturas de base do partido, mediante a aprovação coletiva;
  - 5.2 – mecanismo estatutário que assegure a prevalência da vontade das maiorias, a disciplina e o respeito pelo programa do partido;
  - 5.3 – fidelidade das representações políticas no Executivo e Legislativo ao programa e às diretrizes partidárias, fiscalizada pela organização;
  - 5.4 – participação no mínimo de um terço não parlamentar em todas as instâncias de direção partidária;
  - 5.5 – política e estruturas orgânicas voltadas para formação e desenvolvimento de quadros do partido (escolas, seminários, cursos etc);
  - 5.6 – obrigatoriedade de contribuição financeira regular proporcional ao rendimento do militante;





- 5.7 – eleição direta entre os membros de cada instância partidária para escolha de candidaturas do partido a cargos eletivos e para os partidários só com mais de um ano de inscrição, salvo deliberação em contrário das convenções;
- 5.8 – mecanismo que possibilite a destituição dos ocupantes de cargos diretivos do partido, em todos os níveis, mediante deliberação dos órgãos respectivos (Diretórios e Convenções);
- 5.9 – obrigação de reavaliação anual das filiações com distinção entre filiado e militante.”





TERCEIRA PARTE

# Perto do Pulsar das Ruas, Nasce o PSDB!





ÉRAMOS TODOS MILITANTES de uma causa revolucionária para o Brasil, no momento em que ele estava mais carente de oxigenar os canais de participação da sociedade, porque seus rumos constitucionais estavam em questão. Éramos coadjuvantes de um processo de mudança, integrantes de uma organização partidária que sempre correspondeu aos nossos anseios históricos, de bandeiras doutrinárias, comportamento guerreiro pela democracia, que sempre nortearam movimentos comuns e em estado de luta permanente. Tínhamos um PMDB majoritário na Assembléia Nacional Constituinte e com amplas possibilidades de praticar o seu compromisso com o nosso país.

Nossa posição era desconfortável, observando nossas lideranças se agrupando em tendências como o Movimento de Unidade Progressista para enfrentar contradições com o perfil de PMDB Frente, que reunia Centrão, UDR e nós. Pela análise do projeto de Constituição, aprovado pela Comissão de Sistematização, podia-se observar que o saldo até o final de 1987 era positivo, no tocante às liberdades individuais – entre elas os dispositivos do *habeas data* e o mandado de injunção; no campo social, a redução das desigualdades, a universalização do atendimento à educação, saúde e direitos dos trabalhadores.

A Constituinte também proporcionava expor o artificialismo das organizações partidárias no Brasil, descomprometidas de fundamentação ideológica, democracia interna, fidelidade etc. No caso do PMDB e do governo José Sarney, tanto a crise econômica quanto a de governabilidade tornaram frágeis os compromissos firmados à época da transição democrática. Nesse aspecto, Sarney passou a operar no Congresso para prolongar sua permanência no governo, valendo-se do fisiologismo para



garantir que o seu mandato tivesse cinco anos e retardasse as eleições diretas para a presidência no final de 1988.

Em São Paulo, acompanhando passo a passo as movimentações em Brasília e cobrando a atuação dos parlamentares que representavam os interesses do Estado na Constituinte, mantivemos reuniões semanais na Assembléia Legislativa, com os assessores da bancada estadual progressista e com convidados da sociedade civil, além de prefeitos, vereadores e militantes de diretórios zonais do PMDB da capital e do interior. Continuamos abastecidos de documentos elaborados pelos parlamentares dirigentes do MUP na Constituinte, através do deputado Koyu Iha, que estava sempre disposto a manter encontros regionais de mobilização.

No final de 1987 e começo de 1988, a representação estadual do MUP funcionava como uma tendência no PMDB e aglutinava militantes e companheiros de outras legendas, identificados com a nossa linha programática. Entre nós havia, como já interpretei, dois interesses distintos: uma busca de militância doutrinária, socialista e democrática; outra, tentando garantir estrutura partidária para viabilizar projetos eleitorais, dificultados pelo controle local de dirigentes ou líderes com objetivos adversários.

Questionado sobre a precipitação da construção de um novo partido, o deputado constituinte Koyu Iha, entrevistado pelo jornal “A Tribuna de Santos”, ponderava em novembro de 1987, que “o novo partido é quase uma realidade e que ainda havia dificuldades relativas à sua formação. A principal delas é que na hipótese de serem aprovados, pelo plenário da Constituinte, os cinco anos para Sarney, os políticos do chamado *Centrão*, bem como os de direita, poderiam formar um outro partido de sustentação do governo. Esse partido aglutinaria a ala mais conservadora do PMDB, sobrando a legenda para recuperar o seu destino histórico, de centro-esquerda, social-democrata, socialista”.

Em novo artigo publicado no jornal “Folha de São Paulo”<sup>1</sup>, Lawrence Pih reforça que ninguém poderia estar surpreso com a coloração conservadora

<sup>1</sup> “Tendências e Debates”, edição de 9 de dezembro de 1987.



da Assembléia Nacional Constituinte: “Eram previsíveis os resultados daquelas eleições (*de 15 de novembro de 1986*), visto que as forças conservadoras despejaram quantidade de recursos jamais vista na história eleitoral do país e demonstraram a eficácia do processo de sensibilização instrumentado através dos veículos econômico-financeiros, que resultou na eleição deste Congresso que sepultará o país.”

O posicionamento de Pih, que era presença constante nas reuniões identificadas como “MUP sem mandato parlamentar”, estava afinado com o grupo histórico do PMDB, que divulgou nota no dia 10 de janeiro de 1988, em Brasília, resgatando a luta histórica do partido, “sustentada há mais de vinte anos pelas bases e lideranças partidárias, pela democracia e por um projeto nacional de desenvolvimento, que promova o crescimento do país e corrija as desigualdades sociais e regionais”.

“Conduzindo o maior movimento popular da nossa história, que promoveu o reencontro do Brasil com o regime democrático – a campanha das diretas –, o PMDB assumiu a responsabilidade de promover a transição do autoritarismo para a democracia, que se encerra com a aprovação da nova Constituição e a realização de eleições presidenciais. Prolongar o transitório é farsa.”

“Começar de novo” foi o slogan que começou a ser divulgado pelo movimento dos autênticos e históricos do PMDB, por meio de manifesto, aprovado em 9 de janeiro de 1988, em Brasília, na casa do senador Fernando Henrique, com as presenças de Euclides Scalco, José Richa, Franco Montoro, Mário Covas, entre outros. A divulgação de seu conteúdo por toda a imprensa brasileira, com o objetivo de marcar posição do grupo que já não escondia mais o desejo de deixar o PMDB, sinalizava a insatisfação com os rumos do partido.

Na realidade, as principais lideranças progressistas do PMDB, que não compunham o MUP, mas que vinham contribuindo para o debate nacional sobre suas contrariedades em relação aos descaminhos do governo Sarney, formadores de opinião nacionais e campeões brasileiros de votos, quando difundiram o manifesto sem dúvida marcaram bem as divisas entre progressistas e conservadores da Constituinte.

Também sob o pretexto histórico e autêntico de que prolongar o transitório era uma farsa incompatível com as suas histórias de militância e





empenho na luta pelo resgate dos compromissos do movimento democrático brasileiro, houve união em torno dos seguintes pontos:

- Aprovação rápida da nova Constituição – Constituição já;
- Eleições presidenciais em 88;
- Renovação imediata das práticas partidárias, a começar pelo preenchimento, dentro de 30 dias, das vagas da direção por representantes fiéis à linha programática;
- Reconhecimento, por decisão do Diretório Nacional a ser tomada nos próximos 30 dias, de que o governo – por suas políticas, práticas e escolhas – afastou-se do PMDB, e que a este cabe opor-se às decisões do governo que contrariam seu programa;
- Candidato a presidência da República, que expresse autenticamente os ideais de luta democrática e mudança social que marcam a história do PMDB.

No dia 23 de janeiro, foi realizado em Santos o 2.º Encontro Regional do MUP, nas dependências da Escola Treinasse (Avenida Conselheiro Nébias, 337). Pela coordenação do movimento na Baixada Santista, assinavam Roberto Tavares, Cecílio Melo, vereador Edmur Mesquita (Santos), vereador Paulo de Souza (São Vicente) e eu. Nessa reunião, os participantes, de toda a região debateram o documento intitulado “Para garantir privilégios da minoria o centrão é contra a democracia”.

Em São Paulo, as reuniões sobre os rumos e as adesões ao movimento progressista continuavam acontecendo às quintas-feiras, na Assembléia Legislativa, até que o local, o gabinete do deputado Rubens Lara, ficou pequeno para a quantidade de participantes, que aumentava de semana para semana. Diante desse impasse, procurei Silvio Aleixo, que trabalhava no escritório do ex-governador Franco Montoro, localizado nas proximidades da Assembléia, na avenida República do Líbano. Lá, em companhia de Evandro Losacco e Kowa Iha, consultamos sobre a possibilidade



de Montoro autorizar a realização das reuniões das quintas-feiras no seu escritório, denominado “Participação”.

Franco Montoro não só autorizou o uso do espaço como estimulou que membros da sua equipe dos tempos do governo estadual também participassem dos encontros. Uma curiosidade nesse novo período: havia semanas que a casa estava cheia, mas logo surgiam rumores que o grupo do governador Orestes Quércia mandara “olheiros” para diminuir a participação, que algumas vezes se restringia ao Evandro, Kowa, Aleixo, Roberto Gonçalves e eu, que ainda me deslocava diariamente para Santos.

Nessas reuniões a tônica era fortalecer o movimento progressista, mas lutar internamente para reconduzir o PMDB ao seu ideário. Novo partido, nem pensar, para a maioria não tão iniciada como nós. Mas todos eram receptivos aos documentos oriundos de Brasília, como o produzido pelo coordenador nacional do MUP, deputado Domingos Leonelli<sup>2</sup>, intitulado “Oposição Parlamentar ou Unidade Socialista?”, que dizia: “Enquanto nos concentramos 12 a 18 horas por dia em reuniões e em sessões de votação na Assembléia Nacional Constituinte, o Brasil aí fora desmorona, decorrência de um desgoverno que assusta a todos. Corremos o risco de ao terminarmos de escrever a Constituição do Brasil, não haver mais Brasil.”

“Justíssima, assim, a proposta do deputado César Maia (PDT-RJ), no sentido de melhor organizar a oposição parlamentar ao governo Sarney. A idéia, previamente debatida com alguns companheiros do MUP/PMDB era, no entanto, mais ampla e mais flexível. Ou pelo menos assim a entendemos. A proposta incluía os componentes oposicionistas de fiscalização, denúncia e contribuição propositiva para a conjuntura imediata. Mas visava também articular, num plano mais permanente, a **unidade das forças socialistas** no parlamento.”

Em março, Evandro, Kowa e eu marcamos visita e fomos recebidos na Câmara Municipal de São Paulo pelo vereador Walter Feldmann e pelo seu assessor Edson Aparecido. Na oportunidade, os convidamos a participar das reuniões promovidas no escritório “Participação” e anunciamos que a idéia era organizar encontro estadual.

<sup>2</sup> Em 14 de março de 1988, com o objetivo de “unificar e organizar os socialistas”.





No estado de São Paulo, a primeira notícia que chega do afastamento da composição de diretórios municipais do PMDB, embora fosse do conhecimento que se tratava de um potencial candidato do partido a prefeito de uma grande cidade, é de Santos. O deputado estadual Rubens Lara, em longa nota oficial, no dia 16 de março de 1988 comunicou ao diretório local do partido que não participaria do processo eletivo peemedebista. Na explicação, Lara formulou acusações endereçadas ao prefeito Oswaldo Justo, que detinha o controle do PMDB, enfatizando sua disposição de concorrer à prefeitura.

No mesmo dia – e segundo o colunista político do jornal “A Tribuna” de Santos, quase na mesma hora – o deputado constituinte Koyu Iha também divulgou nota oficial revelando estar fora do processo de eleição do novo diretório do PMDB de São Vicente. A exemplo de Lara, não poupou críticas ao prefeito Sebastião Ribeiro da Silva, que possuía ampla maioria entre os convencionais com direito a voto numa futura convenção. Koyu também salientou sua disposição de disputar a prefeitura.

Como ambos lideravam a discussão sobre a dissidência partidária no estado de São Paulo e tendo em vista suas disposições de enfrentar os rivais do PMDB numa disputa das eleições municipais, essa atitude provocou intensa especulação sobre o destino partidário de cada um.





## FHC e Covas Sinalizam para o Mês de Junho

NO DIA 11 DE ABRIL, o jornal “Folha de São Paulo” publicou entrevista exclusiva com o senador Fernando Henrique Cardoso, intitulada: “Novo partido deve ser criado até junho, diz Cardoso”. Para Fernando Henrique, “o novo partido tem que estar na rua até o final de junho ou então não vai haver novo partido”.

Essa foi uma das entrevistas onde o senador apontou com maior clareza o seu objetivo de formar uma legenda progressista, e deu pistas sobre o perfil da nova agremiação política: “Tem que ser claramente um partido que se ponha no centro-esquerda, que tenha limite à esquerda e à direita, e que a esquerda desse limite seja o seguinte: não queremos esquerda autoritária, que é a esquerda que pensa que vai mudar a sociedade e que é preciso se encarapitar no Estado seja por eleição seja pela revolução. E que, a partir do Estado, ela faça as reformas na sociedade. Essa esquerda nós não queremos. Não queremos também a esquerda populista, a esquerda que pensa que o Estado é uma máquina de benesses sem fim. Essa atitude irresponsável para com a produção, para com as leis de mercado, para com um desenvolvimento econômico a médio prazo não nos serve também, é demagógica. Qual o limite da direita? Eu acho que os liberais democráticos, sim, desde que sejam modernos. Que é ser moderno? Significa que não pode pensar como no século 18, que o mercado rege tudo e que acaba não entendendo o mundo atual, que é o mundo em que existe o Estado. O Estado não pode ser tudo, mas ele também é uma realidade, e essa realidade, principalmente num país em transformação, requer a sua existência.”

Fernando Henrique disse que considerava “um quase milagre” que o novo partido não surgisse. E justificou: “Por que um quase milagre? Porque



seria preciso que o PMDB votasse quatro anos nas disposições transitórias e que os ministros do PMDB se desobrigassem do governo.”

Na mesma edição da “Folha de São Paulo” há matéria sobre “Articulação do novo partido quer lançar Covas candidato a presidente”, noticiando reunião que aconteceria num apartamento da Asa Sul, em Brasília, onde sete parlamentares receberiam o senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso Constituinte, para uma reunião de avaliação sobre a criação do novo partido. O senador José Richa (PR), o deputado Euclides Scalco (PR), peemedebistas, e os deputados Jaime Santana (MA) e Saulo Queiroz (MS), pefelistas, estariam entre os presentes. Conforme o repórter Bob Fernandes, da “Folha”, Mário Covas ouviria uma opinião, com uma sugestão embutida: o novo partido deve lançar, o mais rápido possível, um candidato à presidência da República.

Além da sugestão para que apresse sua entrada no novo partido e aceite o lançamento de sua candidatura, ou pelo menos endosse a tese abrindo espaço para lançamento de um nome forte, Covas ouviu uma avaliação sobre as composições nos Estados.

Ao mesmo tempo em que as principais lideranças definiam estratégias de ação para a Constituinte, nos bastidores políticos de Brasília os parlamentares, senadores e deputados se movimentavam também para proceder alterações na legislação partidária, de modo a permitir que os prazos possam ser estendidos para novas filiações e encurtassem as dificuldades para a obtenção do registro provisório.

Os parlamentares mais ansiosos com a adesão de Covas e Fernando Henrique ao novo partido tinham a preocupação de manter a mobilidade dos dois líderes do Congresso, tendo em vista que as conquistas no setor da economia e dos direitos sociais na Constituinte careciam da mobilização parlamentar, sendo um risco qualquer iniciativa que pudesse levar à dispersão de deputados e senadores.

Nesse período, o ex-governador Franco Montoro, que em São Paulo liderava o movimento dos dissidentes do PMDB, intensificava sua presença em Brasília, se propondo a formar diretórios provisórios, “ainda que informais”, para avançar na organização em todo o país, principalmente porque muitos parlamentares constituintes tinham a disposição de concorrer às eleições municipais de novembro de 1988.



## 21 Estados Preparados para o Novo Partido?

ALÉM DO TRABALHO DE mobilização e articulação desenvolvidos pelo Movimento de Unidade Progressista – MUP, a presença do senador paranaense José Richa e de Franco Montoro durante o mês de abril serviu para identificar e explorar alas de centro-esquerda do PMDB, e de dissidentes do PFL, PDT e integrantes do PSB e do PDC. O quadro de prospecções políticas por Estados era o seguinte, conforme o jornal “Folha de São Paulo”:

**AMAZONAS:** O candidato a prefeito de Manaus pelo PSB, Arthur Virgilio, era o nome forte para encabeçar o novo partido. A deputada Beth Azize (PSB) também estava cotada.

**ALAGOAS:** O deputado federal José Costa e o senador Teotônio Vilela Filho (PMDB) comandam as articulações. O governador Fernando Collor de Mello havia mandado um aliado, o deputado Renan Calheiros (PMDB) para “guardar um lugar”, mas essa estratégia encontrava a resistência do deputado Costa e do deputado Tomas Nono (PFL), que também tinha interesse em participar.

**BAHIA:** O governador Waldir Pires não pretendia desmontar o PMDB no Estado, embora tivesse muita simpatia pelas movimentações. O deputado Domingos Leonelli figurava como um dos principais coordenadores do MUP.

**CEARÁ:** O nome da deputada Moema Santiago (PDT), dissidente do seu partido, era o nome mais provável. Lúcio Alcântara (PFL) também cogitava.



**ESPÍRITO SANTO:** A deputada Rose de Freitas, da coordenação do MUP, um nome certo; o governador Max Mauro conversava; e Gerson Camata tinha como condição não votar os cinco anos para Sarney.

**GOIÁS:** Na frente estão os pefelistas Pedro Canedo e Jalles Fontoura. Há conversa também com o senador Mauro Borges, do PDC.

**MATO GROSSO:** O governador Carlos Bezerra preferia chegar às eleições municipais sem desmontar a máquina do PMDB, o mesmo ocorrendo com o prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira. Do MUP figuravam Antero de Barros e Percival Muniz.

**MATO GROSSO DO SUL:** Saulo Queiroz, secretário-geral do PFL, é nome certo. Participam de conversas o senador Mendes Canale e o deputado Plínio Martins, ambos do PMDB.

**MARANHÃO:** O articulador é o deputado Jaime Santana (PFL). Os deputados Haroldo Sabóia e José Carlos Sabóia, ambos do MUP, também estavam cotados.

**MINAS GERAIS:** Oito constituintes liderados por Pimenta da Veiga, e entendimentos com o ex-governador Hélio Garcia. O senador Itamar Franco (PMDB) foi contatado, e o deputado Aécio Neves pode vir.

**PARANÁ:** O senador José Richa e o deputado Euclides Scalco, além do deputado mupista Nilton Friedrich.

**PARÁ:** O senador Almir Gabriel e o prefeito de Belém, Coutinho Jorge.

**PIAUI:** Deputada Miriam Portela, o prefeito de Teresina, Wall Ferraz, o deputado Paulo Silva e o senador Chagas Rodrigues, dissidente do PMDB.

**PERNAMBUCO:** Os deputados Fernando Lyra e Cristina Tavares, desligados do PMDB, o deputado Joaquim Francisco e o prefeito de Recife, Jarbas Vasconcellos.





**RIO DE JANEIRO:** O senador Artur da Távola, as deputadas Sandra Cavalcanti e Ana Maria Rattes.

**RIO GRANDE DO SUL:** Senadores José Paulo Bisol e José Fogaça, os deputados Nelson Jobim, Hermes Zanetti e Antonio Britto. O ex-deputado Nelson Marchezan.

**RIO GRANDE DO NORTE:** Deputada Wilma Maia, os senadores José Agripino e Lavoisier Maia.

**RONDÔNIA:** O ex-deputado Francisco Erse (PFL).

**SANTA CATARINA:** O senador Nelson Wedeckin e o deputado Konder Reis.

**SÃO PAULO:** Os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes, além do ex-governador Franco Montoro.

**SERGIPE:** O prefeito de Aracaju, Jackson Barreto.

Foi em abril que, numa das reuniões preparatórias da formação do partido em Brasília, que um grupo de simpatizantes do movimento em Minas Gerais, liderados pelo deputado Ziza Valadares, propôs que houvesse um símbolo para simplificar a identificação do partido e facilitar sua comunicação. Sugeriram que esse símbolo fosse um “tucano”, com base em três significações: 1 – o tucano de peito amarelo que identifica a cor da campanha cívica pelas diretas para presidente; 2 – o tucano simboliza o movimento ecológico e a defesa do meio ambiente; e 3 – o tucano é uma ave brasileira, traz a idéia da liberdade.





## Pimenta da Veiga em Santos

OS DEPUTADOS FEDERAIS constituintes Pimenta da Veiga, que já havia deixado o PMDB, e Koyu Iha, que ainda permanecia no partido, reuniram em Santos, no dia 30 de abril, militantes e lideranças políticas da região da Baixada Santista, litoral e Vale do Ribeira, ciosos de uma definição nacional, uma vez que as últimas notícias de Brasília, com os posicionamentos dos senadores Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e José Richa apontavam que o caminho já estava decidido, novo partido em junho.

No auditório da Escola Treinasse, que sempre abriu suas portas para a dissidência partidária de toda a região, Pimenta da Veiga tinha consciência que o encontro, embora regional, era o primeiro grande evento do estado de São Paulo durante esse processo, cujo tema para a mobilização foi “Partido: Participação e Compromisso”. A militância voltada para a construção de um novo partido, envolvida nessa tese desde o início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, quando começou a discordar dos posicionamentos do PMDB, buscava formas de viabilizar uma nova alternativa, que teria de possuir uma estrutura moderna, possibilitando a democracia interna – um elemento indispensável – e compromissos efetivos de militância, que garantissem a vontade das maiorias, a disciplina e o respeito pelo seu programa.

Pimenta da Veiga ouviria também da militância, que se caracterizou como de vanguarda no movimento paulista, exigências da adoção de mecanismos criteriosos de seleção para admissão de filiados, sem os quais ocorreria a escandalosa corrupção interna – um dos males que mais afligem o PMDB –, com filiações indiscriminadas e descomprometidas.

Falando a uma platéia atenta e compenetrada, Pimenta da Veiga, visto que estava sendo o responsável nacional pela elaboração dos estatutos



que iria gerir o novo partido, ressaltou que as portas estariam abertas a todas as lideranças políticas que não conseguiam mais se compatibilizar com as posições e procedimentos da cúpula governamental. O processo dissolutivo dos grandes partidos, tão logo terminasse a Constituição, era inevitável, salientava o deputado.

Apesar de muitos dos políticos presentes – entre os quais os deputados Koyu Iha (Constituinte) e Rubens Lara (Estadual), além de vereadores e dirigentes municipais do PMDB e de outros partidos de toda a região – afirmarem que o partido precisaria construir, de forma definitiva, sua estrutura ideológica e assumir abertamente seu posicionamento político, a contagem regressiva para as eleições de novembro e a necessidade de disporem de legendas para acomodação dos seus projetos locais também ocuparam espaço nos debates de Santos.

Pimenta da Veiga fez considerações<sup>3</sup> sobre todas as dúvidas da militância, que em todo o momento ressaltava a preocupação em pôr fim aos expedientes das filiações em massa, que recheavam “caixas de sapatos”, para desfigurar a direção programática em benefício do poder quantitativo da representação política.

<sup>3</sup> Resumo da fala do deputado Pimenta da Veiga, em Santos: “Atendemos a um convite do deputado Koyu Iha, notável homem público brasileiro, para aqui estarmos nesta bela reunião a fim de trazer algumas informações. Mas muito mais do que isso, para buscar com vocês que militam politicamente as avaliações de que tanto necessitamos. Penso que o que é esperado é uma discussão do momento político. Não podemos falar de um novo partido sem isso. E para aprofundarmos o debate, precisamos pesquisar as causas e as origens dos desacertos que estamos vivendo.”

“Estou certo de que a grande maioria dos presentes participou das campanhas cívicas de 84/85. Nos juntamos todos para derrotar o autoritarismo, para pregar novas idéias, todos saíram às praças, encheram as ruas. As idéias renovadoras, o sentimento de modernidade – derrotar pacificamente o autoritarismo acabou acontecendo.”

“Foi preciso um instrumento – foi o PMDB. Por isso a responsabilidade do PMDB de cumprir as expectativas que ele próprio abriu. Instalada a Nova República, apesar da maldade do destino, o PMDB não soube concluir a transição, conduzir o Brasil para os caminhos que ele próprio propôs. Perderam-se nos caminhos do fisiologismo.”

“Não viemos para julgar os fatos passados e muito menos as pessoas. A dívida externa é maior que antes. Há submissão com os bancos. Os juros internos eram de 10%, hoje são de 25% ao mês. O desemprego tem níveis maiores. A corrupção que corrói a administração pública impera em todos os setores.”

“As bandeiras que carregamos, as posturas que defendemos estão abandonadas. Não se faz democracia sem partidos fortes. Hoje só se pode administrar a sociedade através da democracia representativa – com partidos políticos representativos e respeitados. Esta é a missão que temos. Há espaços para uma nova agremiação, intérprete dos segmentos sociais que hoje estão abandonados. Por exemplo, ao falar sobre Reforma Agrária, que os membros possam se reunir e dizer o que pensam.”

“Para que esse partido seja democrático, participativo, as decisões adotadas não devem ser ditadas só pelos dirigentes, mas pelos membros – neste caso chamo a atenção para o instituto das consultas aos militantes e à realização de eleições primárias. É preciso fazer valer um Código do Militante, que assegure o seu direito de participação e de voto, determinando ainda a delegação de sua representação em determinados eventos decisivos para a vida do partido e globalmente do próprio país.”



Pimenta da Veiga respondeu ainda a questionamentos que vinham sendo comuns, durante a mobilização para dissidência e clareamento dos objetivos que desaguiariam no novo partido:

- Este partido vai ter um nítido perfil ideológico? Irá do centro para a esquerda, de Montoro a Saturnino Braga?

PIMENTA: Exatamente, será um partido de centro-esquerda. Hoje o PMDB é um partido de centro. A esquerda é o PT e os PCs. Deveremos abranger o PMDB mais de centro (Montoro), o socialismo democrático (Covas/Fernando Henrique) e até os socialistas como o Saturnino Braga. Queremos ser um partido claramente de centro-esquerda, que defende a democracia social; democracia porque toma decisões de forma aberta, social porque as medidas sociais devem estar acima das econômicas. Essa posição é a nossa vocação; mas esse também é o espaço vago. A sociedade está órfã; esse espaço era o PMDB, mas ele se distanciou. A classe média, os ope-

“Este partido precisa ser contemporâneo do futuro. Não só para as eleições. Para completar o quadro partidário brasileiro com uma agremiação para a democracia que queremos. Quais as condições para isso? Uma sociedade livre das desgraças que nos afligem. Precisamos transformar as condições de vida. Estamos vivendo uma época em que se dá a impressão de que os menores abandonados são um fato natural. Temos um país rico, mas cheio de contrastes: crianças abandonadas, homens sem emprego, índice de criminalidade crescente, carência de escolas para todos.”

“A matriz dos erros é política; erros do presidencialismo, que ciclicamente promove a ruptura das instituições. Não dão direito aos brasileiros da prática política constante. Precisamos cuidar dos procedimentos políticos.”

“Não tenho o partido como um fim. Partido não é um fim em si mesmo, mas um meio indispensável. Devemos lutar para conseguir isso. É possível criar esse partido agora? Sim, é tão evidente o descrédito das atuais agremiações partidárias, e há interesses a dificultar essa opção. Na realidade, obstáculos legais que estamos cuidando de removê-los. Na conclusão da Assembléia Nacional Constituinte, no capítulo das disposições transitórias, buscaremos contemplar amplas possibilidades para a criação de novos partidos, desde que possuam o engajamento de pelo menos 30 parlamentares. Conforme o texto constitucional, qualquer grupo pode registrar um partido no Cartório de Títulos e Documentos.”

“Vou citar o exemplo da Espanha, onde havia 198 partidos. Perguntei a um ministro espanhol se não era ruim; não, respondeu ele, porque todos se sentem partícipes da construção da sociedade; alguns partidos, na verdade, são clubes que dão carteirinha e reúnem pessoas. Mas a existência dos partidos canaliza para eles, como agremiações organizadas e legais, energias que poderiam estar dispersas e provocando grupos ilegais, incontroláveis.”

“Por outro lado, a aprovação da lei que regulamentará a eleição de novembro deste ano (1988), repetindo os termos das disposições constitucionais transitórias, poderá estabelecer o dia 15 de julho como prazo limite para as filiações partidárias. No nosso caso, facilitaríamos as convenções municipais, podendo formar comissões provisórias que seriam integradas por vereadores e parlamentares estaduais e federais do município.”

“Não temos preocupação estatística. Desejamos que esse partido defenda políticas homogêneas, que possa levar avante idéias que até hoje não foram priorizadas, consideradas. Que o partido que estamos construindo seja o esteio para a democracia. Ganhar eleição não é o nosso objetivo maior. Nosso objetivo é e precisa estar sempre no nosso horizonte, que neste país tão rico, seja possível uma sociedade fraterna, democrática e justa!”





rários, os sindicatos precisam de um intérprete político. Sem isso a transição não se completa. Não podemos deixar o Brasil sem esperança. Temos que criar um novo pólo de esperança, fazer o brasileiro sorrir de novo, porque ele se frustrou pela obra do destino e pela desordem administrativa.

- Até que ponto as articulações com Nelson Marchezan e Sandra Cavalcanti são verdadeiras?

PIMENTA: Este partido está sendo visto com um grande futuro. Se tivermos competência, em pouco tempo ele poderá ser grande, não no número de eleitores, mas na confiabilidade. Por isso, parte da imprensa tenta sua desarticulação, vinculando a ele nomes que não estão ligados. A força da idéia do partido é tão grande que muitas pessoas querem integrá-lo, mesmo alguns que não podem. Não devemos policiar as entradas, não somos uma seita. Devemos aceitar os socialistas que compreendam que o Estado não deve estar em tudo e os liberais que compreendam que o Estado deve estar presente às vezes. Liberais em política, não em economia.

Cada Estado terá autonomia nos seus limites. Mas a direção nacional deverá estar atenta para que ele não se perca aqui e ali. Queremos uma militância politicamente comprometida – por isso terá que ter princípios doutrinários absolutamente claros mais uma postura coerente com a militância e com a doutrina. Teremos vida partidária livre dessas pessoas e de atitudes que levaram muitos partidos ao descrédito.

- Quais as propostas administrativas? Já há um plano?

PIMENTA: O Partido desenvolverá as propostas administrativas no Encontro Nacional em junho. Ele será respeitado se a conduta de seus membros estiver dentro das propostas do partido. Não temos estatutos ou manifesto pronto. O Encontro Nacional será na primeira quinzena de junho. No plano ideal, queremos que cada um dê uma palavra para o manifesto e para os estatutos.





Vivemos um momento de degradação política e moral. Temos que inverter esse processo. Temos que buscar esse objetivo permanentemente. A grande diferença entre nós e os outros será de caráter, não de programas. Teremos de distinguir entre idealistas e fisiológicos. Ao mesmo tempo, ter grande cuidado na formulação dos documentos. Eles deverão ter uma parte permanente e uma parte atualizável de dois em dois anos. Essa é uma tarefa fascinante – a defesa da democracia em busca da paz social. Por exemplo, estamos em conflito social permanente; há guerras nas favelas. Que diferença tem de uma guerra civil?

- Com as eleições, o perfil social-democrata se manterá? Haverá comissão de ética?

PIMENTA: É preciso ter cuidado com o perfil do partido e dos seus integrantes. Não creio que muitos buscarão a sigla para se valer dela. Teremos apenas aqueles que acreditam na idéia.

- Quem vai custear as despesas do partido?

PIMENTA: Nada me incomoda mais do que as atitudes farisaicas, hipócritas de fazer de conta que os gastos estão sendo cobertos por obra e graça do divino Espírito Santo. Precisamos ter base financeira para custear as despesas com a sede, os programas, os encontros, a impressão dos documentos, as viagens; mas não sei ainda qual a alternativa possível. Há duas alternativas concretas: pedir muito a poucos, via tradicional, ou, inovando, pedir pouco a muitos, fazendo uma grande campanha de finanças, incluindo nessa programação o dia da contribuição. Isso será contemplado nos estatutos”.

Para vocês terem uma idéia, ainda relacionada ao tema, o companheiro João Gilberto, do Rio Grande do Sul, sugere que o partido tenha dois tipos de associados: os filiados, que apenas preencham a ficha, e os militantes, que participariam das instâncias de decisão e ainda teriam a responsabilidade de uma contribuição a





ser fixada pela direção nacional ou que o próprio estabelecer de acordo com as suas possibilidades. Dessa maneira o partido disporá de verbas, podendo anunciá-las sem ter comprometimento com grupos econômicos.





## Novo Programa Para Barrar Dissidência

NA PRIMEIRA SEMANA de maio de 1988, a imprensa nacional divulgava que governadores ligados ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, bem como assessores deste, trabalhavam na formulação de documentos contendo propostas para um amplo debate capaz de purificar o partido, transformando-o num partido social-democrata e, com isso, impediriam sua desagregação. As movimentações nesse sentido eram verificadas em quatro capitais – Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Salvador.

O objetivo do debate era fazer com que surgisse, após a promulgação da nova Constituição, um partido com perfil ideológico e doutrinário definido, capaz de chegar unido às eleições municipais com o crédito de autor da transição democrática e de posse de um programa de governo oposto à atual política inflacionária e de arrocho salarial.

Do Rio de Janeiro, Ulysses recebeu documento intitulado “Diretrizes para o PMDB”, com textos elaborados pelo próprio governador Moreira Franco, fundamentado com contribuições de Marcelo Lara Rezende, Raphael de Almeida Magalhães, Sérgio Abranches e Hélio Jaguaribe. As movimentações cariocas se estendiam a Brasília, com a verificada presença de Raphael de Almeida Magalhães em encontros com o secretário-geral do ministério da Ciência e Tecnologia, economista Luciano Coutinho, coordenador de uma comissão de estudos econômicos, formada por Ulysses, integrada pelo também economista Andréa Calabi.

De Recife, as sugestões eram enviadas pelo governador Miguel Arraes, preocupado em retomar o debate sobre as questões sociais e rumos econômicos do país. De Salvador, as contribuições vinham do governador Waldir Pires, um dos mais ligados ao deputado Ulysses Guimarães, que



segundo matéria publicada no jornal “Folha de São Paulo”, em 15 de maio, em conversas reservadas manifestara a esperança que o presidente do Congresso rompesse com o governo Sarney após a promulgação da nova Constituição.

A estratégia do documento “Diretrizes para o PMDB” era reaproximar do partido os dissidentes ligados aos senadores paulistas Mário Covas e Fernando Henrique e ao ex-governador Franco Montoro. Também participavam dessa estratégia os ministros ulyssistas – Renato Archer, da Previdência Social, Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, e Celso Furtado, da Cultura. Entretanto, pelo andar da carruagem não tinham ilusões sobre a inevitabilidade da dissidência, confiando em uma tendência natural, por ocasião das eleições municipais em disputa através do novo partido, que haveria alianças com o PMDB, pelo menos no segundo turno.

Por outro lado, pelo que se tinha de notícias sobre os parlamentares que formavam o *Centrão*, estes não demonstravam o mínimo interesse de deixar o PMDB. O deputado paulista Roberto Cardoso Alves, um dos líderes do *Centrão*, quando tomou conhecimento de declaração do governador baiano, Waldir Pires, que desejava a saída do *Centrão* do PMDB, foi categórico: “O PMDB é nosso!”



## Covas Diz que PMDB Perdeu a Chance

EM ENTREVISTA CONCEDIDA ao jornal “Folha de São Paulo”, em 15 de maio, o senador Mário Covas disse que, mesmo considerando válida a discussão de um novo programa para o PMDB, achava que “o partido já perdeu a oportunidade de aplicar o seu programa na Constituinte”.

A aprovação pela Câmara dos Deputados, dia 18 de maio, do projeto de lei que regulamentava as eleições municipais de 1988, permitindo a participação de candidatos de novos partidos desde que contassem com representantes de pelo menos cinco Estados no Congresso, fez antecipar as movimentações dos congressistas para efetivar as movimentações verificadas desde o início dos trabalhos da constituinte. Dia 19 de maio Pimenta da Veiga já sinalizava que até o final de junho o novo partido deveria ser fundado.

Na noite de 26 de maio, no escritório Participação, em São Paulo, promovemos reunião preparatória para encontro estadual no dia 5 de junho, na sede do Sindicato dos Empregados das Empresas de Processamento de Dados, quando seriam anunciadas as ações de São Paulo para encaminhar a participação da militância na criação do novo partido já anunciada por Fernando Henrique Cardoso, Montoro e Pimenta da Veiga. Dentre os participantes estavam Evandro Losacco, Kowa Iha, Zilda Marçola, Cristina e Roberto Masagão, Luiz Vicente (de Santo André), Silvio Aleixo, Fausto Ivan, Carlos Alberto Sarti “Betéia”, Francisco “Chico” Alves, Edson Thomas, Carlos Marini, Ailton Nery, Roberto Tamura, Fernando Carrazedo, Robert Henry Srou, Fernando Pirró, José Roberto Walker, e outros. Minha preocupação, na coordenação dos trabalhos, tendo Cristina Masagão na secretaria, era com a infra-estrutura do evento, a nosso ver o mais importante dessa fase de contagem regressiva.



Nos cotizamos para a confecção de faixas e para a criação de *bottons* contendo a inscrição “São Paulo Rumo ao Novo Partido”, cujas vendas seriam revertidas para financiar despesas futuras.

Havia muita empolgação nos dias que antecederiam a reunião do dia 5, tamanha a quantidade de telefonemas recebidos por cada membro da coordenação das reuniões, confirmando presença no encontro que a princípio seria o último de São Paulo antes da fundação do partido. E já se colecionavam nomes e números de dirigentes e parlamentares municipais do PMDB e de outros partidos, que deixavam suas legendas com a esperança no futuro espaço político e doutrinário. Evandro Losacco, nesse período, concentrava suas atenções, coordenando os trabalhos do grupo que preparava proposta de estatutos futuros valendo-se, fundamentalmente, da democracia interna e da proibição de filiações em massa.

No dia 28 de maio, na sede do Sindicato dos Motoristas, no bairro da Liberdade, os diretórios zonais da capital de São Paulo promovem encontro do Diretório Municipal do PMDB e apontam o caminho da dissidência do partido, sob a coordenação de Edson Thomas, Sebastião Farias, Edson Aparecido, Ary Simoneto, Roberto Masagão e Carlos Morecci. Essa reunião teve caráter importante ainda para a mobilização do dia 5 de junho, porque contou com a presença de militantes paulistanos e de líderes comunitários.

Dia 29 de maio, no escritório Participação, de Franco Montoro, é elaborado e aprovado texto de manifesto que será encaminhando aos parlamentares e diretórios municipais do PMDB:

“O PMDB optou por um rumo diferente ao escrito em sua história de lutas e resistência. O rompimento com os compromissos firmados para a transição democrática, o afastamento de suas bandeiras programáticas na Constituinte e o espetáculo de fisiologismo e corrupção, desfiguram o partido junto à opinião pública.”

“Nos instantes decisivos, em que a Nação acreditou ter o PMDB como instrumento de mudanças, a fim de viabilizar um verdadeiro projeto de salvação nacional, foi sentida uma grande lacuna. Faltou ao PMDB manter sua fidelidade ao povo afastando-se politicamente do governo Sarney.”

“A crise sem precedentes que assola o país caracteriza-se pelo esgotamento do modelo econômico e se aprofunda com o retardamento do



processo de transição democrática. O monopólio do poder político não foi eliminado; ao contrário, a capitulação movida por Sarney concentrou poderes e fortaleceu as posições da oligarquia nacional que não deseja mover qualquer processo de reformas sociais.”

“Esta situação rompeu com a unidade interna das lideranças e da militância partidária, permitindo que setores conservadores se apoderassem do partido para imobilizá-lo e desviá-lo de seu curso histórico. O PMDB será responsabilizado pelas conseqüências danosas ocasionadas pela crise econômica e pela interrupção do processo político atual, pois não oferece mais alternativa para a sociedade e não consegue manter sua identidade como instrumento de luta política para suas bases partidárias.”

“Não é admissível que o PMDB continue a dar sustentação ao governo Sarney. Impõem-se ao partido romper definitivamente com o governo federal, retirar seus ministros da administração e engajar-se na luta pelas eleições presidenciais em 1988.”

Na tarde do dia 3 de junho, Fernando Henrique, Euclides Scalco, Pimenta da Veiga e Serra apresentam para cerca de 40 parlamentares dissidentes, minutas do programa e dos estatutos do novo partido. Mas a maior parte do tempo foi dedicada ao debate sobre os termos do esboço de manifesto elaborado pelo grupo ligado a Montoro, havendo maior interesse e destaque o espaço reservado ao parlamentarismo.





## Montoro é Saudado “Companheiro Militante”

OS JORNAIS DA ÉPOCA registraram a reunião para formar as bases do novo partido, promovida por iniciativa da própria militância paulista, no dia 5 de junho de 1988, com surpresa em relação à participação da militância e à representatividade: mais de 500 pessoas, da capital e do interior, lotaram as dependências do Sindicato dos Empregados das Empresas de Processamento de Dados de São Paulo, na Bela Vista, centro paulistano.

“A receptividade que alcançou uma reunião de dissidentes do PMDB, realizada ontem (5-6-88) pela manhã em São Paulo, surpreendeu. Programada para arregimentar as bases do PMDB interessadas em deixar o partido, a reunião deveria ter cerca de 80 pessoas. Mas acabaram aparecendo cerca de 500 militantes, entre filiados de São Paulo e do interior. Das lideranças mais conhecidas que pretendem deixar o PMDB estavam presentes apenas o ex-senador Franco Montoro e os deputados federais José Serra e Koyu Iha, além do ex-deputado Freitas Nobre e do ex-secretário da Indústria e Comércio do governo Quéricia, João Bastos. Os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso não compareceram, mas mandaram representantes” – Jornal da Tarde<sup>4</sup>.

“Em reunião realizada ontem (5-6-88), em São Paulo, os dissidentes do PMDB decidiram que o lançamento do manifesto, programa e estatuto do novo partido se dará nos dias 24 e 25 deste mês, em Brasília. Os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso não compareceram ao encontro, mas confirmaram sua opção pela nova legenda. Além deles, Robson Marinho, José Serra e Koyu Iha são os federais de São

<sup>4</sup> “Forte Dissidência” - edição de segunda-feira, 6 de junho de 1988.



Paulo que irão deixar o PMDB. No âmbito estadual, o deputado João Bastos – ex-secretário do governo Quéricia – ao lado do presidente da Assembléia Legislativa, Luiz Máximo, puxam a ala dos dissidentes. O ex-governador Franco Montoro adiantou que no novo partido desaparecerá a figura do delegado permanente, fonte de ‘aliciamento e fisiologismo’ e que ninguém poderá decidir pelo partido pelo simples fato de ter assinado ficha de filiação às vésperas de eleições” – Diário Popular<sup>5</sup>.

“O ex-governador Franco Montoro disse ontem (5-6-88), ao meio-dia, em São Paulo, ao chegar para participar de uma reunião estadual dos dissidentes peemedebistas que estão fundando um novo partido, que é um dos possíveis candidatos, pela nova sigla partidária, à presidência da República, citando também, como prováveis concorrentes, os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso (ambos do PMDB-SP) e José Richa (PMDB-PR)” – Folha de São Paulo<sup>6</sup>.

Nossa euforia da semana que antecedeu a reunião era elevada com o número de participantes. Nesse clima e na coordenação dos trabalhos, cada chegada de um parlamentar, prefeito, vereador, liderança comunitária, dirigente histórico do PMDB, eu anunciava com empolgação, a mesma que me estimulou a saudar Franco Montoro como “companheiro militante”, que arrancou aplausos demorados e de pé ao líder do movimento dissidente em todo o Estado e em outras regiões do país.

Montoro explicou que o novo partido deverá corrigir os erros do passado e citou alguns exemplos: “Pretendemos dar a ele uma estrutura verdadeiramente democrática; queremos o desaparecimento da figura do delegado permanente que foi fonte de aliciamento e fisiologia; ninguém poderá decidir sobre a vida do partido pelo fato de ter assinado ficha de filiação na véspera das eleições; haverá rotatividade nas funções da cúpula partidária e teremos representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais nos órgãos de direção.”

Os dissidentes paulistas realizaram, entre os participantes, uma pesquisa para indicar o nome de sua preferência para o novo partido, entre PPP (Partido Popular Progressista), PDP (Partido Democrático Popular),

<sup>5</sup> “Novo partido será lançado dia 24” – edição de segunda-feira, 6 de junho de 1988.

<sup>6</sup> “Montoro diz que poderá disputar candidatura dentro do novo partido” – edição de 6 de agosto de 1988.



PMD (Partido de Mobilização Democrática), PSDB (Partido Social Democrático Brasileiro) e NPD (Novo Partido Democrático). PSDB foi a legenda mais votada. Ainda nesse evento, que também registrou as presenças da suplente do senador Fernando Henrique, Eva Blay, e do secretário-geral do PMDB, José Maria Monteiro, os participantes decidiram realizar um encontro regional, no próximo dia 12 de junho, de onde sairiam propostas estatutárias e programáticas paulistas para a assembléia de fundação do partido em Brasília.

Do livro “Orçamento no Brasil, as raízes da crise”<sup>7</sup>, extraímos opinião de José Serra sobre os efeitos negativos da questão dos cinco anos de mandato de Sarney sobre a economia: “A meu ver, a decisão relativa aos cinco anos para o atual presidente da República tem efeitos negativos sobre a economia, o processo democrático e a qualidade do novo texto constitucional. Com efeito, ficou postergado o enfrentamento decidido da crise econômica, ao conferir-se mais 14,5 meses de mandato a um governo sem legitimidade, autoridade, eficácia e visão nacional para cumprir aquela tarefa. Prefiro estar enganado, pois não compartilho da teoria do quanto pior melhor, mas acredito que, no caso, a probabilidade de erro é pequena.”

“Além disso” – prossegue Serra –, “a forma como os cinco anos foram conquistados – em grande medida graças a barganhas com obras e favores governamentais – haverá de pesar durante muito tempo no prato da balança que conduz (e mantém) ao atraso, desmoraliza a vida pública e obstrui a consolidação da democracia em nosso país.”

No dia 10 de junho, com o enunciado “Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce um novo partido”, Franco Montoro publicou artigo na seção “Tendências e Debates” da Folha<sup>8</sup>, onde destacava: “Com o veemente apelo das bases e o apoio decisivo de significativas lideranças nacionais está nascendo no Brasil um novo partido. Nasce como resposta ao sentimento de indignação que tomou conta de nosso povo, com a traição à luta pelas diretas já. Nasce como instrumento de luta contra o personalismo, a corrupção e a ineficiência. Mas, sobretudo,

<sup>7</sup> Artigo “O pior populismo”, publicado no jornal “Folha de São Paulo”, de 7 de junho de 1988, inserido no livro “Orçamento no Brasil, As Raízes da Crise”, ambos de autoria de José Serra.

<sup>8</sup> Artigo intitulado “O partido da renovação democrática”.





nasce para dar continuidade à luta democrática pela efetivação das inadiáveis reformas administrativas, econômicas e sociais necessárias à construção de uma nação desenvolvida, justa e independente.”

Ainda no dia 10 de junho, vários jornais paulistas publicaram matéria paga intitulada “Repúdio aos dissidentes do PMDB. Fidelidade e Coerência”. Prefeitos do PMDB do Vale do Paraíba e litoral norte assumiram e assinaram o manifesto, através do qual reconheciam que é verdade que a história de um partido se faz com acertos e erros. “No caso do PMDB, é inquestionável que houve mais acertos. Se nos incomoda a convivência com setores conservadores, incomoda-nos mais a cabotina pretensão daqueles que se julgam os puros e iluminados donos da verdade e fogem oportunisticamente da luta que deveria ser travada dentro do partido, até a sua completa depuração.”

Argemiro J. Brum<sup>9</sup> opina que “entre as razões que motivaram o rompimento com o PMDB e a criação do novo partido, inclusive antes mesmo do encerramento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, destacam-se: a divergência inconciliável com o governo Sarney; o descontentamento com a alta direção partidária, acusada de imobilismo; a aprovação do presidencialismo e do mandato de cinco anos para o presidente Sarney; a deflagração do processo sucessório; o fato desse grupo de dissidentes já não mais acreditar na possibilidade de retomar o controle do PMDB, invadido e ocupado por uma maioria conservadora; a perda de espaço político regional por parte das principais lideranças do novo partido, e, conseqüentemente, a necessidade de alargar esse espaço nos respectivos Estados. Em São Paulo, o governador Orestes Quécia controla a máquina política, alijando o ex-governador Franco Montoro e os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso do processo político estadual; no Paraná, o governador Álvaro Dias marginalizou politicamente o ex-governador José Richa; em Minas Gerais, o governador Newton Cardoso fechou qualquer possibilidade de o deputado federal Pimenta da Veiga influir no processo político mineiro, dentro do PMDB”.

<sup>9</sup> No seu livro “Democracia e Partidos Políticos no Brasil”, que foi editado logo após a fundação do PSDB, em julho de 1988, faz um resumo sobre as razões históricas e políticas que desaguararam na criação da nova legenda, com base em dados obtidos no jornal “Zero Hora”, de 26 de junho de 1988.



## SP Pronto Para o Novo Partido

CERCA DE 1.000 MILITANTES estiveram reunidos na Casa de Portugal, na Liberdade, dia 12 de junho, para definir as propostas estatutárias e programáticas que seriam levadas a Brasília, na assembléia de fundação do novo partido dias 24 e 25. Distribuídos em seis grupos de trabalho, a militância propôs e debateu propostas durante toda a parte da manhã, num encontro que conforme as listagens de presenças registrava a participação de 450 dissidentes da capital, 324 do interior, 126 da Grande São Paulo, 80 da Baixada, litoral e Vale do Ribeira e seis representando os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Paraná.

A militância de Santos, terra de Mário Covas, encaminhou à reunião estadual um documento com diagnóstico e propostas que aprofundavam a discussão política sobre as questões que precisavam nortear o novo partido. Intitulado “Por um Partido Popular e de Transformação”, o documento da dissidência santista e da região da Baixada, litoral e Vale do Ribeira enfatizava que o partido novo será aquele que se identifique com a realidade brasileira e congrege as vontades nacionais para transformá-las sob um projeto nacional de longo prazo e uma organização interna democrática e moderna.

Consideradas as sugestões dos dissidentes paulistas, o perfil ideológico do novo partido seria de uma agremiação democrática que defenda os interesses dos trabalhadores. Centro-esquerda, reformista, social democrata, que defenda os interesses do povo, dos trabalhadores, visando alianças com forças de centro progressista e que proponham a modernização do Estado brasileiro. De acordo com o consenso dos grupos de trabalho, o papel do Estado fica assim configurado: democrático, moderno, preservando a autonomia e independência institucionais do Executivo,



Legislativo e Judiciário. Para São Paulo, o novo partido deveria defender o sistema parlamentarista de governo.

Em relação às suas alianças políticas, o novo partido deveria firmá-las somente com partidos progressistas, condicionando esses atos a uma consulta às bases partidárias, garantindo a autonomia das alianças de acordo com a realidade local e calcada num projeto político nacional. Quanto à política econômica, o partido defende que seja privilegiado o mercado interno, com ampla distribuição de renda. O Estado deve intervir nos serviços essenciais como saúde, moradia, educação, transportes e política agrária.

Para a estrutura dos órgãos de cooperação partidária, Franco Montoro submeteu proposta na linha de compromisso com a autenticidade democrática e para valorizar a base popular. Assim, abrigariam, em todos os seus órgãos de direção, representantes dos grandes setores da sociedade civil: trabalhadores e empresários, intelectuais e artistas, jovens, mulheres, negros, ecologistas, além de representantes com mandato eletivo no plano municipal, estadual e federal.

O ex-governador Montoro propôs ainda que se criassem mecanismos para evitar a prática de filiação partidária em massa, sustentadas por máquinas administrativas oficiais. Com isso, São Paulo leva para Brasília proposta para estabelecer estatutariamente que ninguém poderá votar e decidir sobre a vida do partido pelo fato de haver assinado uma ficha de inscrição. Será exigido do militante um estágio de alguns meses e a participação regular nas reuniões de sua base.

Pela proposta de Montoro, não haveria delegados permanentes – outra fonte de aliciamento e fisiologismo – que desvirtua a manifestação do pensamento partidário. Em seu lugar, haveria delegados eleitos para cada tomada de decisão. Também se aprovou o rodízio na direção dos órgãos do partido, através da proibição de reeleições consecutivas e o princípio da direção colegiada em todos os níveis assegurariam a permanente renovação e o caráter democrático do partido.

O militante e membro da coordenação estadual do MUP, Evandro Losacco, defendeu e incluiu entre as propostas de São Paulo que os estatutos deveriam ser provisórios, sendo que o estatuto definitivo deveria surgir após ampla discussão da militância no Congresso Nacional. Esse



alerta de Evandro tinha a ver com a necessidade legal de o novo partido possuir estatutos que preenchessem os requisitos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, padronizados, mas que devesse atuar paralelamente com um estatuto que correspondesse às aspirações da militância, priorizando a democracia interna e instâncias que valorizassem e estimulassem sempre o papel do militante.

No mesmo dia da reunião da dissidência, ocorrida na Casa de Portugal, o senador Mário Covas foi ao Palácio dos Bandeirantes, onde se encontrou com o governador Orestes Quércia e procedeu a entrega dos cargos dos secretários estaduais por ele indicados. Com isso, deixaram de ocupar cargos nos primeiros escalões do governo do PMDB, Getúlio Hanashiro (dos Transportes), Antonio Arnaldo de Queirós (do Abastecimento) e Nelson Fabiano (da presidência da Paulistur).

Após deixar o Palácio, Mário Covas se dirigiu para o escritório Participação, de Montoro (avenida República do Líbano), onde participou de uma reunião com o ex-governador, o senador Fernando Henrique Cardoso e o prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira, o “Grama”. Dos membros da bancada do PMDB na Constituinte estiveram presentes os deputados José Serra, Robson Marinho, Caio Pompeu de Toledo, Koyu Iha, Geraldo Alckmin e José Carlos Grecco. Entre os estaduais, participaram o presidente da Assembléia Legislativa, Luiz Máximo, Vanderley Macris, Rubens Lara, Tonca Falsetti e Fernando Leça.



## Covas e FHC Deixam Liderança do PMDB

NO DIA 17 DE JUNHO o senador Mário Covas renunciou à liderança do PMDB no Congresso Constituinte, confirmando que sua atitude significava a probabilidade de sair também do PMDB para fundar o novo partido. Segundo Covas, sua preferência era no sentido de se manter na liderança do partido até a conclusão dos trabalhos constitucionais.

Ulysses Guimarães, ao tomar conhecimento da decisão do senador, disse que, se dependesse dele, Mário Covas não sairia “do meu partido e nem da liderança”. O deputado Euclides Scalco (PR), que anunciou no dia 16 o seu desligamento do PMDB, confirmava que na sexta-feira seguinte, dia 24 de junho, nasceria um novo partido. De acordo com Scalco, depois de uma pesquisa e discussão entre os dissidentes, havia sido escolhido para nova sigla o nome de Partido Democrático Popular (PDP). Do Paraná, o senador José Richa e o deputado Nelton Friedrich também anunciaram que estavam deixando o PMDB.

Enquanto Covas, Fernando Henrique, Richa e Montoro anunciavam a saída do PMDB para fundar um novo partido, históricos da legenda, como Waldir Pires (BA), Miguel Arraes (PE), Pedro Simon (RS), Hélio Duque (PR) e Chico Pinto (BA) anunciavam que permaneceriam e lutariam pelo controle do partido.

O senador Pedro Simon (RS) interpreta<sup>10</sup> o movimento que gerou o PSDB como sendo muito paulista, uma briga interna de São Paulo. Para ele, “em determinado momento havia um excesso de lideranças em São Paulo: o dr. Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Quércia, Serra, Severo

<sup>10</sup> Em depoimento ao livro “Mário Covas – A Ação conforme a pregação”, editado em 2003 pela Fundação Mário Covas.





Gomes, Almino Affonso, Fernando Henrique Cardoso. Meu Deus, era uma infinidade de nomes! E faltou a sensibilidade necessária para saber aguardar. Se esperassem, Covas teria sido o governador, e não Fleury; se esperassem, provavelmente Covas teria sido presidente da República, pois o candidato não era Ulysses, era Covas. Foi o destino. Não há como deixar de reconhecer o momento de pureza, de mudança, em direção a um grande partido social-democrata”.

Matéria publicada pelo “Jornal da Tarde”<sup>11</sup> destacava que o novo partido poderia ter um efeito do tipo bola de neve, conseguindo crescer na medida que avançasse, ou simplesmente acabar derretendo. Revelava ainda problemas de relacionamento dos principais líderes dissidentes com o presidente Ulysses Guimarães. Segundo o jornal, os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa tinham taxas de tolerância diferentes diante das decepções que começaram a sofrer com a direção do PMDB. No início da Constituinte, Covas ficava furioso quando o deputado Ulysses Guimarães promovia reuniões sobre os trabalhos sem convidá-lo. Com Richa, que já começava a criticar intramuros, o centralismo de Ulysses, a relação não era melhor.

“Vamos conversar, Richa, vamos conversar.” O convite para o encontro, porém, não vinha, ou demorava meses. “Ele está sempre dizendo que precisamos conversar. Continuo esperando”, ironizava Richa. Com Fernando Henrique, a relação era mais estreita, mas nem por isso menos difícil: “O Ulysses é um realista. Ele é um pêndulo que vai sempre para onde se dirige a maioria do partido, seja ela qual for.”

Contudo, os principais líderes do movimento de organização do novo partido vivenciaram momentos de muita emoção, cada vez que se programavam para justificar diretamente ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que deixariam a legenda depois de tantas e históricas lutas. O *Senhor Diretas* respondia sempre, emocionado, com um “jamais pensei que isso um dia fosse acontecer”.

Ainda na mesma edição do “Jornal da Tarde” havia uma análise do professor Leôncio Martins Rodrigues, titular de Ciência Política na

<sup>11</sup> São Paulo, em 20 de junho de 1988, título: “Novo Partido: Salto no Escuro”.



Unicamp, que “se o novo partido não ultrapassar as denúncias de corrupção e permanecer numa crítica moralista às instâncias do poder, pode se transformar numa espécie de UDN do B. Espero que isso não aconteça. O novo partido pode ter uma ideologia social, mas não tem uma base social-democrata. A social-democracia se apoiou essencialmente sobre a classe trabalhadora fabril. No caso do novo partido, faltam sindicatos. E a nova agremiação orientar-se-ia mais pelos segmentos intermediários da sociedade”.

Sobre o movimento ter ganhado força a partir de São Paulo, o especialista em Ciência Política diz que “se trata de uma consequência do poder que o governador Orestes Quéricia passou a exercer sobre a estrutura do PMDB, deixando sem força políticos bons de voto. Eu defino Quéricia como proveniente de setor ex-plebeu, que ascendeu e é pouco intelectual. O que define um partido não é a proposta, mas a prática política”.

Na terça-feira, dia 21, Fernando Henrique deixa o PMDB e diz que sua decisão não se baseava em motivos pessoais: “Não pensem, senhores senadores, que as farpas da província, em má hora entregue a comando medíocre, seriam suficientes para motivar-me o risco de outro partido. Conta tão pouco em mim o pequeno jogo do poder de interesses locais diante da tarefa de institucionalizar a democracia, que passaria batido por estes dois anos e pouco de ostracismo regional, curtos em comparação com o mandato que o povo de São Paulo me conferiu.”

Ao presidente do PMDB, da Câmara dos Deputados e da Constituinte, Ulysses Guimarães, Fernando Henrique reservou elogios: “O doutor Ulysses é símbolo da resistência. Continua sendo o *Senhor Diretas*, é o patriarca da Constituinte de 88. Lamento, e muito, que os fados hajam-no obrigado a viver este drama grego. Cumprirá, eu sei, o seu papel. Papel ingrato de quem se transformou em pira do seu próprio partido para permitir, no ver dele, que a transição democrática se processe.”

Fernando Henrique disse que a cultura clientelística do partido e, com ela, as corrupções – da pequena à grande – modernizaram-se e robusteceram-se. Segundo ele, o PMDB, ao invés de ser o dique contra esta inundação, passou a ser o canal de acesso às regalias.

Os senadores Afonso Arinos (PFL-RJ) e Pompeu de Sousa (Sem Partido-DF) também anunciaram acompanhar Fernando Henrique na





fundação do novo partido. Na Câmara dos Deputados, os deputados paulistas Robson Marinho, Geraldo Alckmin e Antonio Perosa anunciaram que deixariam o PMDB, e Dirce Tutu Quadros deixaria o PTB, todos se encaminhando para a formação do novo partido.

Em Brasília, acompanhando as últimas movimentações do Congresso Nacional e repassando informações para os companheiros de São Paulo, fui incluído na foto histórica dos fundadores, tirada com exclusividade pelo repórter-fotográfico João Ramid para a revista “Veja”<sup>12</sup>, no dia 22 de junho. Nessa mesma data, o jornalista Sérgio Kobayashi, assessor de Mário Covas em São Paulo, anunciava a existência de uma caravana de 12 ônibus que seguiria para Brasília no dia 23, ao custo de Cz\$ 2 mil (em torno de R\$ 275,00) ida e volta.

<sup>12</sup> Edição de 29 de junho de 1988 – ilustra matéria intitulada “O tucano decola – A porção mais inquieta do PMDB deixa a legenda e parte para a montagem do seu próprio partido”. A foto ilustra a capa deste livro e os gabinetes dos militantes que também foram retratados na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.





## Nasce o PSDB

LONGE DAS BENESSES OFICIAIS, mas perto do pulsar das ruas, nasce o PSDB, como sempre afirmava Montoro em seus discursos mobilizadores para parlamentares, altos dirigentes partidários, militantes. Essa afirmação, substituindo PSDB por “o novo partido”, que enuncia o seu manifesto de fundação, representava em síntese o repúdio ao clientelismo e do compromisso com os interesses populares. Cumpríamos um destino histórico.

No dia 24 de junho de 1988, em Brasília, aconteceu a primeira reunião de simpatizantes – parlamentares, prefeitos, dirigentes regionais, militantes – para preparar a assembléia de fundação marcada para o dia 25 de junho, no Congresso Nacional. No primeiro dia do encontro, 879 pessoas assinaram o livro de filiação ao novo partido, que votaram e deixaram para um segundo turno a escolha da sigla partidária, preferência dividida entre Partido Democrático Popular (PDP), com 244 votos, e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 214, dentre várias opções que os participantes escolhiam espontaneamente.

Três comissões discutiram o programa, o manifesto e o estatuto do novo partido, no primeiro dia, que foram lidos e aprovados na assembléia de fundação. No segundo turno da votação, para a escolha da sua denominação, 462 fundadores votaram PSDB, contra 261 que preferiam PDP. Um total de 1.178 pessoas estiveram em Brasília nos dois dias.

Eram 45 parlamentares, 37 deputados federais e oito senadores, que assinaram a ata de fundação do PSDB. Os jornais da época destacavam que o perfil no Congresso do novo partido era nitidamente sulista, anti-Quércia e anti-Newton. Dessa composição, a maioria é oriunda da ala esquerda do PMDB, agregando dissidentes do PFL, PDT, PSB e PTB.



No final da Assembléia de Fundação foi confirmada ainda a composição da Comissão Executiva Provisória, integrada pelos senadores Mário Covas, Fernando Henrique e José Richa, pelo ex-governador Franco Montoro e pelos deputados Pimenta da Veiga, Euclides Scalco, Cristina Tavares, Octávio Elísio, Artur da Távola, Moema São Thiago e Jayme Santana. A presidência do PSDB seria exercida em sistema de rodízio, com substituições a cada dois meses, por Covas, Richa, Montoro, Pimenta da Veiga e Fernando Henrique. O anúncio do nome de Covas como o primeiro presidente do rodízio provocou muito entusiasmo dos militantes.

Foi aprovada a composição de secretarias regionais, responsáveis pela organização local do partido. A região Sul teria como secretário o senador Mário Covas; a Sudeste, Franco Montoro; a Centro-Oeste, José Richa; a Norte, Pimenta da Veiga, e a Nordeste, Fernando Henrique. Para a secretaria-geral do PSDB foi escolhido o deputado paranaense Euclides Scalco; para a tesouraria, o deputado Jayme Santana. Ainda para cumprir as determinações legais, de constituição de novos partidos, a assembléia de fundadores aprovou também a designação de Comissões Provisórias em nove Estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, Rondônia, Pernambuco e Paraíba.

Composta a sua direção, segundo os seus fundadores, o partido teria dez meses para cumprir as normas legais para a eleição da executiva nacional, obedecendo ao princípio de apenas uma reeleição de membros da direção.

José Serra fez um resumo do programa partidário, ressaltando que o texto seria debatido ao longo dos primeiros meses de existência do PSDB, até que a Convenção Nacional, prevista para o início de 1989, aprovasse a sua forma definitiva. Além de defender a justiça social, a distribuição de renda e a reforma agrária, o documento propunha o parlamentarismo como sistema de governo.

Os fundadores do PSDB foram unânimes em afirmar que o novo partido teria espaço para um arco ideológico e doutrinário composto por quatro correntes políticas: os liberais progressistas, os democratas-cristãos, os sociais-democratas e os socialistas democráticos.

Fernando Henrique destacou em sua fala que a “militância sincera do PMDB veio para o novo partido (...) Mas o nosso é um partido – sabem





todos, desde já – que nasce com vocação nacional, que nasce para se preparar para a grande arrancada, que serão as eleições presidenciais, e teremos candidato próprio às eleições presidenciais! (...) PSDB quer dizer esperança de mudança real, quer dizer ética na política, quer dizer fraternidade e quer dizer, sobretudo, democracia e combate à miséria. Venceremos com o apoio de todos.”

Montoro discursou entusiasmado, comparando que “o partido há de nascer e crescer como uma árvore, de baixo para cima. E se aqui estamos, algumas lideranças nacionais, foi por termos sido solicitados e convocado pelas bases. Em São Paulo, me pediram que fosse a uma reunião onde deveria haver 80 militantes. Ao chegar encontrei 500. Na semana seguinte, eram algumas dezenas que se iam reunir na Casa de Portugal. Ao chegar, estavam presentes mais de mil militantes a clamar ‘é preciso continuar a luta e criar um novo partido’. Tudo isso mostra uma seiva extraordinária. É assim que há de crescer o nosso partido, a partir das bases. Como a árvore, é das raízes que o partido há de receber sua vitalidade”.



## Dá-lhe, Tucano! Nosso Grito de Guerra

PARTIDO RECÊM-NASCIDO, o PSDB manifestou o seu primeiro contato com o mundo como um filho tão bem-vindo, e com direito a um grito de guerra puxado pelo seu primeiro presidente, o senador Mário Covas: “Dá-lhe, Tucano!!!”

Mário Covas aproveitou a sua fala para saudar os primeiros 45 parlamentares que foram signatários do ato de fundação, transformando-se desde logo na terceira bancada da Assembléia Nacional Constituinte:

SENADORES	ESTADO	PARTIDO DE ORIGEM
Afonso Arinos	RJ	PFL
Chagas Rodrigues	PI	PMDB
Fernando Henrique Cardoso	SP	PMDB
José Ignácio Ferreira	ES	PMDB
José Paulo Bisol	RS	PMDB
José Richa	PR	PMDB
Mário Covas	SP	PMDB
Pompeu de Sousa	DF	PMDB
DEPUTADOS	ESTADO	PARTIDO DE ORIGEM
Ana Maria Rattes	RJ	PMDB
Antônio Perosa	SP	PMDB
Artur da Távola	RJ	PMDB
Beth Azize	AM	PSB
Caio Pompeu de Toledo	SP	PMDB
Carlos Cotta	MG	PMDB



Carlos Mosconi	MG	PMDB
Célio de Castro	MG	PMDB
Cristina Tavares	PE	PMDB
Dirce Tutu Quadros	SP	PTB
Euclides Scalco	PR	PMDB
Fábio Feldmann	SP	PMDB
Francisco Küster	SC	PMDB
Geraldo Alckmin	SP	PMDB
Jayme Santana	MA	PFL
José Carlos Grecco	SP	PMDB
José Costa	AL	PMDB
José Guedes	RO	PMDB
José Serra	SP	PMDB
Koyu Iha	SP	PMDB
Maria de Lourdes Abadia	DF	PFL
Mauro Campos	MG	PMDB
Moema São Thiago	CE	PDT
Nelton Friedrich	PR	PMDB
Octávio Elísio	MG	PMDB
Paulo Silva	PI	PMDB
Pimenta da Veiga	MG	PMDB
Renan Calheiros	AL	PMDB
Robson Marinho	SP	PMDB
Ronaldo Cezar Coelho	RJ	PMDB
Rose de Freitas	ES	PMDB
Sigmaringa Seixas	DF	PMDB
Saulo Queiroz	MS	PFL
Sílvio Abreu	MG	PMDB
Vasco Alves	ES	PMDB
Vilson Souza	SC	PMDB
Ziza Valadares	MG	PMDB

Destaques do pronunciamento de Mário Covas, encerrando a Assembleia de Fundação do PSDB:







“Este partido há de ser um partido plural, há de ser um partido a defender, ainda quando não concordar, o direito de quem quer que seja de sustentar a sua própria verdade. Este partido há de ser um partido livre, há de ser um partido com a sua crença fundamental em cima do maior de todos os valores que uma nação possa ter: o seu povo. É em cima disto, a favor disto, com isto e por isto que este partido nasce.”

“Ele não nasce para que deputados ou senadores ou prefeitos ou vereadores possam ter um cartório, através do qual assumam este ou aquele cargo. Ele nasce para que o povo possa ter, efetivamente, um instrumento a seu serviço na luta pelos seus direitos; e este partido nasce com a democracia; este partido nasce porque acredita no ser humano; este partido nasce do vigor da revolta, da desesperança; este partido nasce, paradoxalmente, no instante em que a Nação brasileira se debate com o desencanto e com a descrença. E por isso ele nasce forte, e por isso ele nasce com futuro; e por isso ele nasce com horizontes.”

“Aqui estão homens e mulheres, muitos eu os conheço de longa data e eles me fazem lembrar – como a instalação deste partido me faz lembrar também – as palavras de Bertold Brecht:”

*“Há homens que lutam um dia e por isso são bons; há outros que lutam semanas e por isso são melhores. Há homens que lutam muitos anos e por isso são muito bons; mas há homens que lutam sempre, e estes são imprescindíveis.”*





## PSDB em Construção

- Dia 30 de junho de 1988, no escritório Participação (agora primeira sede do partido na capital – avenida República do Líbano, 60, Jardim Paulista), em São Paulo, são definidos os critérios de escolha dos representantes da militância na Executiva Estadual Provisória do PSDB, e indicados os militantes Roberto Gonçalves (pelo Interior), Carlos Roberto Paiva (pelo Litoral e Baixada Santista), Evandro Luiz Losacco e Luiz Carlos de Gusmão Tavares (pela Capital e Grande São Paulo).
- Dia 30 de julho de 1988 acontece em São Paulo a festa de lançamento do PSDB, no Teatro Zaccaro.
- Recém-constituído e ainda sem o registro definitivo, o PSDB apresentou candidaturas a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em várias regiões do país, quatro meses após sua fundação. Nas eleições de 15 de novembro de 1988, o PSDB elegeu 18 prefeitos, sendo sete em Minas Gerais, cinco em São Paulo, três no Espírito Santo, um no Mato Grosso do Sul, um em Pernambuco e um no Rio Grande do Sul. Nesses mesmos Estados, teve a eleição de 214 vereadores.
- Pós-eleição de 15 de novembro de 1988, com a vitória de Telma de Souza, do PT, para a prefeitura de Santos. Dia 29 do mesmo mês, o diretório municipal do PT propõe uma aliança política com o PSDB a fim de estabelecer um perfil que amplie e fortaleça as bases da futura administração. A Comissão Provisória do PSDB local, que teve candidatura própria na disputa também contra o PT e outros



partidos, reúne-se no início de dezembro para debater com a militância a proposta petista. Pouco antes do final da reunião, o deputado estadual Rubens Lara apresenta aos participantes documento original da Executiva Estadual Provisória, assinada pelo deputado federal José Serra, contendo posição do partido que deliberou “não participar, em regra, de governos eleitos por outros partidos sem alianças prévias com o PSDB”. Dia 13 de dezembro de 1988 a comissão provisória do PSDB de Santos é destituída pela comissão estadual.

- Dia 30 de abril de 1989 os membros do diretório estadual do PSDB de São Paulo elegem uma Comissão Executiva, como um colegiado de 13 membros, aprovando a seguinte composição: deputado federal José Serra, presidente; prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (Campinas), 1.º vice-presidente; deputado estadual Getúlio Hanashiro, 2.º vice-presidente; militante José Maria Monteiro, secretário-geral; militante Edson Aparecido dos Santos, secretário; deputado estadual Waldemar Chubaci, tesoureiro; deputado federal Robson Marinho, vogal; deputado estadual João Bastos, vogal; deputado estadual Vanderley Macris, líder da bancada; deputado federal Koyu Iha, 1.º suplente; deputado estadual Tonca Falsetti, 2.º suplente; militante Ary Simonetto Pereira, 3.º suplente; e o militante Sérgio Barbour, 4.º suplente. Votaram 66 membros do diretório estadual, dos quais 65 a favor da composição e uma abstenção.
- Primeira Executiva Nacional – Gestão 89/91 – tinha a seguinte composição: Franco Montoro, presidente; Octávio Elísio, 1.º vice-presidente; Moema São Thiago, 2.º vice-presidente; Artur da Távola, 3.º vice-presidente; Egídio Ferreira Lima, secretário-geral; Saulo Queiroz, 1.º secretário; João Gilberto Lucas Coelho, 2.º secretário; Geraldo Alckmin Filho, 1.º tesoureiro; Odilon Ribeiro Coutinho, 2.º tesoureiro; Hélio Jaguaribe, Aécio Neves, Nelton Friedrich e Pompeu de Souza, vogais; senador Fernando Henrique e deputado Euclides Scaldo, líderes; Luiz Carlos Bresser Pereira,



Francisco Urbano Araújo, Hermes Zaneti, Hildete Pereira de Mello Araújo, Cássio Gonçalves, Marcelo Cerqueira e Cláudio Sena Martins, suplentes.

- Durante a 1.<sup>a</sup> Convenção Nacional do PSDB o partido recebeu a adesão do governador Tasso Jereissati e de mais de cem prefeitos do Ceará.
- O Senador Fernando Henrique organiza em seu escritório político em São Paulo, estratégia para criação de comissões provisórias do PSDB em todo o Estado de São Paulo, sob a coordenação de Xico Graziano e que contou com a minha atuação para as regiões da Baixada Santista, Litoral, Vale do Ribeira e parte do Vale do Paraíba; Fernando Pimenta para a Grande São Paulo; Boris Alexandre para o Vale do Paraíba; Renato Pignataro para a região de Campinas e Zilda Marçola e Ailton Nery para a Capital de São Paulo. Carlos Alberto Sarti “Betéia” atuou em toda a região de Ribeirão Preto. As equipes viajaram por todo o Estado, identificando lideranças, formando comissões diretoras provisórias e realizando seminários de formação política e esclarecedores sobre a “Social Democracia Brasileira”. Sérgio Motta conduz a produção dos primeiros documentos partidários “Manifesto, Estatutos e Programa do PSDB” e a “Cartilha O que é a Social Democracia Brasileira”, esta última idealizada por Fernando Henrique e escrita sob a coordenação do sociólogo Eduardo Graeff.
- Em 28 de junho de 1989 Mário Covas fez o seu primeiro discurso de campanha, reverenciado como um estadista, que ficou conhecido pelo “do choque de capitalismo”: “Basta de gastar sem ter dinheiro, basta de tantos subsídios, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidade comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. O Brasil não precisa apenas de um choque fiscal, precisa também de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios.”





- Em julho de 1989, em Belo Horizonte, o PSDB realizou Convenção Nacional em que escolheu o senador Mário Covas e o ex-governador Roberto Magalhães, de Pernambuco, como seus candidatos a presidente e vice-presidente da República, respectivamente, para as eleições de 15 de novembro de 1989. Por problemas políticos regionais, Roberto Magalhães renunciou à disputa da vice-presidência e foi substituído pelo senador Almir Gabriel, do Pará.
- O PSDB obtém o seu registro definitivo em 24 de agosto de 1989.
- O PSDB disputou o primeiro turno da eleição presidencial de 15 de novembro de 1989, tendo o senador Mário Covas conquistado o 4.º lugar, num total de 22 candidatos, obtendo 11.52% dos votos válidos, correspondente a 7.790.392 de votos, quando o segundo colocado, Luiz Ignácio Lula da Silva, obteve pouco mais de 11 milhões.
- Para o segundo turno das eleições presidenciais de 1989, o PSDB iniciou uma discussão interna que afirmou desde o primeiro momento o seu repúdio à candidatura Collor de Mello, por se situar no campo oposto ao que é próprio da social democracia.
- No dia 5 de dezembro, após ampla consulta e entendimentos regionais, o PSDB definiu posição recomendando o voto no segundo turno ao candidato Lula.
- Coube ainda à primeira Executiva Nacional do PSDB coordenar a participação do partido nas eleições gerais de 1990, na qual disputou o governo em cerca de treze Estados e a um terço do Senado Federal. Foi a primeira vez que o partido disputou e elegeu governador (Ciro Gomes, do Ceará); vice-governador (João Gilberto Lucas Coelho, do Rio Grande do Sul); senador (Beni Veras, do Ceará), aumentando para nove o número de senadores tucanos; uma bancada de 38 deputados federais, sendo oito de São Paulo, oito do Ceará, seis de Minas Gerais, e os demais representando cerca de nove Estados. Elegeu também 67 deputados estaduais, em 19 Estados.





- Mário Covas é derrotado em eleições para o governo do Estado de São Paulo, em 1990, ficando em 3.º lugar, com 2.055.665 votos.
- Em 1.º de setembro de 1991 o PSDB realizou Convenção Nacional, quando foi eleita a Segunda Executiva Nacional – Gestão 91/93 – ficando assim composta: Tasso Jereissati, presidente; Euclides Scalco, 1.º vice-presidente; Pimenta da Veiga, 2.º vice-presidente; deputado Artur da Távola, 3.º vice-presidente; Sérgio Motta, secretário-geral; deputado Sérgio Machado, 1.º secretário; Saulo Queiroz, 2.º secretário; Odilon Ribeiro Coutinho, 1.º tesoureiro; Moema São Thiago, 2.º tesoureiro; senador Mário Covas, Franco Montoro, senador José Richa e senador Almir Gabriel, vogais; senador Fernando Henrique Cardoso e deputado José Serra, líderes; senador Teotônio Vilela Filho, Hélio Jaguaribe, deputado Antonio Faleiros, Vicente Bogó, Dalci Carlos Matiello e George Tasso Lucena Sampaio Callado, suplentes.
- Durante a realização do I Encontro Nacional de Dirigentes Estaduais, em 25 de outubro de 1991, com o objetivo de discutir a situação e as possibilidades eleitorais para 1992, a primeira em que efetivamente o PSDB disputaria nas bases municipais, o quadro no país era o seguinte: 134 prefeitos (dos quais apenas 18 tinham sido eleitos pela legenda em 1988), 25 vice-prefeitos e 1.994 vereadores (dos quais apenas 214 haviam sido eleitos pela legenda em 1988). A bancada federal era composta de nove senadores e 41 deputados; 65 deputados estaduais; organização partidária em 2.026 municípios, sendo 1.432 diretórios constituídos e 594 comissões provisórias; diretórios regionais em 22 Estados, funcionando com comissões regionais provisórias nos cinco restantes.
- Nas eleições de 1992, em todo o país, o PSDB elegeu 293 prefeitos, 297 vice-prefeitos e 3.274 vereadores. Em comparação com 1988, significou um crescimento de 1.500%.
- A Constituição de 1988 determinou a realização de um plebiscito para que os eleitores escolhessem o Sistema de Governo entre





Presidencialismo e Parlamentarismo e também para que opinassem sobre se o país deveria continuar sob regime republicano ou restaurar a monarquia que prevaleceu até 1889. O plebiscito nacional, realizado pela segunda vez no dia 21 de abril de 1993 (o primeiro registrado na história do Brasil aconteceu no dia 6 de janeiro de 1963 e o resultado foi contrário a experiência parlamentarista improvisada para tentar restringir o poder de João Goulart), teve vencedor o Presidencialismo por 37 milhões de votos contra 16,5 milhões de votos a favor do Parlamentarismo. O regime também permaneceu republicano. Tucanos de todo o país participaram de campanha favorável ao Parlamentarismo, desde 1992.

- A Terceira Executiva Nacional do PSDB – gestão 94/95 – teve a seguinte composição: Franco Montoro, presidente de Honra; Pimenta da Veiga, presidente; senador Almir Gabriel, 1.º vice-presidente; deputado Sérgio Machado, 2.º vice-presidente; Ronaldo Cezar Coelho, 3.º vice-presidente; Sérgio Motta, secretário-geral; Moema São Thiago, 1.º secretário; Luiz Carlos Bresser Pereira, 1.º tesoureiro; Yeda Crusius, 2.º tesoureiro; senador José Richa, Odilon Ribeiro Coutinho, deputada Rose de Freitas e Francisco Urbano de Araújo, vogais; senador Mário Covas e deputado Artur da Távola, líderes; senador Teotônio Vilela Filho, deputado Antonio Faleiros, deputada Maria de Lourdes Abadia, deputado Edmundo Galdino, Carlos França e Myriam Portella Nunes, suplentes.
- Dia 3 de outubro de 1994 o senador Mário Covas é eleito governador de São Paulo, com 8,6 milhões de votos.
- Fundado em 19 de setembro de 1995 o Instituto Teotônio Vilela – ITV –, vinculado ao PSDB, tendo como presidente o senador Lúcio Alcântara e membros da comissão provisória para organização das suas programações e atividades os deputados Franco Montoro, Roberto Santos, Luiz Carlos Hauly, Eduardo Mascarenhas, Márcio Fortes e Xico Graziano, mais José Lucena Dantas, Moema São Thiago, Marlo Litwinsk, Walter Barelli, Miguel Reale



Júnior, Odilon Ribeiro Coutinho e eu. O senador Lúcio Alcântara presidiu o ITV até junho de 2001, quando assumiu a deputada Yeda Crusius.

- Morre José Roberto Magalhães Teixeira, “Grama”, prefeito de Campinas, militante e companheiro, dia 29 de fevereiro de 1996.
- Em função das novas normas e exigências da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, de 19 de setembro de 1995, o PSDB procede a revisão dos seus estatutos durante Convenção Nacional realizada em 8 de março de 1996, substituindo o registrado em 6 de julho de 1988.
- A Quarta Executiva Nacional do PSDB – gestão 96/98 – teve a seguinte composição: deputado Franco Montoro, presidente de Honra; senador Teotônio Vilela Filho, presidente; deputado Arnaldo Madeira, 1.º vice-presidente; deputado Carlos Mosconi, 2.º vice-presidente; deputado Márcio Fortes, 3.º vice-presidente; deputado Arthur Virgílio Neto, secretário-geral; deputado Ubiratan Aguiar, 1.º secretário; José Lucena Dantas, 2.º secretário; senador Pedro Piva, 1.º tesoureiro; senador Carlos Wilson, 2.º tesoureiro; governador Mário Covas, governador Tasso Jereissati, governador Eduardo Azeredo, governador Marcello Allencar, governador Albano Franco, governador Almir Gabriel, Sérgio Motta e Moema São Thiago, vogais; senador Sérgio Machado e deputado José Aníbal, líderes; Francisco Urbano de Araújo, deputada Yeda Crusius, deputado Jayme Santana, senador José Roberto Arruda, deputado Roberto Santos, deputado Jovair Arantes e Antonio Floriano Pereira Pesaro, suplentes.
- Morre Sérgio Motta, militante, companheiro e dirigente do PSDB e do Brasil, dia 19 de maio de 1998.
- Dia 3 de outubro de 1998 o senador Mário Covas é reeleito governador de São Paulo, com 9,8 milhões de votos.





- Morre o deputado Franco Montoro, deputado federal, militante, companheiro, presidente de Honra do PSDB, em 16 de julho de 1999.
- A Quinta Comissão Executiva Nacional – gestão 1999/2001 – tinha a seguinte composição: deputado Franco Montoro, presidente de Honra (em memória); senador Teotônio Vilela Filho, presidente; deputado Alberto Goldman, deputado Custódio Mattos, senador José Roberto Arruda, Luiz Carlos Mendonça de Barros e senador Paulo Hartung, vice-presidentes; deputado Márcio Fortes, secretário-geral; deputado Luiz Carlos Haully, 1.º secretário; deputado Sebastião Madeira, 2.º secretário; senador Pedro Piva, 1.º tesoureiro; senador Nelson Otoch, 2.º tesoureiro; deputado Jovair Arantes, deputado Jutahy Júnior, deputado Nelson Marchezan, deputada Marisa Serrano, senadora Luzia Toledo, deputado Paulo Kobayashi, deputado Anivaldo Vale, deputado B. Sá e José Lucena Dantas, vogais; senador Sérgio Machado e deputado Aécio Neves, líderes; deputado Bonifácio de Andrada, Tereza Jucá, Marcelo Cordeiro, Luiz Soares, Fátima Pelaes, Moema São Thiago e Sandro Resende, suplentes.
- Morre Mário Covas, governador de São Paulo, militante, companheiro, orgulho dos tucanos de todo o Brasil, em 6 de março de 2001.
- A Sexta Comissão Executiva Nacional – gestão 2001/2003 – eleita em 19 de maio de 2001, tem a seguinte composição: Fernando Henrique Cardoso, presidente de Honra; José Aníbal, presidente; Alberto Goldman, Almir Gabriel, Lúcio Alcântara, Marconi Perillo e Geraldo Melo, vice-presidentes; Márcio Fortes, secretário-geral; Luiz Piauhylo, 1.º secretário; Artur da Távola, 2.º secretário; Sebastião Madeira, tesoureiro; senador Arthur Virgílio Neto e deputado Jutahy Magalhães Júnior, líderes; Yeda Crusius, presidente do Instituto Teotônio Vilela; Aécio Neves, Arnaldo Madeira, Dante de Oliveira, Geraldo Alckmin, José Serra, Paulo



Renato Souza, Pimenta da Veiga, Renata Covas Lopes e Tasso Jereissati, vogais; Albano Franco, Aloysio Nunes, Andréa Matarazzo, Cícero Lucena, Luiz Paulo Vellozo Lucas e Marcello Allencar, suplentes; Eduardo Azeredo, secretário de Relações Internacionais; Marisa Serrano, secretária nacional da Mulher; Sandro Resende, secretário nacional da Juventude e Sérgio Moreira da Silva, secretário executivo do PSDB.





QUARTA PARTE

# PSDB no Poder do Brasil



O IMPEDIMENTO DE Fernando Collor na presidência do Brasil, sua substituição por Itamar Franco e a nomeação do senador Fernando Henrique Cardoso para o cargo de ministro das Relações Exteriores abriram caminho em outubro de 1992 para que o PSDB fosse se familiarizando com o poder do Brasil. Com pouco mais de quatro anos de existência, o partido que nascera “longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas” focalizou a possibilidade de comandar o País.

Essa seria a oportunidade histórica de um partido que nasceu e jamais negou a sua vocação para exercer o poder em todos os níveis, tamanho o número de quadros parlamentares, governadores, ministros, secretários de estado, prefeitos, executivos de empresas e instituições financeiras públicas e privadas, doutores e mestres de universidades brasileiras e estrangeiras, enfim, gente altamente preparada para cumprir o desafio de formular e implementar uma política social-democrata voltada para as características específicas do Brasil.

Há um trecho do livro “Nos Bastidores da Campanha”, de Expedito Filho<sup>1</sup>, que mostra bem a diferença na gestão do chanceler Fernando Henrique, que inicia uma série de viagens, participando de encontros internacionais e valorizando o papel do Itamaraty. Ainda segundo Expedito, “a política externa muda. Troca a prepotência dos tempos de Collor, que insistia em inserir o Brasil no primeiro mundo por decreto, por uma política de aproximação com os países vizinhos. Aproximou-se da Argentina,

<sup>1</sup> O livro “Nos Bastidores da Campanha – Fernando Henrique Cardoso – Crônica de uma Vitória”, de Expedito Filho, traz o relato exclusivo do repórter da Veja que cobriu, por todo o país, a campanha do presidente eleito em 1994.



por intermédio do ministro da Economia argentino, Domingo Cavallo, seu amigo pessoal. Incrementa o Mercosul. Faz um aceno em direção à África Austral, procurando melhorar as relações do Brasil com a África do Sul. É criticado por priorizar os entendimentos comerciais em detrimento de uma política externa com ênfase nas relações globais entre o Brasil e o resto do mundo. Responde com gestões junto ao governo americano pelo reconhecimento do governo do MPLA de Angola. Abre também uma trilha comercial em direção ao oriente. No Japão consegue 1 bilhão de dólares, a título de seguro-exportação. É recebido pelo primeiro-ministro, pelo imperador...”

Em maio de 1993, Fernando Henrique, se encontrava em Nova York como chanceler, sem saber que quando retornasse ao Brasil pisaria em território nacional como ministro da Fazenda. Compreendendo o novo desafio que lhe atribuiu Itamar Franco, prepara um plano de estabilização econômica, que deveria ser posto em prática gradualmente, sem congelamento de preços e salários. O país já estava vacinado com planos de estabilização: foram oito planos em menos de 10 anos.

Fernando Henrique trabalha para desindexar toda a economia, busca o apoio do Congresso Nacional para obter o equilíbrio das contas públicas e iniciar uma reforma fiscal. Prepara o lançamento de uma nova moeda, o real, sem paridade fixa com o dólar; define a URV como novo indicador econômico para ajustar preços e salários e começa a implementar o seu Plano de Estabilização da Moeda em etapas.

Ao mesmo tempo, sua equipe fica encarregada de negociar um fundo de emergência para reequilibrar as contas da nação, de renegociar os acordos da dívida externa com os bancos privados, de tranquilizar os mercados financeiros, de controlar gastos públicos e de preparar o terreno para o lançamento da nova moeda, que ocorreu em 1.º de julho de 1994.

Na época, Sérgio Motta comentou que “o plano era ele. Sem ele, jamais teria sido aprovado. Fernando Henrique conseguiu convencer e tranquilizar a Nação”. Isso foi fundamental para que o ministério da Fazenda cumprisse todas as etapas e alcançasse o sucesso histórico do Plano Real na economia brasileira.

Em abril de 1994 Fernando Henrique anuncia oficialmente sua candidatura à presidência da República, e a história do Plano Real se confunde



com a nova etapa de sua história e do nosso PSDB. Coligado com o PFL, tendo Marco Maciel como candidato definitivo a vice-presidente (embora FHC preferisse Luiz Eduardo Magalhães ou Gustavo Krause, tendo ainda que conciliar na sua chapa por pouco tempo o senador Guilherme Palmeira).

Para elaborar sua proposta de governo, convida o economista Paulo Renato Souza, que coordena os trabalhos que resultaram no “Mãos à Obra, Brasil”. FHC vence as eleições no primeiro turno de 1994, com 54% dos votos, somando mais de 34 milhões de votos, e o PSDB elege também os governadores Mário Covas (SP), Marcelo Allencar (RJ), Eduardo Azeredo (MG), Albano Franco (SE), Tasso Jereissati (CE) e Almir Gabriel (PA). Os tucanos elegeram ainda onze senadores, 63 deputados federais e 97 deputados estaduais.





## Começa Era FHC

A ERA FERNANDO HENRIQUE CARDOSO na presidência do Brasil teve início em 1995 e registrou importantes avanços, observando sempre que são quatro os elementos fundamentais para definir a ação da social-democracia:

- O aprofundamento da democracia e da liberdade.
- O princípio da igualdade de oportunidades.
- A manutenção da estabilidade econômica e o crescimento sustentável do País, como meios para alcançar maior justiça social.
- A descentralização do poder.

FHC assumiu o cargo no dia 1.º de janeiro de 1995, embalado por uma onda de otimismo inédita no país. 77% estavam otimistas ou muito otimistas em relação ao novo governo, enquanto 82% do povo brasileiro acham que o país estaria melhor após quatro anos do PSDB no poder. Sua posse aconteceu num quadro econômico totalmente novo, com uma moeda em que a população confiava, com taxas nominais de inflação há muito tempo não vividas pelos brasileiros, com uma economia sem nenhum artifício de controle de preços e liberta da paranóia social representada pela insegurança em relação aos fluxos futuros de rendas, principalmente os salários.

Inflação contida, a estabilidade e, sobretudo, o desenvolvimento, exigiam reformas profundas e ajustes nem sempre simpáticos. O governo FHC teve capacidade técnica, coragem política e uma sólida maioria parlamentar – já que muitas das ações dependiam da aprovação de emendas à Constituição.



No governo e no Congresso Nacional foram necessárias alianças com outros partidos, em torno de propostas específicas, mantendo um arco de forças partidárias composto por PFL, PPB, PMDB e PTB. O cenário era de uma batalha dura. Para realizar qualquer mudança na Constituição, o governo precisaria do apoio de três quintos dos 513 deputados federais e 81 senadores. E o ambiente do Congresso era muito familiar para Fernando Henrique, depois de dez anos de carreira no Senado. Mesmo assim a tarefa de alcançar a maioria necessária nas duas casas exigiria muito trabalho.

Jogo do poder iniciado, quando a estabilização econômica começava a mostrar seus frutos e as propostas para a realização das reformas Tributária e Previdenciária enfrentavam grandes resistências no Congresso Nacional, o país voltou às urnas para as eleições municipais, e o PSDB obteve cerca de oito milhões de votos, quase 20% do total de eleitores brasileiros, elegendo 918 prefeitos e denotando um crescimento de 236%.

Os anos de 1996 e 1997 correspondem ao período de consolidação da estabilidade com a ação do governo voltada para as reformas estruturais enquanto os agentes econômicos privados promovem profundas mudanças nas cadeias de produção. A sociedade assumiu a estabilidade de preços como valor fundamental, inclusive mostrando disposição para aceitar sacrifícios de curto prazo para obter um processo duradouro de desenvolvimento econômico.

Bolívar Lamounier e Rubens Figueiredo organizaram em livro<sup>2</sup> depoimentos escritos por alguns dos mais expressivos jornalistas brasileiros, que se basearam em respostas a três perguntas básicas:

1. Em que situação se achava a área analisada no início do governo FHC?
2. Que políticas o governo adotou e implementou para resolver os problemas encontrados?
3. Qual foi o resultado efetivo da política adotada?

<sup>2</sup> “A Era FHC – Um Balanço”, 2002, Cultura Editores Associados, reúne análise pontual de 18 renomados jornalistas brasileiros.





A trajetória dos presidentes da República é sempre rotulada. Juscelino Kubitschek ficou conhecido como o presidente desenvolvimentista; Getúlio Vargas, o pai dos pobres, por conta do seu atendimento às questões trabalhistas e classes menos favorecidas; a moeda mais estável da história do Brasil será o maior legado de Fernando Henrique.

Em junho de 1994 a inflação estava em 47% mensais, quando foi controlada drasticamente com o Plano Real. Desde então, a média da inflação ficou em 0,8%. Em 2001, a média foi de apenas 0,6% ao mês.

Das suas principais metas, nos oito anos de governo, a desvalorização cambial em 1999 repercutiu positivamente nas exportações de produtos básicos como a soja e o café. Agricultores investiram no aumento da produtividade. Assim, a agropecuária tem respondido de forma extremamente positiva aos desafios do mercado internacional, com a quebra de recordes na produção, com a expansão da área plantada, investimentos em pesquisa e ganhos de produtividade, que cresceu 74% em 10 anos.

Ao lado dos programas sociais que se destinam a toda a sociedade, o governo FHC deu destaque àquelas ações voltadas para os brasileiros mais pobres entre os pobres. Para essa vasta parcela da população formou-se a Rede de Proteção Social, que somou nos oito anos mais de 37,6 milhões de benefícios regulares aos brasileiros em todas as regiões.

O setor de saúde apresentou números bastante significativos. O indicador mais relevante da área de saúde, capaz de resumir os avanços sociais conquistados nos anos FH e mostrar de forma contundente o resultado das políticas públicas, é a taxa de mortalidade infantil, que teve uma queda de 38% ao longo da última década. A região Nordeste, que historicamente apresentou os índices mais elevados de mortalidade infantil, foi a que assistiu a maior queda.

Outras iniciativas do Ministério da Saúde também tiveram grande impacto na melhoria da saúde dos brasileiros. Entre outras, destacaram-se: a expansão dos programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde; atenção especial dedicada a mulheres, crianças e idosos; adoção dos remédios genéricos e distribuição gratuita de medicamentos em larga escala; combate decisivo à Aids; criação do Bolsa Alimentação; melhorias sanitárias, com água encanada e esgoto nas residências pobres; um programa nacional de imunizações e de



combate às doenças endêmicas; a descentralização das ações de saúde e mais recursos para estados e prefeituras.

Uma das mais importantes realizações sociais de todos os tempos no Brasil foi a universalização do Ensino Fundamental, conseguida a partir da arrancada que começou em 1995, destinada a colocar todas as crianças na escola. O país alcançou a marca histórica de ter 97% das crianças de 7 a 14 anos de idade matriculados no Ensino Fundamental. Em 2001, foram 35,3 milhões de matrículas. Isso faz do Ensino Fundamental a primeira política social republicana da nossa história: acessível a todos os brasileiros sem distinção.

O grande responsável pela virada foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, cujos recursos favoreceram o atendimento escolar a alunos de 7 a 14 anos e melhoraram o salário dos professores.

Ao mesmo tempo, dez milhões de crianças passaram a receber o benefício do Programa Bolsa Escola Federal, sem contar programas de qualificação dos professores, merenda escolar, avaliação do livro didático, criação dos parâmetros educacionais, a expansão da educação profissional etc.

A herança agrária recebida por FHC foi bastante pesada, por conta da elevada concentração fundiária, êxodo rural com a expulsão de pequenos agricultores, grilagem de terras e conflitos com alto grau de violência no campo que caracterizavam a situação do campo no Brasil. Depois de oito anos de governo, 635.035 famílias foram contempladas com o acesso à terra, além de promover a inserção de agricultores e trabalhadores rurais no processo de cidadania, reduzindo a pobreza rural e gerando milhares de empregos e ocupações no campo. O Programa de Reforma Agrária contribuiu decisivamente para a redução da violência no campo.

As telecomunicações também registraram um crescimento histórico, melhorando a qualidade no Brasil da telefonia. O governo FHC realizou a privatização das empresas de telecomunicações em todo o país. Para os brasileiros, como atestam as estatísticas, foi uma mudança que ampliou os horizontes da comunicação. A oferta de linhas cresceu para todos, mas cresceu mais ainda para as camadas mais pobres da população, tanto em telefones fixos quanto em celulares móveis.



Outra realização importante da Era FHC foi a elaboração e a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que deu um passo decisivo para o controle criterioso das contas públicas nas esferas federal, estadual e municipal. Com essa legislação, o banco público, a prefeitura ou o governo estadual que gastasse mais do que arrecadara enfrentariam punições severas. “Até então, muitos governantes se deparavam com uma dívida tão grande quando assumiam o mandato que qualquer gestão financeira razoável ficava impossível”, defende o especialista em contas públicas Raul Velloso.

Em linhas gerais, conforme opinião do empresário Jorge Gerdau Johannpeter<sup>3</sup>, os ganhos obtidos pela sociedade brasileira, decorrentes das ações do governo de Fernando Henrique Cardoso em sete anos de mandato, e o dimensionamento desses ganhos no contexto mundial do desenvolvimento econômico e social foram muito importantes.

<sup>3</sup> Jorge Gerdau Johannpeter é empresário e diretor-presidente do Grupo Gerdau.





## Reeleição e Nova Vitória de FHC

O CONGRESSO NACIONAL aprovou em 1997 a emenda garantindo a reeleição de cargos do Executivo. A norma inovadora entrou em vigor já para as eleições de 1998, quando o Brasil foi às urnas para eleger pela terceira vez, pós-redemocratização, o presidente da República e os 27 governadores, além de senadores, deputados federais e deputados estaduais.

Fernando Henrique Cardoso tornou-se o primeiro presidente brasileiro reeleito para um segundo mandato, com 35,8 milhões de votos. Além da presidência da República conquistada em primeiro turno com 53% dos votos válidos, o PSDB elegeu sete governadores – Mário Covas (SP), Almir Gabriel (PA), Tasso Jereissati (CE), Albano Franco (SE), Dante de Oliveira (MT), José Ignácio Ferreira (ES) e Marconi Perillo (GO) – e ampliou a sua bancada para 16 senadores, 99 deputados federais e 152 deputados estaduais, mantendo sua trajetória ascendente desde sua fundação.

Em 2002, o PSDB disputou a presidência da República pela quarta vez, a primeira com o senador José Serra, que obteve mais de 33 milhões de votos, 38,7% do eleitorado do país, no segundo turno. Elegeu sete governadores – Geraldo Alckmin (SP), Aécio Neves (MG), Marconi Perillo (GO), Lúcio Alcântara (CE), Cássio Cunha Lima (PB), Simão Jatene (PA), Ivo Cassol (RO) e Marcelo Miranda (TO) – 10 senadores, 63 deputados federais e 141 deputados estaduais.



QUINTA PARTE

# Futuro é Agora, na Oposição





QUANDO O PSDB COMPLETOU seis meses de existência, em janeiro de 1989, e com antecedentes históricos que exploramos nesta pesquisa, montando sua árvore genealógica a partir do bipartidarismo e das origens doutrinárias no Movimento Democrático Brasileiro – MDB, encontramos um testemunho do respeitável militante Sérgio Motta, na seção *Tendências e Debates* do jornal “Folha de São Paulo”<sup>1</sup>, muito oportuno, aliás para este capítulo.

Sérgio Motta sempre participou dos círculos de formulação e de influência nessa história que fui remontando e fiz emergir depois de quinze anos. Militante radical desde a sua juventude, pragmático, “trator”, não importa. Vale dizer que a focalização do comportamento de Serjão, justamente agora, quando voltamos ao passado para refundar o velho espírito militante e necessário, tem uma razão de ser forte, para vencer.

Há quinze anos ele já cogitava o futuro. Da pouca convivência que tive com ele, sabendo mais por interlocutores seus de outras jornadas – Paulo Renato Souza, Gilda Portugal Gouvêa, Xico Graziano, Edson Aparecido – imagino que sua motivação estava justamente no desejo de praticar um projeto social-democrata que, segundo suas palavras, deixaria os tucanos vinte anos no poder.

No seu artigo, com título “O futuro do PSDB”, a partir de uma existência de seis meses, dá para sentir que é possível fazer a transposição de idéias e expressões de quinze anos atrás, porque são observações que ainda servem agora que retomamos nossas raízes perto do pulsar e ouvindo bem clara a voz rouca das ruas.

<sup>1</sup> Artigo de Sérgio Motta, intitulado “O futuro do PSDB”, na edição de 10 de janeiro de 1989, do jornal “Folha de São Paulo”.



Sérgio Motta analisava, como se fosse hoje, que “o PSDB precisa ter um discurso consistente, progressista, moderno, voltado para a esquerda, com o risco de desaparecer sem nascer, como algo velho e superado. Um partido com esse discurso, num perfil social-democrata, tem espaço real no Brasil, o que ficou comprovado pela votação nas últimas eleições (1988), especialmente a do PT em São Paulo”.

“Entretanto” – prossegue –, “no quadro político e social brasileiro, é muito difícil organizar-se um partido programático, com um perfil ideológico mais nítido, sem que o mesmo tenha um projeto político eleitoral claro e mobilizador”. “A organização partidária a médio prazo deve buscar sua estruturação em núcleos como unidade básica de organização. O zonal como era organizado, por critérios geográficos, foi objeto, quase sempre, de estruturas fisiológicas, criando máquinas vinculadas a lideranças específicas dos partidos. Isso afastou as pessoas da militância partidária. A organização em núcleos, dando um corte na sociedade, nos locais de trabalho, de estudo, de moradia, de lazer etc, levará a uma participação maior da militância partidária.”

Nessa mesma direção preconizada por Sérgio Motta, o nosso governador Geraldo Alckmin desenvolve um raciocínio que não deixa dúvida: para ele, ou o PSDB se submete a um verdadeiro banho de povo, ou terá dificuldades de voltar ao poder federal. “Longe da sociedade não se constrói um partido”, diz Geraldo, aconselhando a militância e o PSDB a se aproximarem dos movimentos populares, a fim de refazer uma trajetória que começou na oposição e cedo estacionou na situação.

A bancada do PSDB na Câmara dos Deputados está inserida no debate relacionado com as reformas apresentadas pelo governo Lula da Silva. Houve encontro com os governadores do partido para ouvir suas observações e sugestões, especialmente sobre as reformas previdenciária e tributária. São patentes a grande identidade da bancada com os pressupostos adotados e as posições sinalizadas pelos governadores tucanos:

- As reformas são necessárias, como sempre defendemos, e serão votadas pelo PSDB, com vistas ao melhor interesse do povo brasileiro.



- Nossa orientação básica é a de avaliar os projetos de modo a assegurar que não haja aumento da carga tributária; que as mudanças sejam distributivas de renda, favorecendo as pessoas de renda mais baixa; seja redistributiva em relação às regiões mais pobres e descentralizadora de recursos para estados e municípios.
- Que os recursos públicos sejam sempre partilhados entre os entes da federação; ressalte-se também a preocupação em salvaguardar os interesses dos estados exportadores para que tenham compensação financeira pela perda de recursos pelos incentivos à exportação.
- O critério central dessas posições será o de aprovar mudanças que efetivamente estimulem o crescimento econômico, desonerem as exportações e estimulem o aumento da renda e do emprego.





## Militância para Transformar

MAS DAQUI PARA FRENTE, qual deve ser a atuação do PSDB na oposição?

É preciso considerar os pontos específicos levantados pelo presidente de Honra do PSDB, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, no mês de junho de 2003, justamente na semana em que o partido comemorava seus quinze anos, recomeçando suas lutas:

“Vamos começar por esse ponto. Como se faz um partido funcionar? Tem de ter objetivos, um programa – não vago, não um sonho, tem de ter um programa real –, tem de mostrar caminhos para atingir os objetivos, tem de ter liderança, tem de ter unidade na liderança e tem de ter organização. O melhor momento para que esses valores sejam ativados são os momentos eleitorais. E agora, com as eleições municipais (*outubro de 2004*), esse é o xis do problema. O PSDB deve se concentrar na definição de bons candidatos, dizer o que vão fazer administrativamente – temos uma longa experiência administrativa, mais de mil cidades são governadas pelo PSDB, com uma taxa de reeleição elevada, o que mostra que se teve êxito na administração.”

“Temos que aproveitar isso para reorganizar o partido. Se não houver um instrumento partidário, ou seja, se não houver militância, por melhores que sejam os candidatos depois não conseguem cumprir seus objetivos. O PSDB, daqui até as eleições de outubro do ano que vem, tem de se concentrar em alinhar as bases, dar muita importância à seleção de candidatos a prefeitos e vereadores porque isso é o que faz a força de um partido. Só que somos um partido democrático. Não é fazer isso para depois ocupar posição dentro dos governos. É fazer isto para manter vivas nossas propostas. Temos realmente que reativar a militância. Sem isso, não há vitória possível”.



Como deve ser a oposição ao governo Lula?

“Não fazer com o governo Lula o que o PT fez conosco. Temos de votar a favor do Brasil e não contra o governo. O que for a favor do Brasil, votar a favor. O que considerarmos que é contra o Brasil, isto é, contra o nosso povo, segundo a visão que nós temos, votaremos contra. Mas não se pode deixar de ser oposição. O povo é quem escolhe quem vai para o governo e quem será oposição. É um episódio lastimável o que assistimos agora, de novo. As pessoas são votadas para a oposição e vão para o governo. Isso não é possível. Está errado.”

“O PSDB tem de dar uma demonstração de que é capaz de permanecer na oposição, isto é, não pretender se aproximar do governo para fins de obtenção de favores e, ao mesmo tempo, votar o que for importante para o país. Há muita coisa errada que precisa ser criticada, e não é porque seja este governo. Todo governo erra. O papel da oposição, em qualquer lugar democrático, é exatamente esse. Essa dissolução da oposição é muito ruim. Eu jamais procurei cooptar para meu ponto de vista o PT, o PSB, o PC do B. Nunca os procurei para ter voto. E é perigoso o que está acontecendo agora, a organização de um rolo compressor que avança na oposição. O PSDB tem obrigação de ficar na oposição mesmo.”

Enfim, retomando Sérgio Motta, esses são os desafios do PSDB. Cabe fazer com que eles sejam enfrentados e respondidos para que o partido diga a que veio, se nasceu para morrer ou nasceu para se transformar numa das forças predominantes na luta por um Brasil mais justo, mais igual e mais humano socialmente. Vamos à luta.

Não se apequene, PSDB! O povo está de olho em você!





## Sobre o Autor

RAUL CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANCHEZ nasceu em Apucarana, Estado do Paraná, em 10 de setembro de 1958. Viveu em Brotas, interior do Estado de São Paulo, de 1962 a 1971, quando se mudou para Santos. Na Baixada Santista completou os estudos e formou-se jornalista pela Faculdade de Comunicação da Universidade Católica de Santos, em 1982. Cursou também Ciências Sociais e Direito. Especializado em Gerência de Programas Sociais pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em Washington, em 1998.

Militante estudantil (secundarista e universitário) na década de 70 e início dos anos 80, em Santos. Tomou partido a partir de 1976, na Juventude do MDB, no movimento que levou à criação do PT (em 1979), na Juventude do PMDB (em 1982), no PMDB (até 1987) e na fundação do PSDB (em 1988). Nas eleições de 2002 foi candidato a deputado federal pelo PSDB-SP, obtendo 82.794 votos, que lhe valeram uma suplência à Câmara dos Deputados.

Desempenhou sua função de jornalista em jornal, rádio, televisão e assessoria de imprensa. Foi presidente da Regional de Santos do Sindicato dos Jornalistas, assessor parlamentar do deputado estadual Rubens Lara, chefe de gabinete do prefeito e secretário do meio ambiente da prefeitura de Cubatão, assessor do escritório político do senador Fernando Henrique Cardoso e da delegacia do Ministério da Fazenda em São Paulo (gestão do ministro Fernando Henrique). De 1995 a 2002 foi assessor especial e secretário particular do Ministro da Educação (Paulo Renato Souza) – nesse período também foi responsável pela implantação do Programa Bolsa Escola Federal em todo o país. Casado, é pai de quatro filhos.



Autor de quatro livros de poesias – *Vitória* (1980), *Enxoval para Bebe(r)* (1981), *Sensação de Amor Feito* (1984) e *Alguma Poesia* (2002) – e um de ensaio – *A Produção Independente na Literatura* (1982). Participou de diversas antologias poéticas, destacando-se no movimento literário “marginal” – “geração do mimeógrafo” – na década de 70 e no início dos anos 80. Criou em Santos o Grupo Literário *Picaré*, nessa mesma época.





## Fontes e Bibliografia Citadas

- Arquivo Pessoal do Autor.
- A Tribuna de Santos, período de 1982 a 2003, jornal, Santos, São Paulo.
- Cidade de Santos, período de 1982 a 1987, jornal, Santos, São Paulo.
- Comunicação & Política – Revista N.º 2, Maio/Agosto de 1997, CEBELA  
– Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, Rio de Janeiro.
- Correio Braziliense, período de 1987 a 2003, jornal, Brasília.
- Diário Popular, período de 1987 a 1991, jornal, São Paulo.
- Folha de São Paulo, período de 1982 a 2003, jornal, São Paulo.
- Jornal do Brasil, período de 1987 a 2003, jornal, Rio de Janeiro.
- O Estado de São Paulo, período de 1982 a 2003, jornal, São Paulo.
- O Globo, período de 1987 a 2003, jornal, Rio de Janeiro.
- Primeira Leitura, período de 2001 a 2003, revista, São Paulo.
- Socialismo & Democracia – Revista – Julho/Setembro de 1985, Editora Alfa-Omega, São Paulo.
- Veja, período de 1988 a 1990, revista, São Paulo.
- ABRIL, Editora – Veja 25 anos – Reflexões para o futuro – 1993, Editora Abril, São Paulo.
- ALCÂNTARA, Lúcio, FARIA, Vilmar e CARDIM, Carlos H. (orgs.) – Globalização e Governo Progressista – Novos Caminhos – Reunião de Florença 1999 – 2000, Instituto Teotônio Vilela, Brasília.



- BARBOSA, Maria Lucia Victor – O Voto da Pobreza e a Pobreza do Voto – 1988, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná.
- BENEVIDES, Maria Victória – A UDN e o UDENISMO – Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965) – 1981, Editora Paz e Terra, São Paulo.
- BENEVIDES, Maria Victória – O PTB e o Trabalhismo – Partido e Sindicato em São Paulo: 1945-1964 – 1989, Editora Brasiliense, São Paulo.
- BOBBIO, Norberto – Direita e Esquerda – Razões e significados de uma distinção política – 1994, Editora da UNESP – Universidade Estadual Paulista.
- BRASIL, Olavo – Os Partidos Políticos Brasileiros – A experiência federal e regional – 1945-1964 – 1983, Edições Graal, Rio de Janeiro.
- BRUM, Argemiro J. – Democracia e Partidos Políticos no Brasil – 1988, Livraria Unijuí Editora, Ijuí, Rio Grande do Sul.
- CAETÉS, Editora – Presença – Revista de Política e Cultura – N.º 3, Maio de 1984, Editora Caetés, São Paulo.
- CAPISTRANO FILHO, David, NOGUEIRA, Marco Aurélio e GUEDES, Cláudio – O PCB em São Paulo: Documentos (1974-1981) – 1981, LECH, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo.
- CAPISTRANO FILHO, David, SANTOS, Ubiratan de Paula e ALTMAN, Breno – Há o Que Fazer – A Esquerda na Nova República – 1986, Editora Hucitec, São Paulo.
- CARDOSO, Fernando Henrique – A Democracia Necessária – 1985, Papirus Livraria e Editora, São Paulo.
- CARDOSO, Fernando Henrique – Avança Brasil – Mais 4 Anos de Desenvolvimento para Todos – 1998, Sem Editor, Brasília.
- CARDOSO, Fernando Henrique – Mãos à Obra Brasil – Proposta de Governo – 1994, Sem Editor, Brasília.



- CARDOSO, Fernando Henrique – Os Caminhos da Social Democracia – Quatro Textos de FHC – Cadernos do PSDB – Abril de 1996, PSDB, Brasília.
- CARDOSO, Fernando Henrique e SERRA, José – Parlamentarismo no Brasil – Como, por que – 1991, Centro Gráfico do Senado, Brasília.
- CARDOSO, Fernando Henrique – Social-Democracia – O que é, o que propõe para o Brasil – 1980, Sem Editora, São Paulo.
- CARONE, Edgard – Corpo e Alma do Brasil – O P.C.B. (1922-1943) – Volume I – 1982, DIFEL, Difusão Editorial, São Paulo.
- CARONE, Edgard – Corpo e Alma do Brasil – O P.C.B. (1964-1982) – Volume 3 – 1982, DIFEL, Difusão Editorial, São Paulo.
- CASALECCHI, José Ênio – PRP – O Partido Republicano Paulista (1889-1926) – Política e Poder – 1987, Editora Brasiliense, SP.
- CASTOR, Belmiro Valverde Jobim – O Brasil não é para amadores – Estado, Governo e Burocracia na Terra do Jeitinho – 2000, IBQP-PR, Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Paraná, Curitiba, Paraná.
- CAVALCANTI, Themistocles Brandão e outros – O Voto Distrital no Brasil – 1975, Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- CHACON, Vamireh – História dos Partidos Brasileiros – discursos e práxis dos seus programas – 1998, Editora UnB – Universidade de Brasília, Brasília.
- CITADINI, Antonio Roque – Lei Orgânica dos Partidos Políticos – Comentários, Notas e Jurisprudência – 1983, Editora Max Limonad Ltda., São Paulo.
- CONTI, Mário Sérgio – Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor – 1999, Companhia das Letras, São Paulo.
- COVAS, Mário – O Governo de Todos Nós (discurso pronunciado no Senado Federal, na sessão de 19-11-92) – 1992, Centro Gráfico do Senado, Brasília.



- CRUSIUS, Yeda – O Papel do Sistema Eleitoral, dos Partidos Políticos e do Poder Legislativo – Idéias & Debate – 2000, Instituto Teotônio Vilela e PSDB, Brasília.
- DALLARI, Dalmo de Abreu – O que é Participação Política – 1984, Abril Cultural e Brasiliense, São Paulo.
- DIMENSTEIN, Gilberto e SOUZA, Josias – A História Real – Trama de Uma Sucessão – 1994, Editora Ática e Folha de São Paulo, São Paulo.
- FERREIRA, Marieta Moraes e SARMENTO, Carlos Eduardo (orgs.) – Mário Covas – A Ação Conforme a Pregação – Uma Revolução Ética em São Paulo – 2003, Editora Fundação Mário Covas, São Paulo.
- FLEISCHER, David V. (org.) – Os Partidos Políticos no Brasil – Volume II – Cadernos da UnB – 1981, Editora UnB, Universidade de Brasília, Brasília.
- GASPARI, Elio – A Ditadura Envergonhada – 2002, Companhia das Letras, São Paulo.
- GASPARI, Elio – A Ditadura Escancarada – 2002, Companhia das Letras, São Paulo.
- GIDDENS, Anthony – A Terceira Via – 1999, Instituto Teotônio Vilela, Brasília.
- GIOVANETTI NETTO, Evaristo – O PCB na Assembléia Constituinte de 1946 – 1986, Editora Novos Rumos, São Paulo.
- GONÇALVES, Alcindo – Lutas e Sonhos – Cultura Política e Hegemonia Progressista em Santos – 1945-1962 – 1995, Editora da UNESP – Universidade Estadual Paulista.
- GOTO, Roberto – Para ler Fernando Henrique Cardoso – 1998, Geração Editorial, São Paulo.
- GOUVÊA, Gilda Portugal – Burocracia e Elites Burocráticas no Brasil – 1994, Editora Paulicéia, São Paulo.





- GRAEFF, Eduardo – Combate à Corrupção e Denuncismo na Era FHC – 2002, Instituto Teotônio Vilela, Brasília.
- GRAMSCI, Antonio – Os Intelectuais e a Organização da Cultura – 1979, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- GRAZIANO, Francisco – O Real na Estrada – A Campanha de Fernando Henrique à Presidência – 1995, Editora Paulicéia, São Paulo.
- GUIMARÃES, Ulysses – Mudança – Discurso de Posse na Presidência da Câmara dos Deputados – Sessão 4-3-1985 – 1985, Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, Brasília.
- HUBBARD, Elbert – Uma Mensagem a Garcia – 1913, Sem Editora.
- JAGUARIBE, Hélio – A Proposta Social-Democrata – 1998, Instituto Teotônio Vilela, Brasília e José Olympio Editora, Rio de Janeiro.
- JAGUARIBE, Hélio – Sistema Político e Governabilidade Democrática – Idéias & Debates – 1999, Instituto Teotônio Vilela e PSDB, Brasília.
- KEINERT, Ruben César – O que é Parlamentarismo – 1993, Editora Brasiliense, São Paulo.
- KINZO, Maria D’Alva Gil – Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil – 1980, Edições Símbolo, São Paulo.
- KONDER, Victor Márcio – Militância – 2002, Editora Arx, São Paulo.
- KUCINSKI, Bernardo – O Fim da Ditadura Militar – 2001, Editora Contexto, São Paulo.
- LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (orgs.) – A Era FHC – Um Balanço – 2002, Cultura Editores Associados, São Paulo.
- LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel – Partidos Políticos e Consolidação Democrática – O Caso Brasileiro – 1986, Editora Brasiliense, São Paulo.
- LEAL, Victor Nunes – Coronelismo, Enxada e Voto – 1986, Editora Alfa Omega, São Paulo.



- LEONI, Brigitte Hersant – Fernando Henrique Cardoso – O Brasil do Possível – Um perfil biográfico – 1997, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- MAAR, Wolfgang Leo – O que é Política – 1994, Editora Brasiliense, São Paulo.
- MARQUES, Jales Ramos e FLEISCHER, David Verge – PSDB – De Facção a Partido – 1999, Instituto Teotônio Vilela, Brasília.
- MARTINS, José de Souza – A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República” – 1986, Editora Hucitec, São Paulo.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederick – Manifesto do Partido Comunista – 1987, Global Editora, São Paulo.
- MICHELS, Robert – Sociologia dos Partidos Políticos – 1982, Editora UnB – Universidade de Brasília, Brasília.
- MONTORO, Franco – A Luta pelas Eleições Diretas – 1978, Editora Brasiliense, São Paulo.
- PEREIRA, Astrogildo – Construindo o PCB (1922-1924) – 1980, LECH, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser – A Nova Esquerda e o Centro que se desloca – Idéias & Debate – 2000, Instituto Teotônio Vilela e PSDB, Brasília.
- PETROVITCHEV, N.A., KUZMINE, N.F., PETRENKO, F.F., SVÉCHNIKOV, P.V., SOLOVIOV, A.A. e CHITAREV, G.I. – PCUS – A Sua Estrutura e Actividade – 1981, Edições Progresso, Moscou.
- PMDB, Diretório Nacional – Revista do PMDB – Abril de 1987, PMDB, Brasília.
- POWER, Timothy J. – A Social Democracia no Brasil e no Mundo – 1997, Editora Mercado Aberto, Instituto Teotônio Vilela e Fundação Pedroso Horta, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- PSDB, Diretório Nacional – A Nova Lei Eleitoral (Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, publicada no D.O.U. de 1.º de outubro de 1997)



- Novembro de 1997, PSDB, Brasília e Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, Brasília.
- PSDB, Diretório Nacional – A Social Democracia Brasileira: Construção de uma Nova Força (Discursos proferidos na reunião de fundação do PSDB em 25-6-1988) – 1989, PSDB, Brasília.
- PSDB, Diretório Nacional – Construindo uma Nova Força: O PSDB em Convenções 1989 – 1989, PSDB, Brasília.
- PSDB, Diretório Nacional – Estatuto (Atualizado na III Convenção Estatutária de Maio de 1999) – Maio de 1999, PSDB, Brasília.
- PSDB, Diretório Nacional – No Voto, Na Lei – Uma Leitura Fácil da Lei Eleitoral – 2000, Instituto Teotônio Vilela e PSDB, Brasília.
- PSDB, Diretório Nacional – Os Desafios do Brasil e o PSDB (síntese) – Série Documentos Partidários – Volume VI – 1989, PSDB, Brasília.
- PSDB, Diretório Nacional – Social Democracia em Ação (O modo tucano de governar está mudando o Brasil) – 1998, Instituto Teotônio Vilela e PSDB, Brasília.
- PSDB-SP, Diretório Estadual – Teses para Debate no II Congresso Nacional do PSDB – Maio de 1990, PSDB, São Paulo.
- REGO, João – As Bases Sócio-Econômicas dos Partidos Políticos no Brasil 1982/90 – 1997, Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, Recife, Pernambuco.
- REIS, Daniel Aarão – Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade – 2000, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, José Hamilton Ribeiro – Os Três Segredos – que fizeram o político mais votado do Brasil – 1999, Sem Editora, São Paulo.
- RODRIGUES, Leôncio Martins – Partidos e Sindicatos – Escritos de Sociologia Política – 1990, Editora Ática, São Paulo.
- ROSENFELD, Denis L. – O que é Democracia – 1994, Editora Brasiliense, São Paulo.



- RUSSO, Sonia Morgenstern – 19 Anos de FH – Fotos Históricas do Brasil – 1997, Sem Editora, São Paulo.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos – Crise e Castigo – Partidos e Gerais na Política Brasileira – 1987, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo.
- SANTOS FILHO, Expedito Bernardo dos – Nos Bastidores da Campanha de Fernando Henrique Cardoso – Crônica de Uma Vitória – 1994, Editora Objetiva, Rio de Janeiro.
- SÃO PAULO, Governo do Estado de – A Batalha pela Democracia no Governo Montoro – 1987, Sem Editora, São Paulo.
- SARTI, Ingrid – Porto Vermelho – 1981, Editora Paz e Terra, São Paulo.
- SCHMITT, Rogério – Partidos Políticos no Brasil (1945-2000) – 2000, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- SEILER, Daniel-Louis – Os Partidos Políticos – 2000, Editora UnB – Universidade de Brasília, Brasília e Imprensa Oficial do Estado, São Paulo.
- SERRA, José – Orçamento no Brasil – As raízes da crise – 1994, Atual Editora, São Paulo.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da – O Marketing Eleitoral – 2002, Publifolha, São Paulo.
- SOUZA, Paulo Renato – Caderno 45 – Educação – 2000, Instituto Teotônio Vilela, Brasília.
- SOUZA, Paulo Renato – Quem paga a conta? – Dívida, déficit e inflação nos anos 80 – 1989, Editora Brasiliense, São Paulo.
- TAVARES, José Antonio Giusti (org.) – O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira – 2003, Nova Prova Editora, Porto Alegre e Instituto Teotônio Vilela, Brasília.
- TREVISAN, Antoninho Marmo, CHIZZOTTI, Antonio, IANHEZ, João Alberto, CHIZZOTTI, José e VERILLO, Josmar – O Combate à Corrupção nas Prefeituras do Brasil – 2003, Ateliê Editorial, São Paulo.



UNB, Cadernos da – Modelos Alternativos de Representação Política no Brasil e Regime Eleitoral – 1821-1921 – 1981, Editora da UnB, Universidade de Brasília, Brasília.

VOX LEGIS, Equipe – Partidos Políticos – 1980, Sugestões Literárias, São Paulo.

WEFFORT, Francisco – O que é Deputado – 1986, Editora Brasiliense, São Paulo.

